



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 90

III Sessão Legislativa

Horta, Terça-Feira, 22 de Março de 2011

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas e 07 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se ao **Ponto prévio relativo à Verificação de poderes do Deputado Paulo Jorge Silva Ribeiro, do Grupo Parlamentar do PSD.**

Após a apresentação do relatório pela Sra. Deputada Isabel Rodrigues (*PS*), o documento foi aprovado por unanimidade.

De seguida, entrou-se na **Agenda da Reunião**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Interpelação ao Governo Regional sobre “A situação actual do sector das pescas na Região Autónoma dos Açores”, apresentada pelo Grupo Parlamentar do BE.

No debate da Interpelação, suscitada pelo Sr. Deputado José Cascalho, usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), António Pedro Costa (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), José Rego (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Lima (*PS*), Pedro

Medina (*CDS/PP*), João Costa (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Paulo Rosa (*CDS/PP*) e Abel Moreira (*CDS/PP*), e ainda o Sr. Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*).

2. Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projecto de Resolução n.º 17/2011 – “Pronúncia por iniciativa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre as linhas de orientação da actualização anual do Plano de Estabilidade e Crescimento”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por unanimidade.

3. Projecto de Resolução n.º 17/2011 – “Pronúncia por iniciativa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre as linhas de orientação da actualização anual do Plano de Estabilidade e Crescimento”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, usaram da palavra os Srs. Deputados Clélio Meneses (*PSD*), Berto Messias (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), Artur Lima (*CDS/PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*), e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

O Projecto foi rejeitado por maioria.

4. Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projecto de Resolução n.º 19/2011 – “Pronúncia sobre as linhas de orientação da actualização anual do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) com aplicação directa na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por unanimidade.

5. Projecto de Resolução n.º 19/2011 – “Pronúncia sobre as linhas de orientação da actualização anual do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) com aplicação directa na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Berto Messias, usou da palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

O Projecto foi aprovado por unanimidade.

6. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 25/2010 – “Cria o Parque Natural da Terceira”.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*), usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Carla Bretão (*PSD*), António Parreira (*PS*), José Cascalho (*BE*), Bárbara Chaves (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraida Soares (*BE*), Isabel Rodrigues (*PS*) e Aníbal Pires (*PCP*).

A Proposta foi aprovada por unanimidade.

Apresentaram declarações de voto os Srs. Deputados António Parreira (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 16 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, muito bom dia, bem vindos a mais este período legislativo. Vamos iniciar os nossos trabalhos, agradeceia que ocupassem os vossos lugares. Vamos começar com a chamada.

(Eram 10 horas e 07 minutos)

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho **Pascoal** Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**
Cecília do Rosário Farias **Pavão**
Domingos Manuel Cristiano Oliveira **Cunha**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Guilherme de Fraga Vicente **Nunes**
Hernâni Hélio **Jorge**
Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José Gaspar Rosa de **Lima**
José de Sousa **Rego**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**
Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nélia Maria Brito **Nunes**
Paula Cristina Dias **Bettencourt**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Vera Mónica da Silva Alves Teixeira **Bettencourt**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**
António Pedro Rebelo **Costa**
António Lima Cardoso **Ventura**
Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Francisco da Silva **Álvares**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Francisco Salvador **Fernandes**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Mark Silveira **Marques**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Partido Popular (*CDS/PP*)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (*BE*)

José Manuel Veiga Ribeiro **Cascalho**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (*PCP-PEV*)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (*PPM*)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, o que quer dizer que temos quórum. Declaro, assim, aberta a sessão, pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos, com um **ponto prévio**, a **Verificação de poderes do Sr. Deputado Paulo Jorge Silva Ribeiro**. Eu pedia à Sra. Relatora da CAPAT o favor de apresentar o respectivo relatório.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

**RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE ASSUNTOS
PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO RELATIVO À
VERIFICAÇÃO DE PODERES DE DEPUTADOS À ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

Capítulo I
INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 14 de Março de 2011, na Delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada.

Da agenda da reunião constava a emissão de parecer relativo à verificação dos mandatos do candidato a Deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Paulo Jorge da Silva Ribeiro.

Estiveram presentes os Deputados Hernâni Jorge (Presidente), Isabel Almeida Rodrigues (Relatora), Carla Bretão (Secretária), Alexandre Pascoal, José Ávila, António Toste Parreira, Bárbara Chaves, Carlos Mendonça, Luís Garcia, José Francisco Fernandes, Artur Lima (em substituição do Deputado Luís Silveira) e Aníbal Pires.

Capítulo II
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos do disposto no artigo 5.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de Novembro, os Deputados podem requerer ao Presidente da Assembleia a sua substituição por motivo relevante, designadamente actividade profissional inadiável, por um período mínimo de 10 dias.

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do citado Estatuto dos Deputados, o deferimento do requerimento de substituição temporária por motivo relevante determina a suspensão do mandato, devendo o deputado ser substituído pelo primeiro candidato não eleito na respectiva ordem de precedência na mesma lista, conforme resulta do disposto no n.º 1 do artigo 9.º do mesmo Estatuto dos Deputados.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2009/A, de 14 de Janeiro, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho é competente em razão da matéria em apreciação.

Capítulo III

VERIFICAÇÃO DOS PODERES DOS DEPUTADOS

Por ofício dirigido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 28 de Fevereiro de 2011, o Deputado Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses solicitou a respectiva substituição temporária, por um período de 30 (trinta) dias, compreendido entres os dias 1 e 30 de Março de 2011, inclusive, nos termos do disposto no n.º 1 e na alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de Novembro.

Ainda em 28 de Fevereiro de 2011, o Presidente da Assembleia Legislativa exarou despacho favorável no requerimento do Deputado Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses e, na sequência do ofício da Direcção do Grupo Parlamentar do PSD, de 1 de Março de 2011, solicitou à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho a verificação de poderes do substituto legal.

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de Novembro, o deferimento do requerimento de substituição temporária por motivo relevante, nos termos do artigo 5.º do mesmo diploma, determina a suspensão do mandato de Deputado.

Compulsada a acta de apuramento geral do resultado da eleição para a Assembleia Legislativa realizada a 19 de Outubro de 2008, o mapa oficial de resultados e as listas definitivas de candidatos e a ordem de precedência na respectiva lista, há que

proceder à verificação dos poderes do candidato Paulo Jorge da Silva Ribeiro, o qual, nos termos das já citadas normas do Estatuto dos Deputados, deverá substituir o Deputado Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses.

A verificação de poderes é feita pela Assembleia Legislativa e consiste na conferência da identidade do Deputado e na apreciação da regularidade formal do mandato, através da verificação da elegibilidade e de quaisquer incompatibilidades, tal como dispõe o artigo 8.º, n.ºs 1 e 2, do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de Novembro.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os *Grupos Parlamentares do PS, do PSD e do CDS/PP e o Deputado da Representação Parlamentar do PCP* consideram estar verificada a situação de elegibilidade do candidato Paulo Jorge da Silva Ribeiro e que o mesmo não se encontra em situação de incompatibilidade.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efectuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho considera, por unanimidade, elegível o candidato Paulo Jorge da Silva Ribeiro e que este não se encontra em situação de incompatibilidade, concluindo que o mesmo está em condições de integrar a IX Legislatura a partir da data de suspensão do mandato do deputado que substitui, ou seja desde 1 de Março de 2011.

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do citado Regimento, o presente Relatório, depois de apresentado e discutido, é votado pela Assembleia Legislativa.

Ponta Delgada, 14 de Março de 2011.

A Relatora, *Isabel Almeida Rodrigues*.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Hernâni Jorge*.

Presidente: Muito bem, obrigado, Sra. Relatora.

Creio não haver intervenções. Assim sendo, passamos para a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com o presente relatório façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O relatório apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Entramos agora, Sras. e Srs. Deputados, na nossa agenda. Temos como primeiro ponto a **Interpelação ao Governo Regional, apresentada pelo BE, sobre “A situação actual do sector das pescas na Região Autónoma dos Açores”**.

Os tempos foram fixados em conferência de líderes e são os seguintes: para o PS, Governo e interpelante, 30 minutos; para o PSD, 20 minutos; para o CDS/PP, 15 minutos; para o Bloco de Esquerda, 13 minutos; para o PCP e para o PPM, cada um e respectivamente, 10 minutos.

Assim sendo, vamos dar início ao debate. Dou, para tal, a palavra ao interpelante, Sr. Deputado José Cascalho. Tem a palavra.

Deputado José Cascalho (BE): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A interpelação que o Bloco de Esquerda faz hoje nesta câmara sobre o sector das pescas tem o propósito fundamental de esclarecer os açorianos sobre qual a política de pescas que o Governo Regional tem para a Região Autónoma dos Açores. Mais do que nunca, entendemos nós, é necessário pensar a médio e longo prazo, e perceber como pode uma região com um recurso tão importante para a sua sobrevivência, estabelecer uma política sustentável para as pescas.

De facto, a reflexão sobre o que é, efectivamente, uma política sustentável para as pescas é, no nosso entender, uma reflexão urgente nestes dias que correm, em que sentimos o desnorte nas decisões que têm sido tomadas, procurando “tapar buracos”, que revelam as fragilidades e as feridas que se vão abrindo neste sector.

Os pequenos armadores queixam-se, e com razão, do novo regime contributivo para a segurança social, argumentando com a falta de rendimento e a incapacidade para pagar, mensalmente, uma contribuição, afogados que estão muitos deles em dívidas, com compromissos assumidos na renovação do seu barco, com o pagamento do combustível, com as contribuições para os seguros ou ainda para o pagamento da manutenção das artes de pesca.

Os pescadores reclamam, com legitimidade, dos baixos rendimentos que auferem, a maior parte com um rendimento muito abaixo do salário mínimo regional, com a impossibilidade de ter direito a um ordenado fixo ao fim do mês, trabalhando com a máxima precariedade, sem ter acesso ao subsídio de Natal, nem direito a férias. Na verdade muitos trabalham sem contrato, uma prática ilegal se tivermos em conta a Lei n.º15/97, e outros, que o têm, são obrigados a trabalhar com contratos abusivos, que penalizam em muito os seus rendimentos em favor dos armadores.

Por outro lado, todos os intervenientes na pesca sentem que os stocks das espécies que lhes asseguram o rendimento, como o cherne ou o boca negra, estão a “ir ao fundo”, isto é, estão a tornar-se menos abundantes, levando a que a procura destas espécies se realize em áreas cada vez maiores, em zonas mais distantes da costa, alargando o espaço onde praticam a pesca, e acelerando a delapidação das espécies sobre-exploradas.

Todos os intervenientes na pesca dos Açores reconhecem que o esforço de pesca tem aumentando, resultado da melhoria na eficiência das embarcações renovadas, com a utilização de artes de pesca, como o palangre de profundidade, onde outrora se utilizavam outras artes menos depredatórias, renovando embarcações que outrora não iam para o mar, e, simultaneamente, permitindo que muitas embarcações ganhassem mais autonomia, ao estar mais tempo no mar, aumentando, desta forma e significativamente, o esforço de pesca na região. Lembremos que estas renovações têm sido co-financiadas com fundos da Comunidade Europeia no âmbito do PROPESCA, fundos esses que prevêm o investimento na perspectiva da sustentabilidade das pescas!

O que se verifica é que, com a redução dos recursos marinhos, inicia-se por eles uma luta diária como garante da sobrevivência, e este facto tem vindo a ser

relatado em inúmeras situações descritas nos meios de comunicação, como, por exemplo, o lançamento de *very lights* contra a traineira “Flor do Pico”, num conflito com pescadores de Santa Maria que procuravam capturar alguns dos pelágicos que estavam a ser capturados em mancha por 'grandes atuneiros', ou a deslocação de um pescador das Flores até São Miguel apenas com o propósito de entregar uma petição exigindo medidas para pôr cobro à prática da pesca por palangreiros entre as 3 e as 6 milhas, documento esse já discutido nesta Assembleia.

Por outro lado, o documento na RTP/Açores que relata a história do pescador em Vila Franca do Campo que vende peixe porco na lota pelo valor de 1 cêntimo/quilograma, tendo ganho 56 cêntimos por uma jornada de pesca, quando este era vendido, no mesmo dia, no *hiper* por cinco e meio a seis Euro, quinhentas vezes mais do que o preço praticado em lota, mostra ainda outra face das questões da fileira da pesca que urge resolver nos Açores.

E avaliem este relato, Sras. e Srs. Deputados, que transcrevo de um jornal: «“Não é admissível que esteja chicharro à venda por sete euros no comércio e que se esteja a deitar peixe para o lixo. Embora isso seja uma situação da responsabilidade da organização de produtores, a verdade é que o governo regional não vai tolerar essa situação por muito mais tempo” – avisa Ricardo Rodrigues». O nome “Ricardo Rodrigues” não é um engano, esta situação passa-se em 18 de Julho de 2003, um “cenário degradante”, cito, na opinião do então governante, e que continua a ser degradante hoje, passados sensivelmente 8 anos.

Sras. e Srs. Deputados:

Este estado de coisas não é resultado de uma inevitabilidade, mas sim de opções políticas tomadas ao longo dos últimos anos, e que, se por detrás dessas opções, existe uma estratégia com vista à sustentabilidade das pescas, na verdade não a conseguimos deslumbrar. Havendo-a, ela está de certeza errada e conduz a uma inevitável destruição dos nossos ecossistemas marinhos. Se os erros se pagam caros, então, neste caso, o preço é bastante elevado.

Nos últimos anos, apostou-se na melhoria das condições das embarcações de pesca dos Açores. Mas apesar da diminuição do número de embarcações, como apontam

as estatísticas, aumentou-se, em muito, a eficácia das que permaneceram, aumentando o esforço de pesca no mar dos Açores e, sobretudo, nas zonas mais próximas das ilhas, onde a maior parte da frota pesqueira actua. O processo de renovação pretendeu dar à região melhores condições de trabalho aos pescadores, e também permitir melhor acondicionamento do peixe capturado, mas teve o efeito pernicioso de permitir um aumento do esforço de pesca na região, como, por exemplo, o aumento do número de barcos com a arte de pesca de palangre, alguns deles que se dedicam a uma pesca intensiva, não utilizando o apoio de terra para preparar o aparelho de pesca, pescando continuamente no mar, como é usual numa pesca industrial.

Os pequenos armadores e pescadores acabam por ser vítimas deste processo de renovação, porque os armadores que se endividam para adquirir barcos com mais condições, na lógica de procurar obter mais rendimento, só o conseguem à custa de um esforço adicional de pesca, que acaba por não ser compensador. Este ciclo vicioso, que se inicia com a procura de melhores condições que permitem pescar mais, procurando mais rendimento, é um ciclo ruinoso para a pesca e para os próprios armadores e pescadores.

Esta gestão parece querer ser feita privilegiando a quantidade e não a qualidade, e nem os rendimentos dos pescadores aumentam, nem os ecossistemas marinhos são protegidos. E quando o Governo Regional faz uma avaliação do sector, contabiliza-se o valor global do peixe pescado, não fazendo distinção entre as ilhas, e entre o resultado da captura de pelágicos versus *demersais*, esquecendo-se das diferenças de organização dentro das diferentes ilhas. Esta avaliação, por descuido ou por maldade, serve de pretexto para não atribuir o fundo de pesca aos pescadores, com o argumento de que o valor vendido foi suficiente para que os pescadores pudessem ter levado para casa a sua soldada. Queixam-se os pescadores pela falta de rendimento, e o Governo faz ouvidos moucos.

Mas lembrem-se, Sras. e Srs. Deputados, que os pescadores descontam para o FUNDOPESCA sempre que descarregam peixe na lota, e que o Governo, de um modo discricionário, decide se o atribuí ou não e qual será o seu montante, mesmo que seja um montante de miséria, como os 250 Euro atribuídos este ano.

É que, como já referi, os pescadores, em pleno século XXI, continuam a ganhar à soldada ou quinhão, sobretudo nas duas maiores ilhas dos Açores. E percebe-se porquê. O preço em lota, fruto da sua jornada de trabalho, é por vezes tão baixo que, por momentos, parece convergir para zero, e tudo isto se passa com o beneplácito da Lotaçor, uma empresa pública, uma empresa sob a égide do Governo Regional.

Em resultado da distribuição, depois de terem de aceitar a partilha do resultado da venda, muitas vezes em mais de 10 partes, onde o armador fica com a maior parte, os pescadores arrecadam uma miséria por uma jornada de trabalho difícil e, por vezes, arriscada. Entretanto na comercialização, com a complacência de uma lei descuidada, os compradores obtêm lucros que ultrapassam, muitas vezes, os 100 e 200%!

Finalmente, e com o novo regime de contribuição para a segurança social, os pequenos armadores deram o sinal de alarme. Como podem pagar o valor da contribuição social dentro deste novo regime, com os encargos acrescidos de combustível, nos seguros, e com os investimentos realizados e em dívida, ao longo dos últimos anos?

Sras. e Srs. Deputados:

O argumento que parece seguir a política de pesca desta região de “quanto mais se pesca, melhor, porque aumenta o lucro para a região!” é falacioso, já que o que está em causa é um aumento de esforço de pesca que compromete as artes de pesca tradicional, que compromete a organização social que faz parte desta actividade, que compromete, enfim, toda a actividade piscatória da região.

A ciência procura respostas para justificar a quebra dos stocks de algumas espécies. Procura encontrar razões que possam justificar a limitação da utilização de grandes embarcações vindas do continente e de outros países da Europa, para pescar com a arte de palangre de superfície, no mar dos Açores.

Por outro lado, vai-se constatando que, com o esforço de pesca, os recursos junto à costa e em diversos bancos de pesca, outrora mais disponíveis, estão a escassear. As medidas tomadas para reduzir o esforço de pesca nas 3 milhas, garantindo assim que algumas espécies que se reproduzem junto às ilhas não sejam

depredadas (como é o caso do goraz), empurram as embarcações para outros locais de pesca mais distantes.

Deputado José San-Bento (PS): Que conversa é essa, Sr. Deputado?

O Orador: O que é certo é que o espaço exíguo de pesca já é pequeno para tantos barcos. A luta pelas 200 milhas não é pois uma luta despropositada, não só porque não se conhecem os montes submarinos onde eventualmente existem stocks de pesca que são importantes para os açorianos, como também porque é praticamente impossível para os barcos açorianos pescar em zonas onde os barcos lançam os palangres de superfície, que se estendem por muitos e muitos quilómetros.

Por outro lado, a ciência só agora começa a entender a complexidade dos ecossistemas e assusta-se com a possibilidade de o equilíbrio de um monte submarino poder afectar o equilíbrio global do sistema. A pergunta que se faz é “quem recruta quem?”, ou seja, como é que uma determinada zona ecologicamente rica contribui para a riqueza de outra zona. E o receio é o de nos encontrarmos já numa situação não sustentável, ou seja, em que as oscilações do número de stocks disponíveis que temos observado sejam já o resultado de uma instabilidade provocada por uma delapidação de recursos que conduz à sua eliminação.

São duas questões que estão em cima da mesa, mas para as quais não podemos ficar à espera de resposta. É preciso aplicar o princípio da precaução. É preciso actuar já, e essa actuação passa por ter, efectivamente, uma política para a sustentabilidade das pescas, que trace horizontes a médio e longo prazo.

Há inúmeras possibilidades para políticas de gestão da pesca que têm sido, de forma desconexa e inconstante, propostas e ventiladas pelos sindicatos e pela federação de pescas, e este é um sinal de que há vontade de mudar, para melhorar a forma como a gestão da fileira das pescas é praticada nos Açores.

Deputado José Rego (PS): Isso é uma contradição!

O Orador: Nessa direcção, o Bloco de Esquerda entende que a governança deve permitir que os diferentes actores envolvidos na pesca, dialoguem livremente, e que, livremente, partilhem experiências, e que criem sinergias com o know-how de cada um dos actores, numa palavra, que se entendam, e que se inicie um processo

que se possa traduzir numa só voz, que procure resolver os problemas da pesca na região.

Disse.

Presidente: O Governo tem, querendo, o direito de intervir nesta fase do debate. Creio que quer. Sr. Subsecretário Regional das Pescas, tem a palavra.

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A actividade marítima da pesca tem estado sujeita, nestes últimos tempos, a uma conjuntura particular resultante da instabilidade dos preços dos produtos da pesca, da diminuição da procura alimentar de determinados produtos tradicionais da pesca, e da variação das capturas da nossa frota, com especial relevância para o atum e algumas espécies de profundidade tradicionais.

Tendo em vista atenuar os efeitos desta conjuntura difícil para o sector das pescas, o Governo Regional tem estado a implementar um conjunto de medidas destinadas a apoiar os nossos pescadores e armadores, bem como das nossas empresas de comercialização e de transformação.

Das 14 medidas que definimos no ano passado, perante esta Assembleia, executámos doze e temos em fase de execução outras duas.

Accionámos o FUNDOPESCA todos os anos, desde a sua implementação em 2002. Com este fundo, marca da nossa governação, já apoiámos os pescadores em cerca de 4 milhões de euros. Com o accionamento do FUNDOPESCA no início deste ano vamos apoiar novamente os pescadores açorianos num montante de 400.000 euros. E iremos accioná-lo novamente este ano se o mau tempo prolongado não permitir o exercício da pesca.

Criámos um novo regime de apoio aos seguros dos tripulantes. Estamos a apoiar cada seguro efectuado por pescador em cerca de 40% do seu custo. Com esta medida vamos despender meio milhão de euros com o apoio à segurança no trabalho marítimo de cerca de 2.500 pescadores.

Criámos um novo modelo de contagem de tempo para a segurança social dos pescadores, que entra em linha de conta com o tempo de trabalho no mar e com o

tempo de trabalho em terra, de forma a facilitar o acesso à reforma dos nossos pescadores.

No âmbito do programa de formação profissional do sector das pescas, certificámos mais de meio milhar de pescadores que andavam com autorizações provisórias, permitindo que obtivessem já este ano as suas cédulas marítimas e assim pudessem exercer a sua profissão em igualdade de circunstâncias com o exercício de qualquer outra profissão.

Temos em execução a regulamentação de embarque de tripulantes nas embarcações de pesca, de forma a diminuir os custos de exploração das embarcações da nossa frota de pesca. Nesta matéria vamos debater com as associações da pesca uma forma de introduzir nos roles de tripulação as regras contratuais entre o armador e os tripulantes e assim permitir uma maior clarificação dos direitos e obrigações de cada parte.

Introduzimos um regime de apoio financeiro para os jovens armadores que queiram adquirir embarcações de pesca que já estejam em actividade no mar dos Açores. Esta medida abrange todos os pescadores em actividade que tenham menos de 40 anos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É a “sovietização” da pesca!

O Orador: Introduzimos também um regime de incentivos para retirar da nossa frota as embarcações da pesca local e pequena pesca costeira que não tenham as adequadas condições para o exercício da actividade. Esta medida aplica-se a qualquer embarcação de pesca que tenha menos de 12 metros e permitirá reduzir o número de embarcações da nossa frota, neste segmento.

No âmbito do plano de construção de embarcações que está em curso, introduzimos a possibilidade de os armadores com projectos aprovados mudarem de estaleiro e continuarem a manter o apoio do incentivo, desde que não haja aumento de dimensões da embarcação e da sua potência.

Renegociámos com a banca os protocolos de concessão de empréstimos reembolsáveis aos armadores, de forma a prolongar os prazos de pagamento dos 7 para os 10 anos e passámos a dar um apoio de 70% a fundo perdido aos juros desses mesmos empréstimos. Demos instruções à Lotaçor, como entidade avalista

desses protocolos, para que adiantasse as prestações em caso de necessidade do armador, sem imputar mais encargos de juros.

Reforçámos os mecanismos de adiantamento financeiro da Lotação, no âmbito da aquisição de pescado em primeira venda, de forma a promover uma melhor sustentabilidade à fileira da comercialização e transformação.

Estamos já a promover uma medida de reorientação para as pescarias de espécies ainda não exploradas comercialmente, como o peixe-espada preto, com vista a fazer um histórico de pesca a nível comunitário, apoiando a 70% a aquisição de artes e equipamentos de pesca para a captura desta espécie e garantindo um preço de aquisição em lota até 3 € por quilo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é soviético!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Antes fosse, Sr. Deputado!

O Orador: Estamos não só a reforçar das parcerias da empresa regional de comercialização de pescado com as associações da pesca de cada ilha, como estamos a preparar a entrada das associações no seu capital social.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é crime!

O Orador: O objectivo é criar uma concorrência mais justa e possibilitar que os pescadores entrem nos circuitos comerciais para que possam participar nos lucros da venda do pescado que capturam e assim obter mais rendimentos para as suas famílias.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Para garantir maior sustentabilidade a longo prazo, reforçámos as zonas de protecção à pequena pesca local e artesanal em torno das nossas ilhas. Assim, em processo de diálogo com as nossas associações de pescadores, no âmbito da pesca com armadilhas e à semelhança da pesca com palangre, reservámos a zona das seis milhas exclusivamente para as embarcações de pesca da própria ilha e iremos implementar mais medidas que promovam a perenidade dos nossos recursos marinhos.

Pese embora este pacote de medidas que atrás referi, importa reflectir um pouco sobre o que se tem passado na actividade extractiva, que tem sido a fileira que tem estado mais sujeita a esta situação conjuntural ao longo destes últimos tempos.

O ano de 2010 foi particularmente atípico. Começou por um Inverno bastante agreste que impediu o trabalho no mar durante um período mais longo que o habitual, passou pela diminuição de capturas de algumas espécies de fundo mais valorizadas comercialmente e acabou numa safra excepcional do atum que fez com que o volume de capturas atingisse perto de 19.000 toneladas e o valor das descargas em lota fosse superior a 39,5 milhões de euros, garantindo assim um rendimento global da actividade da pesca 30% acima do ano de 2009 e que atingiu o segundo maior valor histórico da nossa região.

Quando analisamos a produtividade dos segmentos da frota local e costeira a nível regional, verificamos que a frota local – que é aquela junto das comunitárias piscatórias de proximidade – obteve um rendimento económico global de 15,8 milhões de euros, superior em 10% ao do ano passado. Quanto à nossa frota costeira, esta obteve um rendimento de 23,5 milhões de euros, superior em 45% ao do ano de 2009.

No entanto o rendimento da frota local não foi o mesmo em todas as ilhas. As comunidades que não diversificaram a sua actividade da pesca tiveram rendimentos inferiores aos do ano de 2009. No entanto, as comunidades piscatórias das Ilhas de Santa Maria, São Miguel, São Jorge e Pico, por terem diversificado as suas pescarias, capturando também lulas e *tunídeos*, tiveram rendimentos superiores aos do ano de 2009.

Por isso, é fundamental que os nossos armadores aproveitem os regimes de apoio em vigor, para que preparem melhor as suas embarcações de forma a poderem diversificar a sua actividade e assim aproveitarem melhor as oportunidades de pesca que surgem no mar dos Açores.

Para além dos regimes que vos apresentei, o sector das pescas tem ainda ao seu dispor os regimes de apoio do POSEIMA, o regime de apoio ao escoamento de pescado das ilhas da coesão, os regimes de apoio ao gasóleo da frota costeira e artesanal, o regime de apoio à gasolina, o regime de apoio às conserveiras, o regime de apoio às associações da pesca, o regime de apoio aos projectos colectivos na área da pesca e aquicultura, os regimes de apoio à frota, empresas de aquicultura, transformação e comercialização previstos no PROPESCAS. Ao todo,

temos 18 regimes de apoio e de incentivos ao dispor do nosso sector das pescas, que comprovam a nossa vontade política de apostar no desenvolvimento de um sector produtivo que é um pilar da nossa economia.

Deputado João Costa (PSD): Ao que isto chegou, Sr. Subsecretário!

O Orador: O sector das pescas, com as suas gentes, constitui sempre uma mais-valia para a nossa região. Por isso, o desenvolvimento dos Açores passa sempre pela continuação da aposta, como temos feito, no desenvolvimento do nosso sector das pescas.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As questões que se relacionam com o estatuto profissional dos pescadores são, de há muito, caras ao PCP. Desde logo porque estivemos na origem da Lei 15/97 que, pela primeira vez na história do nosso país, instituiu um regime laboral assente num contrato de trabalho, à semelhança dos restantes trabalhadores portugueses.

No entanto, este regime laboral não se generalizou tanto quanto gostaríamos e, aí, a principal responsabilidade recai sobre o PS que recusou, na altura, a proposta do PCP para assegurar a subsidiariedade da legislação laboral comum. Ao fazê-lo, abriu a porta à manutenção de relações de trabalho ditas “tradicionalis”, isto é: permitiu a manutenção do arcaico regime de exploração infelizmente bem conhecido por muitos pescadores, também na nossa região, sob o nome de quinhão. Uma realidade que é tanto mais vergonhosa quanto Portugal está entre os países subscritores da Convenção 188 da Organização internacional do Trabalho sobre as condições laborais no sector da pesca!

Claro que, para além deste buraco legal, outros factores contribuem para continuação deste estado de coisas:

À cabeça, o baixo valor do pescado em lota, que não se deve à falta de escoamento do produto, antes se relaciona com o mecanismo da formação de preços, que

depende da intervenção dos compradores que, a seu bel-prazer e no seu interesse controlam a primeira venda, impondo preços muito abaixo do que seria justo. E fazem-no, nesta região, porque apesar de existir uma taxa máxima de lucro, existem também múltiplas e diversas maneiras de a contornar, perante uma fiscalização, também em terra, inane ou inexistente! Mas, também, a falta de especialização das capturas, flagrantemente clara no caso da pesca do chicharro, mas não só, contribui para o mísero valor da primeira venda.

É, infelizmente, o lógico resultado de anos de desmantelamento da nossa frota e redução do nosso esforço de pesca, com apoios que deveriam ter servido para a sua modernização, que entregaram e entregam a frotas extra-regionais, maiores e melhor equipadas os melhores recursos dos mares dos Açores. Enquanto navios estrangeiros e do continente, com a devida licença emitida pelo Governo Regional, pescam nas nossas águas, para os pescadores açorianos e as suas pequenas e envelhecidas embarcações resta a pequena captura costeira, de baixo valor! Para os de fora, o peixe graúdo, para os açorianos, o peixe miúdo!

Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*): Não apoiado!

O Orador: Mas, como se tal não bastasse, entregámos ainda uma extensa fatia da Zona Económica Exclusiva à ganância europeia, sem deixarmos protegidos os nossos interesses e as nossas riquezas.

Os milhões de apoios europeus que serviram para financiar o desmantelamento da nossa frota, teriam sido muito mais bem empregues na sua reconversão e modernização, para que hoje pudéssemos contar com um sector moderno e bem apetrechado, praticando uma actividade lucrativa e sustentável.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Basta percorrer algumas das localidades piscatórias da Ilha de São Miguel, por exemplo, para percebermos a dimensão deste erro e os custos sociais desta política desastrosa: A exiguidade e incerteza dos rendimentos, o perigo sempre presente, a falta de reconhecimento social do seu papel e importância, tudo contribui para tornar a pesca profissional uma actividade pouco atractiva e os pescadores uma camada da sociedade social e economicamente fragilizada.

Esta desvalorização relaciona-se também com as baixas qualificações dos pescadores e a falta de incentivos para a sua profissionalização. Devido a estas dificuldades muitos são os que encaram a pesca apenas como actividade ocasional ou temporária, um mero rendimento complementar a outras actividades, perpetuando assim a penosidade sem fundamento, a precariedade e a exploração.

Reconhecendo que, na região, alguns passos têm sido dados e que se realizam alguns cursos que são importantes, continua a faltar dimensão estrutural a esse esforço. Precisamos de uma aposta mais enérgica na formação e profissionalização dos pescadores. O PCP Açores defende, por isso e desde há muito, a criação de uma verdadeira Escola Profissional de Pesca, que pudesse dar formação aos nossos pescadores, valorizando a sua profissão e melhorando a empregabilidade de muitos dos nossos jovens, dando-lhes formação específica num sector que, a nível mundial, é carente de mão-de-obra.

O primeiro passo na redinamização do sector pescas terá forçosamente de passar por uma nova valorização dos seus profissionais. Nisto, sim, serão bem empregues os milhões de ajudas europeias que até agora têm sido desbaratados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Infelizmente, na região como na da República, o PS continua a sacrificar os pescadores.

Recentemente, fomos confrontados com a vergonhosa decisão do Governo Regional de fixar o valor da compensação pelos dias de paralisação forçada, do FUNDOPESCA, em apenas 250 Euros. Isto não é compensar os pescadores, isto é insultar os pescadores!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não apoiado!

O Orador: Ainda para mais num extraordinariamente difícil do ponto de vista das condições climatéricas, como foi o de 2010!

Deputado Francisco César (*PS*): Não apoiado!

O Orador: Por outro lado, o Governo rasga assim a expectativa de aproximação do valor do FUNDOPESCA ao salário mínimo, assumida neste Parlamento pelo Subsecretário Regional das Pescas.

Este fundo tem de parar de ser entendido como uma espécie de saco azul arbitrariamente gerido pelo Governo Regional em função dos seus interesses políticos.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não apoiado!

Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*): Crie um conselho consultivo!

O Orador: Este dinheiro é descontado pelos pescadores! Pertence aos pescadores! Atribuir 250 Euros de FUNDOPESCA é, objectivamente, um roubo aos pescadores que, veementemente contestamos. O FUNDOPESCA tem de parar de servir para o Governo ir gerindo os descontentamentos e passar a servir para compensar a perda de rendimentos dos pescadores.

Deputado João Costa (*PSD*): É verdade!

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Muito bem!

Deputado José Lima (*PS*) e **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Não apoiado!

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*): Qual é a percentagem dos pescadores?

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não satisfeito ainda com a miséria em que tem lançado a classe piscatória, o PS vem agora, através das novas regras do código contributivo, dar mais uma machadada decisiva sobre a pesca artesanal e sobre a sobrevivência dos pequenos armadores.

Com estas alterações, o PS criou mais uma situação de injustiça objectiva, ao não entender o que é realidade socioeconómica da maior parte dos pequenos armadores e dá mais um passo na destruição da nossa frota tradicional, que é um pilar essencial de sobrevivência de muitas comunidades ribeirinhas. O PS demonstra, assim, uma cegueira abstrusa no plano económico e uma insensibilidade monstruosa no plano social e humano.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Obscura é a sua intervenção!

O Orador: Arruínam-se os pescadores e contribui-se assim para arruinar ainda mais o país e a região. É mais uma que os pescadores têm para agradecer ao PS, a José Sócrates e ao PSD, partido que, na República, em conjunto com o PS, aprovou o código retributivo e rejeitou as propostas de alteração do PCP!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há outro caminho. Para o PCP, uma política de pescas virada para o futuro exige:

A manutenção da soberania nacional sobre as nossas águas, o mar territorial e área adjacente) com prioridade para a frota regional;

A defesa da pesca costeira, com especial relevo para a pesca artesanal;

Uma gestão dos recursos que respeite o acesso colectivo, baseada em aspectos biológicos e com um sistema de co-gestão;

A modernização e renovação das frotas, com o abandono dos abates indiscriminados;

A formação profissional e a valorização salarial dos pescadores e o incentivo à sua profissionalização, bem como a aplicação generalizada de contratos de trabalho a bordo;

A defesa dos direitos adquiridos e obtenção de novos direitos, nos acordos da União Europeia e nos acordos bilaterais;

A efectiva aplicação e fiscalização sobre a margem máxima de lucro para os intermediários;

Uma fiscalização adequada da actividade;

O reforço de meios financeiros e técnicos para a investigação científica.

Uma política de pescas construída nestas linhas é a única forma de garantirmos o futuro desta actividade na nossa região, na qual o PCP Açores está, como sempre esteve, empenhado.

Disse.

Deputado Berto Messias (PS): Não disse nada, Sr. Deputado.

Presidente: Sr. Deputado António Pedro Costa, tem a palavra.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O sector das pescas nos Açores está a viver dias difíceis, tendo-se duplamente

agravado durante o ano de 2010, não só devido à crise que nos assola, como também ao agravamento dos custos da actividade, designadamente quanto ao gasóleo para a pesca, às taxas e licenças e aos custos de aprovisionamento, levando os pescadores ao desalento, sem meios para sustento da família. Com rendimentos baixos e irregulares, falta de formação profissional adequada e uma vida extremamente dura...

Deputado Francisco César (PS): Coitadinhos dos pescadores.

O Orador: ...os homens do mar vêem os seus rendimentos diminuírem a olhos vistos e os pescadores e armadores dos Açores, sobretudo da pequena pesca, com especial ênfase para os das ilhas maiores, vivem tempos muito gravosos.

A maioria dos pescadores da pesca costeira não atingem sequer 420 euros por mês, o que é um sobressalto diário para as famílias numerosas viverem com um mínimo de dignidade.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Infelizmente, o cenário não é tão cor-de-rosa como o Governo pretende fazer correr.

Torna-se necessário, em nome da coesão social e económica desta classe profissional, não só promover políticas que potenciem de forma sustentável os nossos recursos piscícolas, de forma a assegurar a sua estabilidade, como trabalhar pela preservação dos nossos pequenos e muito frágeis bancos de pesca no mar dos Açores.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: A sempre adiada regulamentação de um programa de controlo de rastreabilidade do pescado capturado pelas embarcações dos Açores, a nosso ver, bem poderia constituir uma mais-valia para o circuito de comercialização do pescado da região. O que constatamos neste momento é, nas superfícies comerciais, peixe proveniente da Malásia, do Quénia ou do Senegal, vendido como sendo produto dos Açores, como é o caso, por exemplo, do cherne, da abrótea e do boca negra, que são vendidos nas nossas ilhas a preços extremamente baixos, mas que não estão sujeitos aos mecanismos de controlo higio-sanitários impostos pela União Europeia para os nossos produtos. A rastreabilidade ainda não passou de

uma promessa que constituiria um passo gigante nas medidas de segurança alimentar e valorização dos nossos produtos.

Toda a gente admite...

Deputado Lizuarte Machado (PS) e Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): Isso não é verdade!

O Orador: ...que a quebra de rendimentos está associada ao facto dos nossos recursos *demersais* se encontrarem altamente sobre-explorados, como é o caso do goraz, do imperador, do alfonsim, do boca negra, etc. O cherne, que está dizimado noutras paragens, é explorado por embarcações de grande porte. Por isso, torna-se necessário encontrar um equilíbrio na emissão por parte do Governo Regional de licenças condicionadas, a fim de se evitar a exploração altamente predadora desta arte e de se assegurar a sustentabilidade das pescas nos Açores.

Outro grande problema diz respeito às capturas de chicharro, em que o consumo decaiu com os novos hábitos alimentares e os nossos stocks ainda são consideráveis. Torna-se necessário encontrar um mecanismo justo para regular a pesca do chicharro, pois a experiência do lote único, de acordo com os pescadores, tem garantido apenas rendimentos muito abaixo daquilo que esperavam. É indigno o valor em lota desta e de outras espécies, comparativamente aos preços praticados na comercialização. Algo tem de ser feito para maior justiça no sector das pescas dos Açores.

Já que o Governo se tem substituído, nalguns casos, aos privados, na área da comercialização, bem poderia a empresa Espada-pesca, que é o mesmo que dizer a Lotaçor, garantir a retoma a preços razoáveis. Sabemos que experiência da conserva do chicharro não é de todo apelativa, mas haveria que encontrar uma alternativa para que muitas toneladas de peixe não sejam lançadas na lixeira, levando-o para outras ilhas onde o chicharro não abunda.

Deputado José Rego (PS): Oh, Sr. Deputado! Trazer outra vez isso para aqui!

Deputado José Lima (PS): Sr. Deputado, já lá vai esse tempo!

O Orador: Por outro lado, os armadores pescadores viram, com o novo código contributivo, a sua carga fiscal fortemente agravada, tendo agora que pagar uma contribuição social em que muitos deles, em certas alturas do ano, nem sequer

retiram rendimentos suficientes para fazer face a esta contribuição fiscal. Reafirmamos que é imperiosa a alteração do código contributivo para a pequena pesca artesanal, com barcos de boca aberta, pois estes terão muitas dificuldades em várias alturas do ano em arrecadarem receitas para fazer face a esta nova contribuição.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques) e **Subsecretário Regional das Pescas** (*Marcelo Pamplona*): Votaram favoravelmente.

O Orador: Por outro lado, e uma vez que os pescadores fizeram os descontos a que estão obrigados, o direito ao FUNDOPESCA, mais conhecido pelo subsídio de Natal, deveria ser atribuído com critérios claros e transparentes. Foi anunciado que, este ano, seria no valor de 250 euros, muito abaixo do valor correspondente ao salário mínimo regional, referência que o Governo Regional prometeu e pelos vistos não é cumprido este ano.

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Este Governo ilude assim os pescadores que os deixa de mãos estendidas à espera de uma esmola que não é mais do que um direito de cada pescador.

Deputado José San-Bento (*PS*): Isso era no seu tempo!

Deputado Francisco César (*PS*): Isso era noutra tempo! Era no seu tempo, desde 85!

O Orador: Por outro lado, o normativo da Lei n. 15/97 regula o regime jurídico do contrato individual de trabalho a bordo das embarcações de pesca, mas aguarda há muitos anos para ser integralmente aplicado. Cerca de 90% dos pescadores da pequena pesca não é abrangida.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

Deputado Francisco César (*PS*): Isso é como diz o Sr. Deputado Duarte Freitas.

O Orador: É preciso dar dignidade à actividade piscatória, para não ser vista como uma actividade marginal dentro do sector primário da economia açoriana.

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Muito bem!

O Orador: É urgente que paulatinamente se alargue a implementação do contrato de trabalho. Reconhecemos que não é fácil, mas é uma matéria que deve merecer mais atenção e determinação na sua execução. O regime medieval de repartição do produto da pesca deve ser alterado, dando cumprimento e salvaguardando os direitos dos pescadores, bem como uma maior segurança no exercício desta profissão. Só assim se dignifica o pescador e a sua função.

Relativamente ao serviço da estação costeira de comunicações – que permite a cobertura via rádio VHF de toda a região e garante as condições de segurança dos pescadores e a correcta gestão de capturas nos Açores –, é assegurado por funcionários da cooperativa Porto de Abrigo e corre o risco de encerrar, se não houver apoio por parte do Governo. Trata-se de uma função de manifesto interesse colectivo que é preciso acautelar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É preciso assegurar a compensação, para além do ano de 2013, dos sobrecustos para o escoamento dos produtos da pesca. Para tal, é necessário acompanhar o processo nas instâncias europeias e assim atenuar os problemas das nossas exportações.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é que é confiança num futuro governo do PSD!

O Orador: Entre outros problemas, a actualização da legislação sobre a pesca de artes de armadilhas não correspondeu àquilo que os pescadores esperavam...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é que é confiança no PSD!

O Orador: ...pois pretendiam que houvesse mecanismos de maior controlo sobre armadilhas não selectivas, como é o caso das armadilhas de plástico, que os pescadores consideram um verdadeiro veneno para a pesca. Lamentam a falta de fiscalização desta arte de pesca e que a portaria se destinou apenas e quase tão-só a penalizar os pescadores que utilizam armadilhas selectivas, como é o caso dos covos para a captura de lagosta.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: A dignificação do sector das pescas não passa apenas pelos grandes investimentos em portos, lotas e equipamentos que o Governo fez e bem, mas

também por uma aposta na formação, em melhores salários e mais segurança, a fim de se promover a coesão socioeconómica e se ultrapassar um problema social muito complexo que identifica e caracteriza muitas das comunidades piscatórias açorianas.

O sector da pesca é caracterizado por uma vida extraordinariamente perigosa e marginal provoca uma situação social e económica complexa, sem descortinarem uma política sustentável para as pescas. Por isso, esperamos que deste debate os pescadores possam ver a luz ao fundo do túnel e ter esperança em dias melhores.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com muita atenção todas as intervenções que aqui foram feitas, mas tenho ouvido com muita preocupação os pescadores e as pessoas sobre o estado das pescas que temos nos Açores, ao fim desta dezena e meia de anos de governo socialista. Vamos a questões práticas e a perguntas.

Vivemos numa região que se dá ao luxo de pôr toneladas de atum no lixo. É essa a região que o Governo Regional quer? São esses os Açores que queremos?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Vivemos numa região que se dá ao luxo de colocar para o lixo toneladas de chicharro, toneladas de alimento, e que diz aos pescadores que doseiem os seus esforços de pesca. Ora, numa região de um país pobre, numa região pobre, deitar alimento ao lixo não pode ser considerado de outra maneira senão criminoso!

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Muito bem!

O Orador: É isso que se faz quando se atira alimento, desbragadamente, para o lixo, sem capacidade de escoamento, sem capacidade de armazenamento e sem capacidade de produção, que os Açores ainda hoje não têm.

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): O chicharro já não vai para o lixo!

O Orador: Portanto, a primeira pergunta, Sr. Secretário: o senhor considera, ou não, aumentar a capacidade de laboração da fábrica de Santa Catarina, nomeadamente em horário pós-laboral, contratando mais gente, contratando mais funcionários e trabalhando 24 horas por dia, para produzir atum, se for necessário, Sr. Secretário?

Considera, ou não, a possibilidade, por exemplo, de produzir chicharro em conserva, como já foi e muito bom no passado, nos Açores, ou até exportá-lo para as fábricas do continente para chicharro de conserva? Considera, ou não, Sr. Secretário?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: Porque o que se está a fazer e as medidas que o Governo tem tomado são, nem mais, nem menos, a “sovietização” do sector das pescas nos Açores! Nomeadamente, essa empresa Espada-pesca, numa concorrência desleal aos privados, inaceitável, no mercado aberto!

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): É o capital social das privatizações!

O Orador: Portanto, o que o Governo está a fazer é a “sovietização” da pesca, é o subsídiozinho aqui e o subsídiozinho acolá, impedindo a produção, deitando alimento ao lixo! Ao fim e ao cabo, numa atitude criminosa!

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): Não vai para o lixo.

O Orador: Porque nós classificamos de criminosa esta atitude de pôr peixe ao mar, quando há gente que passa fome, Sr. Subsecretário das Pescas!

Deputado João Costa (PSD): É verdade.

O Orador: Mais uma questão, Sr. Subsecretário: relativamente aos transportes e ao escoamento de pescado – já não é o CDS que o diz, já o dizemos há anos e os senhores sempre teimaram que não era necessário, mas é alguém responsável que diz que – é inaceitável esse sistema de escoamento de pescado, é inaceitável o preço de um euro e meio por escoamento de pescado...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: ...e que o senhor, mais uma vez, numa medida de “sovietização” da economia, diga que vai dar um subsídiozinho! Quando, se o Governo Regional tivesse um avião de transporte de carga, que é o que esta associação sugere, era muito mais barato para o pescador e não ficava o pescador dependente da esmola do Governo Regional, do subsídio de transporte!

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): Não há esmolas aqui.

O Orador: Porque é isso que os senhores querem fazer: a “sovietização” da economia açoriana!

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado José Rego, tem a palavra.

***Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Após este discurso radical da nossa direita do Parlamento, radical no sentido em que chama de “sovietização” o domínio das pescas da região, e após algum miserabilismo de intervenções de alguns deputados desta casa, gostaria de traçar o nosso olhar sobre as pescas nos Açores. Se tive alguma atenção para com os Srs. Deputados, também gostaria que tivessem para comigo.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Relativamente a algumas questões levantadas pelo Sr. Deputado do CDS, gostaria de dizer que há alguma demagogia nas suas afirmações nesta casa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Qual demagogia?

O Orador: A primeira demagogia passa por o senhor e alguns partidos desta casa, como o Bloco de Esquerda, o PSD e outros, terem afirmado que muito do pescado destas ilhas vai directamente para a lixeira em São Miguel. Isto verificou-se no passado e há que hoje, aqui, reafirmar que o que fez aquela peça na televisão, e os senhores estão a ser induzidos no mesmo erro, não acontece na Região Autónoma dos Açores. O excesso de pescado é colocado na COFACO e não na lixeira directamente, como naquelas imagens muito degradantes, que alguns açorianos viram e que não pode acontecer nesta região.

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso não é verdade, Sr. Deputado!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não dá jeito!

O Orador: A verdade é esta, hoje, na nossa região e não aquela imagem que aquela jornalista colocou propositadamente!

Deputada Zuraída Soares (BE): O senhor sabe que isso não é verdade!

O Orador: Os senhores vão atrás da dita imagem, não vão ver na COFACO...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: ...as toneladas de peixe que entram lá para farinha, e vão chamar de criminosa a atitude!

Deputada Zuraída Soares (BE): Entraram uma vez!

O Orador: Portanto, Srs. Deputados, há que esclarecer esta situação.

Relativamente ao Bloco de Esquerda, que traz a esta casa a discussão sobre o sector das pescas e que começa por afirmar que é um sector que está a ser muito mal tratado nesta região...

Deputada Zuraída Soares (BE): Absolutamente! Com certeza!

O Orador: ...eu gostaria de reafirmar o contrário do que os senhores têm dito relativamente às pescas desta região. Nós, não entendendo, não aceitamos que a Sra. e o Sr. Deputados do Bloco de Esquerda considerem que este é dos sectores mais mal tratados na nossa região!

Deputada Zuraída Soares (BE): Dos mais mal tratados, mas não somos só nós a dizer, somos todos!

O Orador: Nós entendemos que é dos sectores mais acarinhados nesta região!

Deputado João Costa (PSD): Por isso está no estado em que está.

O Orador: A senhora deve prestar atenção e verificar, medida a medida, qual o carinho que nós temos tido por este sector na nossa região. Não aceitamos a contradição do Bloco de Esquerda, que tão depressa defende a frota costeira, como, ao mesmo tempo, fala mal da frota de palanque na nossa região!

Deputada Zuraída Soares (BE): Fala mal?

O Orador: Sra. Deputada, a senhora, se ouviu com atenção o que disse o seu colega naquela bancada, foi querer voltar à pré-história, pescar nas nossas baías. Havia uma contradição muito grande, em que ele disse que o que nós fazíamos com o nosso sector de pesca era empurrar as embarcações para longe. Não! Nós defendemos as nossas 6 milhas, quando muitas vezes alguns deputados, como o

PSD e o Sr. António Pedro Costa, defendiam que se pescasse dentro das 3 milhas na Ilha de São Miguel.

Vozes das bancadas do PS e Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, nós sempre fomos pela preservação dos nossos recursos! Implementámos um conjunto de medidas que levou a que as nossas ilhas ficassem mais defendidas para os nossos pescadores, em termos da pesca costeira, preservando os nossos recursos, com medidas preventivas que foram tomadas em devido tempo e que espelharam...

Deputado João Costa (PSD): Nota-se!

O Orador: ...alguma reserva de algumas ilhas.

Relativamente ao maltratar com que foram ou têm sido tratadas as nossas pescas, os Srs. Deputados devem reconhecer, ao longo dos vários anos, o conjunto de investimentos que foi feito, ilha a ilha, em todas as ilhas.

Deputado João Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Sr. Deputado António Pedro Costa, a sua ilha, a nossa ilha, é muito diferente do passado! Os portos são importantes, não só um porto por ilha...

Deputado António Pedro Costa (PSD): Muito importantes também!

O Orador: ...como pensava o PSD no passado, um conjunto de portos a norte ou a sul das ilhas, que aumentou a mobilidade dos nossos pescadores.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Isso não está em causa.

O Orador: Hoje, muitos pescadores de Rabo de Peixe muitas vezes não ficam no seu porto e vão para Ponta Delgada; ou os da Caloura vão para Vila Franca; porque hoje há um conjunto de infra-estruturas que protege os pescadores na prática do seu exercício, que foi muito importante para melhorar o rendimento dos pescadores.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Os portos não são tudo! Temos os pescadores!

O Orador: É preciso que isso seja dito aqui, e não de uma forma subliminar. Portanto, reafirmo que foi feito um conjunto de investimentos em infra-estruturas, em frio, em termos de pórticos nos portos, ou de gruas...

Deputado António Pedro Costa (PSD): Eu disse isso!

O Orador: ...que facilitou muito a prática da pesca nas nossas ilhas. Não é só dizer que o que nós fizemos foi aumentar o nosso produto.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Eu disse isso que está a dizer.

O Orador: Foi melhorar a qualidade de vida e a prática da pesca na nossa região, melhorando a nossa frota e, neste momento, há um grande número de embarcações que ainda irá melhorar muito mais a nossa frota. Portanto, há que não fazer demagogia com aquilo que deve ser a nossa realidade!

Deputado João Costa (PSD): Diga isso aos pescadores!

O Orador: Aqui já tivemos uma intervenção sobre o FUNDOPESCA e o Bloco de Esquerda diz que mais tarde virá trazer o mesmo diploma.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sem dúvida!

O Orador: Eu não aceito que o Bloco de Esquerda ou o PSD não percebam o funcionamento do FUNDOPESCA!

Deputado João Costa (PSD): Ah, não? Ninguém percebe! É a coisa mais discricionária que existe!

O Orador: Não percebem e fazem o discurso de que um pescador descontou para aquele fundo. A parte que o pescador descontou para aquele fundo representa uma pequena parte daquele fundo, e não o FUNDOPESCA!

Deputado João Costa (PSD): Ninguém percebe porque não é cumprido.

O Orador: E não deve ser encarado, o FUNDOPESCA, como a senhora pensa e como o PSD foi ali àquela tribuna dizer...

Deputado João Costa (PSD): Não! Deve ser encarado como os senhores pensam!

O Orador: ...como um subsídio de Natal aos pescadores! Deve ser um fundo estruturado de modo a proteger os pescadores...

Deputado João Costa (PSD): Nota-se!

O Orador: ...quando eles não vão ao mar. E os resultados do último trimestre foram muito favoráveis.

A Sra. Deputada oiça e depois inscreva-se, se faz favor.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Deputada, os resultados do último trimestre, se a senhora estudar e tiver o cuidado de ir ver, foram dos melhores dos últimos anos na nossa pesca.

Deputada Zuraída Soares (BE): Para quem? Explique para quem, Sr. Deputado!

O Orador: Não se justifica que o FUNDOPESCA seja activado no momento em que os aumentos de capturas e dos valores se têm verificado e não num período em que eles não têm ido ao mar. O FUNDOPESCA deve ser exercido, deve ser pago, não à cabeça, como disse o PCP, não como a senhora pensa, que seja um subsídio de Natal em que se tenha de pagar os trinta dias, mas, efectivamente, se não forem ao mar deve ser pago. Se em Janeiro e Fevereiro não foram, deve ser incentivado, o FUNDOPESCA deve ser activado.

Deputado João Costa (PSD): Nota-se.

O Orador: E, como disse o Sr. Secretário, se em Abril ou Maio os pescadores não forem ao mar, é para isso que serve o FUNDOPESCA, não é para, todos os anos, entregar um subsídio de Natal, como o Sr. Deputado António Pedro Costa diz! Muito obrigado.

Vozes das bancadas do PS e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Deputado António Pedro Costa (PSD): 250 euros!

Deputada Zuraída Soares (BE): É quando os senhores querem, quando lhes dá jeito!

Presidente: Vamos continuar o debate, espero que com água no leme, q.b. .

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão do debate em torno das pescas tem um grande significado para a economia nacional e para a economia da Região Autónoma dos Açores. O que tem vindo a suceder nos últimos quarenta anos é uma espécie de história trágico-marítima neste sector. Porque, reparem bem: em 1968, Portugal era a 14.^a potência do mundo em termos de capturas – a 14.^a potência mundial – e hoje em dia somos a 100.^a! Esta é uma história de decadência, uma história de má gestão num sector fundamental para o país. Mas, mais grave ainda...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Essa é uma história de desconhecimento da sua parte! Onde é que pescávamos nessa altura?

O Orador: Sr. Deputado, inscreva-se a seguir.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não faça perguntas difíceis.

O Orador: ...Portugal só tem, neste momento, capacidade para capturar 50% das necessidades do país. Repito: 50% das necessidades do país. Ou seja, no espaço de quatro décadas, deixámos de ser uma das grandes potências do mundo neste sector e passámos a ser um país dependente, um país que nem sequer consegue dar resposta ao consumo nacional! Repito: apenas respondemos a 50% das nossas necessidades!

Esta é a questão. Esta questão tem um enquadramento político, tem o enquadramento da incompetência dos governos do Partido Socialista, que tem a ver com a incompetência da gestão do sector do Governo do Partido Socialista.

Deputado José Rego (PS): Tem a ver com o aumento da pescaria no Corvo! O aumento das pescarias na Ilha do Corvo é um bom exemplo disso!

O Orador: O primeiro enquadramento que é necessário referenciar tem a ver com a entrada de Portugal na União Europeia. Sendo nós uma grande região marítima do mundo, uma grande região marítima portuguesa, os interesses dos Açores foram miseravelmente defendidos pelos governos nacionais e pelos governos da região. Deixámos o nosso mar e a nossa Zona Económica Exclusiva desprotegidos, quando muitas outras regiões marítimas da Europa, como por exemplo a Noruega, ou as Ilhas Faroe, ou a Islândia, de facto colocaram entraves ao processo de integração europeia, exactamente...

Deputado José Rego (PS): Estamos na União Europeia, Sr. Deputado.

O Orador: ...na medida em que sabiam que era um sector essencial, que não podia ser desmantelado no interior da União Europeia!

Mas dou-vos o caso do espaço das Ilhas Faroe, por exemplo, que estão ligadas administrativamente à Dinamarca...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E sobre os Açores, o que é que o senhor tem a dizer?

O Orador: ...um país da União Europeia. Aí, o que foi feito foi uma defesa intransigente do seu mar territorial.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor, no parlamento das Ilhas Faroe, fazia um brilharete!

O Orador: Foi isto que não foi feito nos Açores e o resultado, hoje em dia, é o seguinte, temos uma região que depende fundamentalmente de três sectores: o sector da agricultura, o sector das pescas e o sector do turismo; e, no sector das pescas, as nossas águas estão completamente desprotegidas, por falta de fiscalização e por uma exploração massiva, por parte das potências marítimas, das nossas águas. Portanto, há aqui uma cada vez maior “vulnerabilização” dos nossos recursos, que tem a ver com a incapacidade que os senhores, que o Partido Socialista e que os governos da República tiveram, de proteger os interesses nacionais, de proteger os interesses da região.

Dizem-me que há menos peixe. Pois é evidente que há menos peixe! Há menos peixe porque os recursos estão a ser desmantelados, já que se está a pescar demasiado! E não são os açorianos, não são os portugueses que estão a pescar demasiado nas nossas águas! Como sabem, as nossas águas, do ponto de vista da densidade daquilo que podemos produzir, são frágeis, e essa fragilidade não foi devidamente acautelada. Portanto, a grande responsabilidade em relação a um problema de fundo que tem a ver com a falta de sustentabilidade do sector, com a falta de políticas bem enquadradas de defesa dos nossos recursos, essa responsabilidade é inteiramente do Governo Regional.

Depois, ouvi o Sr. Subsecretário elencar uma série de medidas, como se tivesse iniciado as suas funções há cerca de um mês. Sr. Subsecretário, essas medidas são evidentes. O que lhe pergunto é: o que andou o Sr. Subsecretário a fazer nos últimos quinze anos?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): É tudo evidente! O senhor não faz nada, mas é tudo evidente!

O Orador: O que andou o senhor a fazer nos últimos quinze anos? É evidente que são medidas necessárias, mas não acredito que este Governo Regional e o Sr. Subsecretário tenham a capacidade para as implementar! Não acredito que o

senhor tenha a capacidade para as implementar, porque pura e simplesmente não teve, ao longo destes quinze anos, um desempenho que tivesse assegurado a sustentabilidade do sector, que tivesse racionalizado o sector! Portanto, o que temos agora?

Os senhores estão a rir-se! Os pescadores estão a dizer: “Bom, nós não temos peixe, temos cada vez menos recursos”, vão para a televisão dizer que passam fome, para grande vergonha, eu sinto-me envergonhado...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ...quando vejo estas declarações dos pescadores e das suas famílias, passam fome e os senhores estão a rir-se, como se o problema não existisse! Sou só eu que o estou a dizer, para dizer mal do Governo?

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): É para isso que o senhor está aí!

O Orador: Não, estou a dizer o que as pessoas dizem todos os dias!

Deputado José Lima (PS): Não apoiado!

O Orador: Estou a dizer que temos enormes dificuldades neste sector e que os senhores não tiveram políticas para defender o nosso mar! Não tiveram as políticas adequadas para defender os nossos recursos! Não tiveram as políticas adequadas para implementar o crescimento deste sector duma forma sustentada, duma forma racional! Fundamentalmente, não fizeram políticas no sentido de distribuir a riqueza que é produzida no sector, sem deixar muito para uns e nada para outros! Foi isso que os senhores fizeram ao longo destes quinze anos! Estão há quinze anos no poder a fomentar estas desigualdades. Quando me dizem estratégia, mas qual estratégia, meus senhores? Qual estratégia? Não há estratégia nenhuma! A estratégia é uma decadência profunda do sector!

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): Estamos à sua espera!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Estamos à sua espera para desenhar a estratégia!

O Orador: A estratégia é a falta de peixe nos nossos mares! A estratégia é a falta de perspectiva e de horizontes de desenvolvimento deste sector, que é um sector

fundamental! É essa a vossa política, uma política que deixa um passivo muito grande aos açorianos.

É possível alterar estas coisas. Portugal já foi uma grande nação marítima, já fomos uma grande potência nesta matéria e podemos voltar a ser! Mas há uma coisa que os açorianos têm de fazer em primeiro lugar: meter estes governantes, que são responsáveis...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor não conhece os mecanismos de apoio, não sabe nada dos apoios!

O Orador: ...por aquilo que aconteceu no nosso sector, pela decadência profunda e pela situação a que chegámos, meter estes senhores no olho da rua.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor não percebe nada disso! O senhor não disse nada, não disse uma frase certa!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não se incomode tanto, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Incomodo com o quê, Sr. Deputado? Só se for com as Ilhas Faroe!

Presidente: Sr. Deputado José Lima, faça o favor.

***Deputado José Lima (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que estamos aqui a fazer é uma interpelação ao Governo e esperava-se que fossem feitas perguntas ao Governo, uma vez que o Sr. Subsecretário Regional das Pescas está aqui, pronto para responder às perguntas sobre este sector.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Como é que sabe?

O Orador: Ainda o único partido que fez perguntas ao Sr. Subsecretário foi o CDS/PP.

Mas, Sr. Presidente, queria dizer o seguinte: não fizemos tudo, de facto, e não sabemos tudo. Já fizemos muito, mas ainda temos muito para fazer neste sector. O PS orgulha-se do trabalho feito pelos governos do Partido Socialista na fileira das pescas. Esta é a realidade: o PS orgulha-se do trabalho feito pelos governos socialistas na fileira das pescas, porque foram os governos do PS que tiraram o

sector das pescas na região do marasmo e da falência em que o mesmo se encontrava!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: Valorizámos o empenho e o trabalho dos pescadores, o trabalho das suas associações e representantes. Ao mesmo tempo, criaram-se e desenvolveram-se políticas que vieram melhorar as condições de vida de todos os que deste sector dependiam e dependem. Hoje, passados catorze anos, temos um sector desenvolvido, temos os pescadores com outra formação e continuamos a criar cada vez mais e melhores condições para que o sector seja cada vez mais forte.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Região Autónoma dos Açores só tem estatísticas credíveis das pescas desde 1978. Na análise que podemos fazer, temos de ter em conta que existem duas situações completamente diversas: as espécies sobre as quais temos gestão directa, porque é nos nossos mares que têm o seu habitat; e as espécies migratórias, como o atum e o espadarte. Pela análise estatística, podemos ver que as espécies *demersais* tiveram uma subida anual gradual de capturas até 2000, ano em que se ultrapassou ligeiramente as 5 mil toneladas. A partir de 2001, perdemos mil toneladas. A partir de 2002 descemos, em média, para as 3.700 toneladas, apesar do esforço de pesca ter aumentado todos os anos, com mais barcos e novas tecnologias, é preciso não esquecer isso. Provas desta situação são as idas ao mar e a chegada, às vezes com pouco peixe; a criação das quotas para a preservação das espécies já ameaçadas; e a diminuição de um modo de vida transmitido de geração em geração.

Tendo o Governo Regional legislado sobre a proibição da pesca de palangre dentro das 3 milhas, legislação que teve neste Parlamento a oposição de alguns partidos que agora vêm defender a sustentabilidade dos recursos...

Deputado António Pedro Costa (*PSD*): Toda a gente quer sustentabilidade, Sr. Deputado!

O Orador: ...e face a toda esta situação, gostava de perguntar ao Sr. Subsecretário Regional das Pescas: quais as medidas de maior significado que o Governo Regional tem desenvolvido de modo a manter a sustentabilidade dos recursos piscícolas na nossa região?

Disse.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina, tem a palavra.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Promessas têm sido feitas ao longo dos últimos anos referentes à remodelação da rede regional de frio e de fabrico de gelo e mais especificamente em relação à construção de um entreposto frigorífico em São Miguel, resultando este entendimento da consciência que o próprio Governo tem de que é preciso resolver o problema da falta das estruturas de frio na região.

Em 2008, o Governo Regional deu indicações precisas à Lotaçor no sentido de não só construir um entreposto frigorífico em São Miguel que se adequa às necessidades da frota regional, nomeadamente da frota atuneira, mas também no sentido de remodelar a rede regional de frio e de fabrico de gelo. Em Março de 2009, foram dadas garantias públicas pela Lotaçor que estavam a trabalhar no projecto do entreposto frigorífico de São Miguel e da remodelação da rede regional de frio e de fabrico de gelo, desde o início desse ano. Na altura, previa-se que essas obras seriam colocadas a concurso público no último quadrimestre de 2009. Chegados ao final de 2010, cerca de 2 anos após as indicações dadas pelo Governo Regional, nada se concretizou, muito menos se soube algo sobre o suposto projecto em que a Lotaçor começou a trabalhar no início de 2009. Algo correu mal...

Relembro que a grande quantidade de atum pescada na região, durante o ano de 2010, saturou os entrepostos de frio para a congelação de pescado nos Açores, levando a críticas de armadores e pescadores por ainda não se ter construído um entreposto público na Ilha de São Miguel. O presidente da APASA (Associação de Produtores de Atum Similares dos Açores) afirmou na altura que a falta de um entreposto frigorífico em São Miguel é uma “espinha atravessada na garganta” de armadores e pescadores de atum.

No princípio deste ano, 2011, mais um anúncio público, desta feita não pela Lotaçor, mas sim o próprio Governo Regional, que afirmou no passado dia 27 de Janeiro de 2011 que “está em fase adiantada o projecto destinado à construção de

um entreposto de frio que ficará localizado na freguesia de Santa Clara, Ilha de São Miguel”.

Pergunta-se: Passados cerca de dois meses deste anúncio, já tem o Governo Regional o projecto concluído? E, se sim, já tem um prazo definido para o lançamento do concurso público do entreposto frigorífico?

E, termino, esperemos que para o ano não assistamos a uma terceira entidade a propor também o lançamento de algum outro projecto, porque há quem diga, de facto, que não há duas sem três, ou que à terceira é que é de vez. Neste caso, esperemos que à segunda seja de vez.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado João Costa, tem a palavra.

***Deputado João Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Subsecretário das Pescas veio aqui pintar-nos um quadro num rosa *shock*, verdadeiramente. Tão bonito, tão fulgurante, que nós ficámos sem perceber em que mundo é que o Sr. Subsecretário vive. Hoje até se viu na necessidade de estar muito bem acompanhado na bancada, seria tentado a dizer que quase por uma guarda pretoriana, em sua defesa e em seu auxílio.

Aliás, tem sido assim que o Sr. Subsecretário tem andado pelas ilhas, verdadeiramente com uma grande companhia, porque perdeu completamente o norte, no Governo, relativamente àquilo que é essencial ter sido feito, para além de atirar dinheiro para cima dos problemas. Porque é nisso que o Partido Socialista tem sido perito, atirar dinheiro para cima dos problemas. Fizeram-se algumas coisas, o problema é que quem ficou sempre esquecido no processo todo das pescas, nos últimos dez anos, foram os pescadores, que estão na situação em que estão, hoje em dia, fruto das políticas desenvolvidas pelo Partido Socialista.

O senhor fez aqui, como já foi salientado neste debate, um exercício de manter tudo como está, manter sempre os pescadores na total dependência da benevolência do Governo.

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): Não é verdade!

O Orador: De tal maneira, que eu queria lembrar-lhe que o Sr. Subsecretário, em 2009, em resposta a um requerimento do PSD sobre o reforço do FUNDOPESCA, respondeu nos seguintes termos: “Em 2006, o valor de compensação atribuído através do FUNDOPESCA foi reforçado até ao montante do salário mínimo regional”. Eu queria mostrar-lhe o seguinte: isto é o Portal do Governo; o Portal do Governo faz publicidade ao salário mínimo regional.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Nós não vemos nada daqui!

Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*): Não tem nada a ver com os salários!

O Orador: Não está a cores, lamento.

Salário mínimo regional: 509,25€. Quanto é que o senhor anunciou este ano para o FUNDOPESCA?

Deputado José Rego (*PS*): Ponha isso ao contrário!

O Orador: Menos de metade disto! Sabem que isso é mentira, sabem que é mentir em relação ao rendimento dos pescadores nos últimos meses, principalmente neste ano, em que tiveram um rendimento muitíssimo baixo, porque o atum não passou em todo o lado!

Deputado José Rego (*PS*): Diga lá: subsídio de Natal!

O Orador: Não é subsídio de Natal. Isso foi dito pelo Sr. Deputado António Pedro Costa e era visto pelos pescadores como um subsídio de Natal, porque era naquela altura que chegava. Deixou foi de chegar, como foi prometido.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não chega pelo Natal, é quando há mau tempo.

O Orador: Foi prometido que chegaria em altura devida e o que temos são pescadores a passar quatro meses, de Dezembro a Abril, à espera da benevolência do Governo, para receberem esse seu direito. Direito para o qual descontam e que o Governo se devia esforçar por fazer valer, para não termos pescadores, como foi muito bem dito aqui, a terem a necessidade de vir reclamar um pouco mais para poderem dar de comer às suas famílias. Sabe porquê, Sr. Deputado José do Rego? O senhor disse aí que o Partido Socialista tem muito carinho pelas pescas.

Deputado José Rego (PS): A sua ilha é um exemplo!

O Orador: Muito carinho? Os pescadores não querem carinho, Sr. Deputado! Os pescadores não querem carinho nenhum seu!

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Deputado José Rego (PS): A sua ilha é um exemplo: um porto, pescadores e uma marinha de pesca.

O Orador: O que os pescadores querem é que sejam reconhecidas as dificuldades por que passam! O que os pescadores querem é que sejam salvaguardados os direitos que têm ao seu trabalho e ao seu rendimento! O que os pescadores querem não é andar atrás do Governo a pedir uma esmola, que é como o Governo se comporta relativamente aos pescadores e, aliás, em relação à restante sociedade!

Muito obrigado.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado José Cascalho, tem a palavra.

***Deputado José Cascalho (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo...

Deputado José Rego (PS): Diga lá: o que fariam? Não querem apoios, não querem dinheiro, o que fariam?

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo, por favor.

O Sr. Deputado José Cascalho está no uso da palavra.

O Orador: O Sr. Deputado José Rego referiu o nosso miserabilismo do discurso, mas eu chamava-lhe à atenção que deveria olhar para a miséria de alguns pescadores e suas famílias.

Deputado José Rego (PS): Eu reconheço a miséria.

O Orador: Portanto, o nosso miserabilismo do discurso traduz-se na miséria com que vivem certos pescadores e suas famílias.

Deputados Artur Lima (CDS/PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Quando refere a melhoria de rendimentos dos pescadores, devia reflectir um pouco relativamente ao preço do pescado que é vendido em lota e que

é um valor mínimo. Portanto, esta questão é uma questão importante, que é preciso ser reflectida e para a qual é preciso encontrar uma solução.

O facto de existirem mais palangreiros, nós não falámos aqui e eu não referi que é preciso eliminar os palangreiros na região. O que acontece é que existe um aumento do esforço de pesca.

Deputado José Lima (PS): É para ir pescar mais longe! Na costa pescam os barcos da pesca local!

O Orador: Os palangreiros é óbvio que são barcos que vão mais longe, não é? Vão procurar outros locais de pesca. A questão é que, depois, há um esforço de pesca maior e há menos peixe. O seu próprio colega, o Sr. Deputado Gaspar Lima, referiu isso. Referiu que há menos peixe disponível e, logo, há menos rendimento. Portanto, a questão que se coloca aqui é: como é que nós podemos resolver este problema?

Os próprios pescadores da região apresentam e sugerem algumas soluções. Nós temos consciência de que é preciso encontrar soluções criativas para estes problemas. Uma delas é, por exemplo, a rotatividade, que algumas regiões aplicam. Por exemplo, as regiões do continente, em que há embarcações que saem em determinada altura e embarcações que saem noutra. Outro exemplo é a proibição parcial das zonas de pesca, pescar determinadas espécies. Às vezes há esse problema da selectividade das artes de pesca, mas esta é também uma solução. Portanto há, de facto, soluções que é preciso implementar e muitas delas, muitas vezes, não são ou não têm sido implementadas como deve ser na região.

No que respeita a estes dois ou três aspectos que referi, tenho também duas questões a colocar ao Sr. Subsecretário das Pescas. Uma delas tem a ver com o PROPESCAS e com o eixo 1. Há uma rubrica, que eu vou ler nesta casa, que não está regulamentada e a minha pergunta é precisamente: por que razão é que esta rubrica não está regulamentada? Ela diz: “Apoiar socioeconomicamente os profissionais envolvidos em paragens temporárias da sua actividade por razões imprevistas, como sejam problemas surgidos ao nível dos recursos, no âmbito de planos de gestão, ou de ajustamento do esforço de pesca”. Esta é a primeira

questão que coloco: por que é que esta medida não está regulamentada e, portanto, não pode ser utilizada na região?

Deputada Zuraída Soares (BE): É já amanhã!

O Orador: Há outra questão que coloco ao Sr. Subsecretário. Esta tem a ver com o problema da comercialização, que eu aliás referi na discussão que tive aqui com o Sr. Deputado José Rego. Tem a ver com a lota electrónica. Como sabe, foi em tempos implementada a lota electrónica na Lotaçor, ela funcionou uma semana e depois parou, nós não sabemos porquê. Queríamos perguntar se esta não é uma forma de permitir que possa resultar da venda do peixe um maior valor para os pescadores e para os armadores que colocam o seu pescado em lota.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado José Rego, tem a palavra.

***Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Cascalho, claro que algumas das questões que o senhor trouxe a esta casa, nós também não somos parvos, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Lá isso não são!

O Orador: ...já estão pensadas. Agora, que há contradições no seu discurso, há, e foram essas contradições que eu tentei rebater há pouco.

É claro que, em algum do valor pescado, nós reconhecemos que, muitas vezes, em lota o pescado tem um valor baixo. Por isso se criou a empresa regional, para tentar, no mercado, influenciar esse preço. Pode não ter os sucessos que nós queríamos, podemos reconhecer isso, mas é uma intervenção do Governo Regional, pensando na melhoria do rendimento dos pescadores na primeira venda. O CDS é contrário a essa empresa. Nós entendemos que é uma empresa que faz sentido, em algumas épocas, intervir em alguns mercados. Não em todas as ilhas, porque não queremos transformar os Açores numa União Soviética. Mas entendemos que, na primeira venda, muitas das vezes...

Deputado João Costa (PSD): Ninguém diria!

O Orador: ...o valor até é relativamente baixo. Portanto, tivemos uma medida, que foi criar essa empresa. Assim, não podemos dizer que isso não aconteça.

Relativamente ao ir ou não ir todos os dias, ao pescar ou não pescar determinadas espécies, muito se tem alterado nos Açores. Os “chicharreiros” de São Miguel já não vão todos os dias ao chicharro, porque já reconheceram que não têm mercado para aquele chicharro. Portanto os “chicharreiros”, que têm sido muito discutidos no nosso debate sobre a pesca, representam unicamente 10% da nossa pesca. Têm a sua importância, mas há que valorizar esse pescado com intervenções, muitas vezes, até feitas indirectamente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Exacto!

O Orador: E não é como diz o Sr. Deputado do PSD, que é só atirar dinheiro para cima dos problemas, mas depois vêm pedir mais dinheiro para o sector das pescas e para a própria fileira!

Deputado João Costa (PSD): Não, não! Reconhecimento! Não é mais dinheiro, é reconhecimento!

O Orador: O Sr. Deputado deve ter noção! Tenho muita pena que o Sr. Deputado da Graciosa venha falar em pescas, numa ilha em que praticamente eram moribundas as pescas da Graciosa! Praticamente tinham desaparecido os pescadores na Graciosa!

Deputado João Costa (PSD): E como estão agora? Hoje como estão? Diga como estão agora!

O Orador: E hoje, quando vou à Graciosa ou vou a Santa Maria, é com muito gosto que vejo o porto, as embarcações e valores de pescado representativos em termos da pesca!

Deputado João Costa (PSD): E agora? Diga como estão agora!

O Orador: Portanto, posso considerar que nesta ilha houve uma grande melhoria, quer na qualidade, quer no valor do pescado.

Deputado João Costa (PSD): Não é isso que está em causa! O que está em causa é o agora! Fale do agora!

O Orador: Gostaria de introduzir uma questão: o rendimento dos pescadores, muitas vezes, passa pela sua formação, porque a formação dos pescadores pode levar a que tenham opções diferentes daquelas que fazem no dia-a-dia. Um

pescador bem formado aposta muito melhor na diversificação do que um pescador que só aprendeu uma técnica e que só faz aquela técnica.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estamos de acordo!

O Orador: Portanto, nós entendemos que a formação é importante para os pescadores, e verificamos, nas ilhas onde os níveis de formação são mais elevados, que as pescarias e os rendimentos desses pescadores são muito maiores...

Deputado José Lima (PS) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...do que em alguns núcleos da Ilha de São Miguel, onde há um grande número de pescadores. Por isso, entendemos que o sector da formação deve ser muito bem pensado. Reconhecemos que ao longo destes anos tem havido muita formação pelo Governo Regional, em várias áreas.

(Risos do Deputado António Pedro Costa)

O Sr. Deputado António Pedro Costa não ria, porque o senhor tem uma experiência na formação...

Deputado António Pedro Costa (PSD): Estou a rir daquilo que o senhor está a falar!

O Orador: ...e devia, nesta casa, dizer a sua experiência na formação das pescas, a dificuldade que há na formação inicial dos pescadores.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Não é verdade!

O Orador: Nós temos uma dificuldade, em especial em todo o sector primário, em que não é fácil trazer jovens para uma formação inicial! E aqui devemos falar e discutir a questão da formação, se uma escola profissional fixa faz sentido ou não. Numa primeira experiência, tentámos fazê-lo no concelho da Ribeira Grande, uma escola da qual nós éramos os dois dirigentes, em que o número de alunos...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor também era? Ah, está explicado!

Deputado António Pedro Costa (PSD): Boicotado!

O Orador: ...era bastante baixo. A atractividade para a formação inicial dos alunos é questionável.

Nós verificamos que a formação deve ser dada e esta é a questão que deixo ao Sr. Secretário Regional: que tipo de formação deve ser dada? Se uma formação localizada numa ilha; se deve ser a experiência que o Governo tem feito até agora, de levar a formação aos pescadores e não levar os pescadores à formação, como o Sr. Deputado disse ontem na televisão, e muito bem. Portanto, eu questionava o Sr. Secretário Regional directamente, relativamente à formação: se deve haver uma escola, ou se devemos levar a formação aos pescadores, tendo por base aquela questão, que já pus, da dificuldade que temos em cativar alunos para a formação inicial, na idade em que devem estar na escolaridade obrigatória.

Essa experiência foi feita em Rabo de Peixe, com muito insucesso. Muitas vezes, até, pelas dificuldades que nós tínhamos em certificar. Hoje, essa possibilidade, com o Quadro Legal das Pescas, já existe na Região Autónoma dos Açores. Houve muitas dificuldades, até, em certificar os cursos das nossas escolas.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo até às 12 horas, retomamos aí os nossos trabalhos. Até já.

(Eram 11 horas e 36 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos, agradeceia que ocupassem os vossos lugares.

(Eram 12 horas e 06 minutos)

Presidente: Vamos então retomar o debate. Para tal, dou a palavra ao Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

***Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Vou tentar responder à grande maioria das perguntas que me puseram. Começaria por dizer, de facto, que na Região Autónoma dos Açores nós somos

autosustentáveis, sob o ponto de vista do abastecimento alimentar provindo da pesca.

Relativamente à questão relacionada com as descargas em lota, nós verificámos que em 2010 as descargas em lotas aumentaram face ao ano de 2009, mas aumentaram numas ilhas e não aumentaram noutras. A palavra-chave é a diversificação da pesca. Ou seja, é preciso que os pescadores aproveitem todas as espécies que existem no mar dos Açores e possam efectuar as suas capturas com diversificação, de forma a não ficarem dependentes só de um determinado tipo de espécies, que são as espécies *demersais* e de profundidade que, todos nós sabemos, são recursos muito sensíveis à sobre-exploração e às mudanças ambientais, e que podem variar. Se os pescadores não tiverem a capacidade de diversificar e ter mais artes de pesca com que possam apanhar diferentes espécies, não será a atitude correcta.

Por isso, o Governo Regional dá apoio a 70% a fundo perdido, para que os pescadores possam renovar as suas embarcações, possam modernizá-las e adaptá-las à polivalência. Para além disso, os 30% remanescentes têm empréstimos reembolsáveis, nos quais a Lotaçor é avalista, e esses empréstimos também têm 70% de juros. Ou seja, o armador que queira adaptar a sua embarcação para diversas artes tem a possibilidade de efectuar essa adaptação, de forma a poder capturar com melhores condições e obter maiores rendimentos do que os que tiveram neste ano.

Mas podemos dizer que as Ilhas de Santa Maria, São Miguel, São Jorge e Pico foram ilhas que, pela captura que fizeram quer a lulas, quer a *tunídeos*, viram os seus rendimentos aumentados, mesmo na pesca local. Quando se refere que em São Miguel os rendimentos da pesca local diminuíram, não é verdade. Os rendimentos da frota local aumentaram 10%! Há 180 embarcações na frota local de São Miguel e os rendimentos diminuíram. Mesmo os rendimentos do chicharro aumentaram face ao ano anterior! O que existe é, de facto, uma abundância grande de chicharro e existe uma desorganização das capturas face às necessidades do mercado.

Quando falamos no chicharro, falamos numa proporção de 10% da frota de São Miguel. Não se pode generalizar e não se pode dizer que o chicharro é a dimensão total da frota de São Miguel. Não é verdade, não corresponde à realidade. O chicharro tem, hoje em dia, uma série de gente que entrou nessa pescaria, provinda de outras áreas da nossa economia, que veio para esta pescaria tendo em conta que também pode obter a alimentação diária.

O que significa que a palavra-chave para melhorar os proveitos dos pescadores e os rendimentos económicos é a diversificação. Neste caso concreto, também queria realçar que o chicharro não vai para o lixo. O chicharro vai para a COFACO, para fazer farinha de peixe, contrariamente àquilo que apareceu naquela entrevista...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Vai para o lixo!

O Orador: ...com imagens antigas, que não correspondiam às imagens actuais! Foram buscar, a televisão e a senhora jornalista que fez a peça, imagens antigas, nem sequer eram as nossas viaturas que estavam lá! Deu uma ideia incorrecta daquilo que acontecia. Neste momento, o peixe que não está em condições vai para a COFACO para ser transformado em farinha de peixe.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O peixe estragado nem tem condições para fazer farinha de peixe!

O Orador: No entanto, nós temos a noção de que é necessário melhorar o circuito da comercialização. O circuito da comercialização de pescado necessita abrir-se à entrada dos pescadores e, por isso, o Governo da Região Autónoma dos Açores, por alguma incapacidade das associações face à forma da sua organização, criou a Espada-pesca e acabou por, neste momento, ter um processo de entrada, no capital social da Espada-pesca, das associações da pesca. Neste momento, a Espada-pesca está a abrir o seu capital social às associações, para se tornar num verdadeiro instrumento em defesa dos interesses dos produtores.

Mas, por exemplo, eu queria referir que este ano já tivemos cerca de 5 milhões de euros de descargas em lotas – mais propriamente, 4,65 milhões de euros –, em que os preços médios não são tão baixos quanto se refere. Nós temos um preço médio de 4 euros por quilo, neste momento, na Região Autónoma. De 1 de Janeiro até à data actual, já se descarregaram cerca de 5 milhões de euros em lota. O boca negra

está a 4,71 euros, preço médio, o cherne a 13,68, o goraz e até o atum voador, porque as frotas polivalentes têm a vantagem de poder apanhar o atum quando, às vezes, aparece em alturas em que não é esperado. E neste momento, por exemplo, a Ilha de Santa Maria conseguiu capturar 250 mil euros de atum, o que representa um mês de Janeiro muito bom.

Ou seja, é necessário melhorar a concorrência e, com a entrada na Espada-pesca das associações da pesca, consideramos que temos um instrumento para ajudar na comercialização.

Nós também sabemos que os circuitos e os mercados da pesca estão a ter uma grande instabilidade. Estão a aparecer aqui produtos da pesca de países do Médio Oriente, de África e da Ásia que são bastante baixos e que acabam por ser preferidos, muitas vezes, pelos consumidores, devido ao seu baixo preço e por já estarem tratados. Este é um problema que não existe só aqui, existe também na Europa, existe em todos os países com capacidade de pesca.

Relativamente à requalificação da rede de frio, é já notória a forma como nós andamos a requalificar a rede de frio. Basta olhar para as ilhas para ver que há uma requalificação das nossas lotas e dos nossos equipamentos. Mas precisamos de fazer mais. De facto, já requalificámos os três entrepostos, temos o de Santa Maria numa fase de requalificação final, mas vamos construir um entreposto em Ponta Delgada e em Vila Franca. Vamos construir um pequeno entreposto em Vila Franca, para servir a pesca local, porque o nosso problema não é a capacidade de armazenamento. O nosso problema maior é na capacidade de congelação diária. É aí que se faz com que o produto da pesca seja menos sujeito a estragar-se devido às condições de tempo que possa passar sem ser congelado.

No que respeita à sustentabilidade da pesca, o Quadro Legal da Pesca Açoriana, que foi aprovado pela maioria dos partidos desta Assembleia, permite reforçar os nossos instrumentos no mar dos Açores, mas nós temos neste momento 650 embarcações na frota regional de pesca. Essas 650 embarcações resultaram da diminuição de uma frota que existia, espalhada, de cerca de 1500 embarcações, muitas das quais, algumas nas garagens e algumas em papel. Mas nós fizemos uma redução à dimensão real da frota nestes últimos anos e, neste momento, temos

cerca de 650, das quais temos uma grande percentagem com boas condições de trabalho. Naturalmente, abrimos, neste momento – foi logo uma das catorze medidas –, um regime para possibilitar aos armadores que queiram sair da pesca, se não têm as embarcações adequadas para o exercício da actividade, o poderem fazer. Ou seja, estas embarcações e esta renovação da frota melhoraram substancialmente o trabalho no mar.

Não se pode querer, por um lado, ter melhores embarcações, que objectivamente melhoram o trabalho de mar e aumentam as condições de captura, porque hoje em dia uma embarcação com GPS, “aladores” e equipamentos de pesca tem, de facto mais capacidade de captura do que há dez, ou quinze anos, em que os trabalhos e as artes de pesca eram muito mais manuais do que são. Mas dão um meio de trabalho digno aos pescadores, o que faz com que hoje em dia haja muitos jovens na pesca nos Açores.

Relativamente ao FUNDOPESCA, é uma marca da governação socialista, quer queiram, quer não queiram.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

Deputado António Pedro Costa (*PSD*): Não é verdade! Começou muito antes, em 1986.

O Orador: Até lá, não existia! É uma marca!

Deputado João Costa (*PSD*): É um subsídio de Natal!

O Orador: Não é subsídio de Natal! O FUNDOPESCA destina-se a apoiar os pescadores quando não existem condições de mau tempo!

Deputado João Costa (*PSD*): É uma marca que se deteriora.

O Orador: Os pescadores descontam para o FUNDOPESCA, mas descontam menos de 20% daquilo que é atribuído anualmente!

Tenho de dizer aqui uma coisa muito importante: nós temos 650 embarcações de pesca, mas só cerca de 350 estão no FUNDOPESCA. As outras 300 embarcações e os seus pescadores não estão no FUNDOPESCA. Foi uma opção pessoal. Consideraram que estavam melhor organizadas e tinham a gestão da sua actividade de uma forma em que não necessitavam de ter o FUNDOPESCA. O FUNDOPESCA é um regime voluntário a que só pouco mais de metade das

embarcações dos Açores aderiu. Normalmente, temos a noção de que foram as embarcações que têm mais gente e que têm melhores condições.

Deputado João Costa (PSD): Já está a atirar a culpa para cima dos pescadores! A responsabilidade é sempre dos outros!

O Orador: O que significa que há armadores na nossa terra – e nós não podemos dizer que está tudo bem, mas também não podemos dizer que está tudo mal –, nos Açores, nas ilhas do Açores e até em São Miguel, que optaram por não aderir ao FUNDOPESCA.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E São Miguel não é nos Açores? Santa paciência!

O Orador: Têm outra forma de exercer a sua actividade.

Quanto à formação, o Governo Regional tem optado por uma formação de proximidade. Nós temos efectuado cursos que permitem melhorar a actividade. Temos providenciado 65 cursos nos últimos três anos. Frequentaram 1075 alunos nesses últimos cursos. Temos cursos de pescador, de arrais de pesca, de arrais de pesca local, condução de motores e comunicações. Todos estes cursos permitem valorizar profissionalmente os nossos pescadores, de forma a poderem exercer a sua profissão no mar com mais segurança e com melhores condições de trabalho. Muito obrigado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares, tem a palavra.

***Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós já estamos habituados, nesta câmara, a que, quer o Partido Socialista, quer o Governo Regional, quando qualquer crítica surge, ou qualquer levantamento negativo da acção governativa surge, a adjectivação, quer do Partido Socialista, quer do Governo Regional, é contraditória, demagógica e radical. O que é a prova da falta de humildade democrática, quer do partido da maioria, quer do Governo Regional.

Deputado Berto Messias (PS): Não apoiado!

A Oradora: Mas, já que estamos numa de contraditório, demagógico e radical, Sr. Subsecretário das Pescas, eu quero dizer-lhe radicalmente que é preciso desplante para, num momento em que as comunidades piscatórias se confrontam, na nossa região, com as dificuldades de sobrevivência das suas famílias, que são públicas...

Deputado Lizuarte Machado (PS): É desonestidade intelectual, Sra. Deputada!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Está a pensar na sua comunidade piscatória!

A Oradora: ...notórias e indesmentíveis, o senhor vir fazer o relatório das medidas que o Governo tomou e ainda vai tomar, dizendo que as coisas estão bem, que o Governo não tem nada que alterar, que a política que está implantada está certa!

Deputado Lizuarte Machado (PS): Ninguém disse isso!

A Oradora: Eu acho isso de um desplante terrível! Mas também acho que os açorianos e açorianas que o estão a ouvir ficam com a ideia clara de qual é o lado em que está a demagogia, de qual é o lado em que está a contradição, de qual é o lado em que está a radicalidade. E não está, neste momento, do lado de nenhum dos partidos das oposições!

Deputado João Costa (PSD): Apoiado!

A Oradora: Porque é impossível que só os senhores tenham razão e que todos nós, aqui deste lado, estejamos errados!

Depois, Sr. Subsecretário das Pescas, não é verdade que o chicharro vá para a lixeira: foi para a COFACO, uma única vez!

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): É mentira!

A Oradora: Quem o desmente, Sr. Subsecretário, não é o Bloco de Esquerda, é a COFACO, que já disse claramente que não tem ido chicharro nenhum, para a sua fábrica, para fazer farinha!

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): É falso!

A Oradora: Portanto, o senhor faça um telefonema para a COFACO, faça um telefonema para clarificar essa situação, porque não é verdade aquilo que o senhor afirmou.

Eu já não me refiro ao Sr. Deputado José do Rego ou ao Sr. Deputado José Gaspar, que fizeram e vão continuar a fazer aquilo que é esperado e expectável que façam, que é defenderem o Governo e não terem uma palavra, nem de crítica, nem de expectativa. Mas, isso, nós já sabemos que é assim. Portanto, dirijo-me directamente ao Sr. Subsecretário das Pescas.

O senhor disse, contraditoriamente, que o ano de 2010 começou mal, mas depois acabou bem, pelo meio teve uns acidentes, começou mal em termos climatéricos...

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): Não é contraditório, é a estatística!

Deputado José Lima (PS): São os números.

A Oradora: ...mas depois chegou ao fim e acabou sempre bem. Disse também que a culpa – deixou subentendido – dos maus resultados de alguns, é dos pescadores e dos armadores, porque não diversificaram a sua actividade. É preciso desplante, Sr. Subsecretário!

Deputado João Costa (PSD): Disse isso!

A Oradora: A culpa, agora, é dos pescadores e dos armadores! A culpa nunca é das políticas erradas, incompletas e contraditórias do Governo Regional. A culpa, ficam a saber os pescadores desta região, é deles, e é por isso que estão na situação de miséria que neste momento atravessam!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Depois não quer que lhe chamemos demagógica e radical!

A Oradora: Primeira pergunta que lhe quero fazer: onde foi feito, qual é e onde está o estudo que permitiu a renovação da frota, da nossa frota pesqueira, com as características que ela tem? Onde está esse estudo? Onde pode ser consultado? Como foi feita essa renovação, em termos de construção, de tamanho, de características, até correspondente às espécies que estão destinadas a pescar? Onde foi feito esse estudo?

Depois, Sr. Subsecretário, pergunto-lhe o seguinte: se o senhor não tem vergonha, como membro do Governo Regional desta região...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah, isso não tem!

A Oradora: ...de haver um serviço público chamado estação costeira, que trata da segurança dos nossos pescadores, e os senhores demitirem-se completamente da responsabilidade de pagar esse serviço a quem o faz!

Deputado José Lima (PS): Nós também temos em São Mateus e não é o Governo que o paga!

A Oradora: Se os senhores não consideram isso absolutamente vergonhoso! Porque há uma conclusão a tirar do muito que já aqui foi dito: quando se trata de apoiar os pescadores, é soviético; mas quando se trata de apoiar a indústria, é socialista.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Quem disse que era soviético?

A Oradora: Ora, realmente, venha o diabo e escolha o melhor! Quando os senhores apoiam a indústria; quando os senhores permitem as deslocalizações e não pedem nada em troca, apesar dos milhões que ali investiram; quando os senhores pagam dívidas que são da indústria; isso é socialismo! Mas, quando os senhores dão 250 euros – miseráveis 250 euros –, uma vez por ano...

Deputados José Lima e José Rego (PS): Não é uma vez por ano!

A Oradora: ...aos pescadores desta região, que auferiram, a maior parte deles, entre 100 e 300 euros mensais durante alguns meses do ano de 2010, os senhores chamam a isso soviético! *Isso é soviético!*

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): E as outras 300 embarcações?

A Oradora: Diz o Sr. Subsecretário que o FUNDOPESCA não é um subsídio de Natal, e os pescadores sabem-no bem. Primeiro, porque não têm subsídio de Natal, porque a lei, nesta região, não é cumprida. A lei não é cumprida e, portanto, não há subsídio de Natal! E não ficaria mal ao Governo Regional – não ficaria mal a um governo regional *socialista* – se permitisse que no Natal, que no mês de Dezembro, o FUNDOPESCA, a miséria do FUNDOPESCA, lhes fosse entregue. Não como um subsídio de Natal, porque não o têm na realidade, mas como uma forma de respeito, de dignificação e de reconhecimento daquilo que eles contribuem, também, para a riqueza económica desta região.

É por isso que lhe pergunto, Sr. Subsecretário, por que é que o senhor, no dia 21 de Abril de 2006, anuncia, na página oficial do Governo, que os apoios a conceder pelo FUNDOPESCA aos pescadores açorianos, quando não possam exercer a sua actividade devido ao mau tempo, vão ser reforçados até corresponderem ao salário mínimo nacional, acrescido do complemento regional? 21 de Abril de 2006, nós estamos em 2011 e o senhor fala em 250 euros, uma vez por ano!

Deputado João Costa (PSD): Ora aí é que está! É verdade, não respondeu a isso!

A Oradora: Quando o Bloco de Esquerda apresentou aqui a sua proposta de alteração dos critérios de atribuição e do montante de atribuição, quando o nosso projecto pretendia tirar ao Governo a discricionariedade que utiliza no pagamento deste FUNDOPESCA, a compra do silenciamento que faz dos pescadores com este FUNDOPESCA, o Partido Socialista chumbou e os senhores disseram que não podia ser! Mas, mesmo assim, lá foram dando o correspondente, durante dois anos, ao salário mínimo regional! Este ano, são 250 euros. Porquê? Porque foi um ano extraordinário!

Oiçam, pescadores desta região: na opinião do Governo Regional, 2010 foi um ano extraordinário, está tudo cheio de dinheiro nas suas contas bancárias! Não fora as famílias estarem a passar fome, a pedir fiado e a não ter dinheiro para coisa nenhuma!

Muito obrigada.

Deputado José Lima (PS): Isso é demagogia pura!

Presidente: Sr. Deputado José Rego, tem a palavra.

***Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, julgo que vai ser muito difícil abrir esta mente para perceber qual é a função do FUNDOPESCA.

Deputado João Costa (PSD): Experimente com carinho!

O Orador: A Sra. Deputada já percebeu que este é um instrumento livre e que só participa quem quer neste fundo.

Deputada Zuraida Soares (BE): E o Governo só dá a quem quer.

O Orador: Sra. Deputada, só participa quem quer neste fundo. E o exemplo é que, numa região com 650 embarcações, só 300 lá estão, o que quer dizer que...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Só! Acha pouco?

O Orador: ...a maior parte das embarcações não está no FUNDOPESCA e, portanto, têm outros sistemas de gestão dos seus recursos, não precisam de utilizar o instrumento do FUNDOPESCA.

Depois, a Sra. Deputada e o PSD dizem que é o dinheiro dos pescadores.

Deputada Zuraída Soares (BE): E é!

O Orador: É preciso dizer que é *parte* do dinheiro dos pescadores, que só 10% do valor do FUNDOPESCA é que faz a parte do desconto dos pescadores!

Deputado João Costa (PSD): Por acaso o resto é vosso?

Deputado Lizuarte Machado (PS): O dinheiro é de todos os açorianos!

O Orador: E, como diz aquela voz do Sr. Deputado Bruto da Costa...

Deputado João Costa (PSD): O dinheiro não é vosso!

Deputado Lizuarte Machado (PS): O dinheiro é de todos nós, Sr. Deputado!

O Orador: Sr. Deputado Bruto da Costa, entenda o seu raciocínio, eu já há bocado expliquei: o Sr. Deputado diz que este Governo o que faz é só derramar dinheiro sobre os problemas e o que o senhor está a pedir é que, no FUNDOPESCA, o Governo entre com mais dinheiro, que derrame mais dinheiro sobre os problemas!

Deputado João Costa (PSD): Não faça essa comparação.

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, é esta a comparação. O Sr. Deputado perceba o que diz, porque, há bocado, quando eu falava nos investimentos...

Deputado João Costa (PSD): Não percebeu, nem quer perceber!

O Orador: ... e quando dei o exemplo da Graciosa, é preciso lembrar que nesta região já foram investidos 250 milhões de euros!

Deputado João Costa (PSD): Ora aí está: onde é que eles estão?

O Orador: 250 milhões de euros, estou a explicar a situação.

Deputado João Costa (PSD): Então por que estamos como estamos? Explique a situação!

O Orador: Eu vou explicar, Sr. Deputado! Esses 250 milhões de euros: em portos, e o senhor é um exemplo, da sua ilha, de Santa Maria, do Corvo, de todas as ilhas...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor não é o exemplo da sua ilha, o senhor é um mau exemplo. A sua ilha é que é o exemplo!

O Orador: ...melhoraram a mobilidade destes pescadores, melhoraram a qualidade das pescas da nossa região. Os seus efeitos vieram repercutir-se no valor do pescado.

Deputado João Costa (PSD): O senhor até é inteligente, explique por que estamos como estamos.

O Orador: Ou seja, Sr. Deputado, não foi derramar dinheiro sobre os problemas! Se em 1998 os nossos pescadores pescavam 24 milhões de euros, em 2010 este valor foi 40 milhões de euros! Isto não foi só pelo belo prazer dos pescadores! Melhorámos a qualidade, melhorámos as pescas nos Açores!

Deputado Lizuarte Machado (PS): E o número de pescadores não aumentou! Veja como está o rendimento!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, nós diminuímos o número de pescadores, diminuímos o número de embarcações e os seus rendimentos aumentaram! Não foi aumentar?

Deputado João Costa (PSD): Nota-se! Por isso é que estamos aqui a ter esta discussão! Faça as contas!

O Orador: Sr. Deputado Bruto da Costa, desafiava o PSD: das catorze medidas e dos dezoito apoios que o Governo tem à pesca, o que é que o senhor considera que é derramar dinheiro sobre os problemas da pesca?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Não use essa demagogia!

O Orador: Um a um, Sr. Deputado! Das catorze medidas, diga lá: qual não serve os pescadores?

Sra. Deputada, quando diz que este Governo não tem apoiado, apoiar a 70% os pescadores que queiram entrar para a diversificação, 70% sem retorno e 30% com apoio da banca, reembolsável e apoiado nos juros, não é um apoio aos pescadores e

à diversificação, para melhorarem os seus rendimentos? Porque o Sr. Subsecretário não acusou os pescadores de serem eles os culpados pelos rendimentos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Acusou, acusou!

O Orador: Tem criado medidas para eles melhorarem os seus rendimentos. O que o Sr. Subsecretário disse foi que, para aqueles que diversificaram e nas ilhas em que houve diversificação da pesca, os resultados foram diferentes.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Exactamente!

O Orador: E aí, Sra. Deputada, eu gostaria de dizer: em algumas ilhas, os rendimentos poderão ser pequenos, mas o ano de 2010, o último ano, em que a senhora acha que houve um ziguezague ao longo do ano, em termos de rendimentos, representou um aumento grande, quer na pesca costeira, quer na pesca local. Estes valores já foram aqui anunciados várias vezes. E a ilha onde há maiores problemas – e, aí, é preciso que se diga, na ilha em que há maiores problemas –, que é essencialmente a Ilha de São Miguel, nós vamos verificar que houve um aumento nas embarcações costeiras, de 36%, em 2010! É preciso fixar esse número! E na embarcação local houve um aumento, na Ilha de São Miguel, de 16%. Portanto, na ilha onde os maiores problemas existem a nível dos rendimentos serem inferiores, o ano de 2010 não é apontado como sendo o pior.

Deputado João Costa (PSD): Já percebeu a sua contradição, agora?

O Orador: Não é o pior ano na pesca dos Açores, não é um degradar-se das pescas dos Açores.

Deputado João Costa (PSD): Agora o senhor está a chegar lá, já nem preciso responder-lhe!

O Orador: Até pelo contrário, houve aumentos.

Não gostaria que o Sr. Deputado António Pedro viesse aqui dizer, como disse ontem, que foi do atum. Atum também é peixe! Portanto, esse atum também é um rendimento para os pescadores e isso é preciso...

Deputado António Pedro Costa (PSD): Quem é que o pescou?

O Orador: Quem pescou, muita da pesca, muitos daqueles que diversificaram as suas pescarias!

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado António Pedro Costa (PSD): Gente de fora dos Açores, Sr. Deputado!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Atum também é peixe!

Presidente: Sr. Deputado Luís Silveira, tem a palavra.

***Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de deixar aqui uma pergunta muito concreta ao Sr. Subsecretário.

No âmbito da construção atabalhoada do porto de pescas de Velas de São Jorge, neste momento procede-se à instalação das bombas de abastecimento de combustível. Considerando que existe, em São Jorge, uma conserveira, conserveira essa, por sinal, propriedade do Governo Regional; considerando que essa conserveira tem uma frota própria, frota essa que está a crescer e que, segundo a informação de que dispomos, este ano irá operar com cinco embarcações; considera e entende ou não o Governo Regional ser importante estes atuneiros poderem abastecer-se em São Jorge, quer de combustível, quer de água doce, quer de alimentos, assim trazendo para a ilha e gerando negócio e mais riqueza?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Subsecretário Regional das Pescas, tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Pergunta clara, concreta e objectiva!

***Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** No que respeita às capturas, a palavra-chave é diversificar as capturas. O Governo Regional nunca culpou os pescadores, mas o que eu disse foi que têm aqui um instrumento financeiro ao seu dispor, para poderem adaptar e ajustar as suas embarcações para pescarem as espécies que existem no mar dos Açores. Ou seja, o Governo Regional arranja uma ferramenta para que os pescadores e os seus armadores possam colocar as embarcações com as devidas condições para poderem fazer dinheiro do seu trabalho marítimo!

No que respeita à renovação da frota, Sra. Deputada, esta renovação foi feita com as associações. Os processos de construção das embarcações de renovação da frota regional das pescas, mais de noventa e tal por cento, vieram das próprias associações! Porque o Governo Regional negociou e debateu com as associações a forma de se fazer a renovação da pesca e das nossas embarcações.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é isso! É o resultado dessa renovação!

O Orador: O que significa, Sra. Deputada, que foi feito com os profissionais do sector. Mas a Sra. Deputada deve saber que uma embarcação de pesca tem um desgaste enorme. Ou seja, todos nós sabemos que mudamos o carro ao fim de quatro, cinco anos. Uma embarcação de pesca tem um desgaste três ou quatro vezes maior do que uma viatura, porque está num meio extremamente agreste. Era fundamental que os nossos pescadores tivessem embarcações com as adequadas condições de habitabilidade e de trabalho. O que não faz sentido é, por um lado, dizerem que as embarcações não têm condições...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não está a responder à pergunta.

O Orador: ...e, por outro lado, dizerem que não se podem construir mais embarcações! Nós fizemos o plano de construção, elaborámos e notificámos a União Europeia – porque estas construções são feitas com verbas exclusivamente regionais, mas tivemos de notificar a União Europeia –, com base nas propostas das associações da pesca dos Açores e depois do debate com o próprio Departamento de Oceanografia e Pescas. Foram os pescadores que fizeram.

No que respeita à estação costeira, de facto, esta é um bem e é um instrumento importante para auxiliar os nossos pescadores. Mas a Porto de Abrigo ainda não explicou ao Governo as verbas que o Governo lhe deu para construir e instalar aquela estação!

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu falei da estação costeira, não falei da Porto de Abrigo.

(Vozes de protesto da bancada do PS)

O Orador: Não, a estação costeira, neste momento, recebeu, Sra. Deputada, deixe-me acabar, verbas comunitárias numa determinada percentagem e recebeu verbas regionais de uma determinada percentagem para instalar a estação costeira. Estamos à espera, ainda, que esta organização de produtores nos explique onde o dinheiro foi gasto, porque aquela associação não conseguiu explicar a totalidade do dinheiro que lhe foi entregue para instalar aquele equipamento.

Deputada Zuraída Soares (BE): E a estação costeira?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Oh, senhora, se eles não fazem!... Ele já explicou!

O Orador: No que respeita à estação costeira, é exactamente isso. Nós estamos, a partir do momento...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E não estão por isso vigiadas.

Presidente: Não entrem em diálogo, por favor, Sr. Subsecretário.

O Orador: Sra. Deputada, no que respeita à média de pescado pelas embarcações, a média de capturas e os rendimentos das embarcações das frotas locais de São Miguel, Santa Maria, São Jorge e Pico aumentaram face ao ano de 2009. Das outras embarcações, na Terceira manteve-se ao mesmo nível do ano anterior; nas outras ilhas tiveram quebras de rendimentos. E, ao verificar e analisar o trabalho no mar daqueles pescadores, verificámos que podiam ter aproveitado outras oportunidades de pesca.

Achamos que é fundamental, mais do que tratá-los como coitadinhos, como parece que alguma oposição quer tratar, darmos-lhes uma ferramenta para trabalharem no mar, para terem os seus rendimentos! E estamos disponíveis para investir nessa matéria, na modernização das nossas embarcações de pesca.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Esqueceu-se de São Jorge!

Presidente: Sr. Deputado António Pedro Costa, tem a palavra.

***Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Subsecretário Regional, procurei aqui caracterizar um sector em dificuldade e isso é o resultado das preocupações que me foram transmitidas pelos próprios pescadores. De facto...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não conseguiu.

O Orador: ...eles estão em dificuldade e é preciso não escamotear esta realidade.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu não ando à pesca do salmonete como o senhor anda.

(Vozes de protesto das bancadas do PS e Governo)

O Orador: Salmonela, salmonela. Evidentemente, não percebeu o que eu estava a dizer, a Sra. Secretária.

Portanto, Sr. Subsecretário, ouvi com atenção os seus esclarecimentos e queria dizer o seguinte: Sr. Deputado José Rego, as capturas aumentarem, aumentaram, a parte do bonito, em 1300%. Acontece que eu gostaria de saber quais foram as embarcações que fizeram essa pesca. A maioria dessa frota, a maioria dos pescadores que lá estiveram, não são dos Açores! Portanto, aí...

(Apartes inaudíveis da câmara)

Deputado José Rego (PS): Frota local.

O Orador: Não senhor, não foi a frota local! Posso garantir-lhe que não foi frota local. Houve frota local que esteve envolvida, mas a maioria foi frota de fora dos Açores, com, exactamente, na tripulação muita gente que não era dos Açores.

Por outro lado, infelizmente, os *demersais* baixaram. Foi o goraz, cerca de 40%; 30%, o boca negra; todo o peixe valioso diminuiu, e isso está devidamente documentado! Quanto a essa questão, eu gostaria que o Sr. Subsecretário me respondesse relativamente às armadilhas não selectivas, porque o resultado dessa portaria que o senhor emanou foi que apenas os covos ficaram penalizados. E isso é uma grande injustiça para o grupo de pescadores que tem esta arte de pesca. Gostaria de perceber se o senhor tem consciência das dificuldades que esta portaria provocou junto dessa classe.

Por outro lado, o funcionamento da estação costeira, ao contrário do que diz o Sr. Deputado José Gaspar, não é só para São Miguel. Tem âmbito regional, está a assegurar o controlo, e ainda bem, dando informações para segurança dos pescadores, para toda a região. Até a própria capitania se socorre da estação costeira, não é apenas restrita às embarcações da Ilha de São Miguel. A própria

Lotação, que é do Governo, também se serve da estação costeira. Por isso, era justo, era de elementar justiça, que houvesse também uma participação do Governo para com o funcionamento desta estação, que é...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Já houve!

O Orador: ...de utilidade pública manifesta.

Acontece que, de facto, a República, o Governo Regional e a própria União Europeia financiaram aquela estação, mas para que vai ser esse custo, esse financiamento de que servirá, se não houver a cobertura dos custos de funcionamento?

Por outro lado, Sr. Subsecretário, aqui há uma questão que eu queria levantar. A empresa Espada-pesca atribuiu, ou foi atribuído à Espada-pesca um valor de 1,4 milhões de euros, para apoio de três embarcações destinadas à pesca do peixe-espada preto. Se me pudesse dizer qual foi o critério que houve, da parte do Governo, para a atribuição a estas embarcações, e quando é que elas estariam concluídas.

Também informar o seguinte: o Governo enche a boca com o FUNDOPESCAS, como uma grande criação do governo socialista. Devo lembrar que aconteceu, em 1985, uma grande manifestação da Porto de Abrigo, em que se lançou toneladas de peixe pelas ruas de Ponta Delgada, e foi nessa sequência – e os senhores ainda não estavam no governo nessa altura – que se começou a pagar...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Foi uma coisa que os senhores fizeram para ver se acabavam com a manifestação!

O Orador: ...este subsídio para interrupção em tempos de crise, em tempos de intempérie. Portanto, não se venha aqui dizer que foi o governo socialista que veio criar o FUNDOPESCA.

Deputado José Lima (PS): Mostre o documento.

O Orador: Depois, quando entraram para o Governo, foi estruturado, foi regularizado. Até foi uma medida inovadora ao nível de todo o país.

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): O FUNDOPESCA.

O Orador: Também, já agora, aproveitando e puxando a brasa à minha sardinha...

Deputado Hernâni Jorge (PS): À sardinha, não: ao chicharro!

O Orador: ...ao chicharro, relativamente ao porto de pescas de Rabo de Peixe, o Sr. Subsecretário deve ter consciência de que não há iluminação no porto, o que é uma dificuldade, é um perigo que os pescadores correm por causa desta situação. Quando prevê que esta situação esteja ultrapassada?

As casas de aprestos que foram anunciadas, quando é que elas se iniciarão de facto? Quando é que essas obras começarão, para dar a possibilidade aos pescadores de terem um instrumento importante para aviar as suas artes de pesca? Os pescadores, com a falta desses equipamentos, têm mais dificuldades. O próprio aviar das artes de pescas em sítio que estava já determinado e que também ainda não foi feito faz exactamente com que os pescadores tenham algumas dificuldades. Depois, começa-se a falar de que há alguma conspiração no porto de pescas. Pois, se eles não têm espaço para o fazer, como se pode estar aqui a implicar e a castigar os pescadores, designadamente a Lotaçor, porque não são limpos, ou não sabem fazer o seu trabalho, se não têm um espaço próprio para o fazer?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Acho que são medidas muito, muito urgentes, que têm de ser implementadas num grande porto, que representa ou tem uma parte significativa da sua população ali empregue, um porto de pescas que tem um peso enorme nesta arte da pesca, como actividade da nossa economia que é preciso olhar com atenção.

Deputados Jorge Macedo e Pedro Gomes (PSD), e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Eu nunca disse que o Governo não tinha feito grandes investimentos, e fê-lo, em termos de portos, em termos de equipamentos.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar.

No entanto, a dignificação do pescador não passa somente por aí. É preciso ter preocupação em dar-lhes, exactamente, instrumentos como a formação, como salários condignos, para poderem viver com dignidade.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: O PSD terminou o seu tempo.

Tenho inscrito o Sr. Deputado Paulo Rosa.

Deputado Mark Marques (PSD): Mas disse tudo o que tinha para dizer!

***Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em Julho, foi discutida, nesta casa, uma petição que advogava a proibição da pesca com recurso à arte do palangre ao largo do Grupo Ocidental. Na sequência da tramitação dessa petição, a Comissão de Economia recomendou ao Governo que encomendasse um estudo ao DOP, para aferir da relação causal entre a pesca com recurso à arte do palangre e a delapidação de recursos que os peticionários invocavam.

A 29 de Outubro, ou seja, a dois dias do termo do prazo previsto para a apresentação do estudo, fiz entrar nesta casa um requerimento a indagar exactamente por esse estudo. O Governo Regional respondeu ontem, claramente por tática, em virtude desta interpelação. Se as interpelações têm, de facto, uma grande virtude, é obrigarem o Governo a responder a requerimentos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Até parece que isso é verdade! Temos quase 90% de taxa de resposta!

O Orador: Mais grave ainda, o Governo afirma, na resposta ao requerimento, que o estudo do DOP foi entregue, de facto, em Outubro e responde ao requerimento a 21 de Março, muito fora dos sessenta dias razoáveis. Assim, o que se pode inferir daqui é que o DOP cumpriu, o Governo Regional não cumpriu. Não cumpriu, num claro desrespeito, não pelo Deputado Paulo Rosa, não por este Grupo Parlamentar, mas por todos os deputados desta casa...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ...por este Parlamento, que é o primeiro órgão da autonomia...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E pelos açorianos!

O Orador: ...e, sobretudo, pelos subscritores da petição que originou esta iniciativa.

Agora, centremo-nos no que interessa, que é, de facto, o estudo. O que este estudo releva é que, claramente, o DOP – que é uma instituição que nós respeitamos, cuja credibilidade, para nós, está acima de qualquer suspeita – reconhece em vários momentos que as interpretações devem ser feitas com reservas. Reconhece também

que a quantificação da mortalidade introduzida pelo palangre e consequências da eventual sobre-exploração também não estão ainda esclarecidas. E reconhece ainda que a informação de que o DOP dispõe não tem resolução suficiente, ao nível da avaliação dos impactos de cada componente da frota de pesca, na área entre as 3 e as 6 milhas do Grupo Ocidental do Arquipélago dos Açores. Ou seja, reconhece uma série de limitações. Daí que as conclusões que o estudo tira estejam, de certa forma, algo feridas.

Portanto, a questão que se impõe é se o Governo, com base neste estudo, face a este estudo, vê ou não razões para alterar os critérios de atribuição de licença a embarcações “palangreiras” oriundas de outras ilhas, para pescarem ao largo do Grupo Ocidental.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado José Rego, tem a palavra.

***Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, era só para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado António Pedro Costa, porque ele, no seu raciocínio, falha sempre e falha no seguinte aspecto.

Deputado Mark Marques (PSD): Ele não tem mais tempo, é só para ter isso em conta!

O Orador: Sr. Deputado António Pedro Costa, relativamente ao FUNDOPESCA ser uma iniciativa do Partido Socialista, que honra o Governo do Partido Socialista, o Sr. Deputado sabe, e devia ser claro naquilo que diz, que no tempo do PPD não havia FUNDOPESCA!

Vozes da bancada do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Havia, sim senhor!

O Orador: Os pescadores estavam à mercê do Governo, de um subsídio que, lá de vez em quando, vinha!

Deputado António Pedro Costa (PSD): Mas pagavam!

O Orador: Não havia nenhum FUNDOPESCA!

Deputado João Costa (PSD): Nota-se!

O Orador: Portanto, o senhor não venha dizer que este Governo reestruturou o FUNDOPESCA! No tempo do PPD não havia FUNDOPESCA!

Deputado António Pedro Costa (PSD): Havia, sim senhor!

O Orador: O que havia era, lá de vez em quando, um subsídio que o Sr. Mota Amaral dava quando entendia!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Portanto, o FUNDOPESCA nasce com os pescadores, com o Governo Regional dos Açores. As pessoas sentaram-se à mesa e disseram: “Nós, pescadores, vamos fazer um esforço e vamos descontar para este fundo”...

Deputado António Pedro Costa (PSD): O Mário Soares não viu fazer isso quando foi presidente; por que é que não fez?

O Orador: ...e o Governo, através do seu orçamento, e das multas que eles pagam...

Deputado António Pedro Costa (PSD): Os senhores estruturaram a pesca.

O Orador: ...é um conjunto de receitas que faz parte deste fundo! Não havia fundo no tempo do PPD! Não engane esta casa, nem os pescadores!

Vozes da bancada do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado António Pedro Costa (PSD): São os senhores que estão a enganar.

O Orador: O fundo foi criado pelo Partido Socialista.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Estruturaram o fundo!

O Orador: E, mais do que isso, não é o Governo que entende que dá ou quando deve dar; fazem parte deste fundo cinco entidades regionais e quatro dos pescadores!

Deputado António Pedro Costa (PSD): Ah, isso é muito importante!

O Orador: Ou seja, os armadores e as associações de pescadores! Portanto, não é como a Sra. Deputada diz, que calam os pescadores, eles estão lá por direito próprio!

Deputada Zuraida Soares (BE): Pois estão! E a percentagem?

O Orador: Mas, Sra. Deputada, e que percentagem é o bolo regional?

Deputado João Costa (PSD): E o que é que os senhores dizem em surdina?

O Orador: A senhora acha que os pescadores, num fundo em que a maior parte do dinheiro vem do Governo Regional, ou seja, do orçamento da região, deviam ser a maioria neste fundo?

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é do Governo Regional!

O Orador: Sra. Deputada, deve pensar melhor como funcionam essas estruturas! Não é quem entra com 10% que vai ter a maioria de votos, num fundo em que a maior parte vem de fundos regionais!

Mais ainda, Sr. Deputado António Pedro Costa, muito me admira o senhor, que vive em Rabo de Peixe, não saber distinguir o que são embarcações locais de embarcações costeiras! O senhor não quer que eu diga que é a “Senhora da Guia”, ou que é a “Senhora de Água de Pau”, qual foi o barco que pescou! Mas quando eu digo que as embarcações costeiras aumentaram em São Miguel 16% em 2010, foi pesca local! Foi pesca dos pescadores de São Miguel! Agora, quando o senhor tem dúvidas nestes números, eu não sei que estatísticas o senhor teve!

Deputado António Pedro Costa (PSD): Olhe, não são as suas!

O Orador: O que eu sei é que a estatística regional apurou, no ano passado, um aumento das embarcações costeiras, ou seja...

Deputado João Costa (PSD): Afinal, estamos no melhor dos mundos! Quem diria!

O Orador: ...das embarcações locais, um aumento de 16%.

Que o senhor tenha dúvidas, Sr. Deputado...

Deputado António Pedro Costa (PSD): Pois tenho! O senhor diz que não, toda a gente diz que sim!

O Orador: Deixe-me acabar.

...que, nas embarcações costeiras, parte deste valor seja de embarcações da Madeira, ou outros, que fizeram descarga nos Açores, o senhor pode ter dúvidas. Mas, relativamente à pesca local, não pode ter dúvidas nenhuma de que o aumento foi de 16%!

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

Deputado António Pedro Costa (PSD): Nas vossas estatísticas.

Presidente: Sr. Deputado Abel Moreira, tem a palavra.

Deputado Abel Moreira (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O porto da Urzelina caracteriza-se por ser um porto de pequena dimensão, mas que já desempenhou um grande papel no passado. De recordar que é um dos portos mais antigos dos Açores, pois já existia em 1647.

Ora, focando-nos na actualidade, foi para este porto adjudicada uma obra de alargamento do terraplano. Já foi alterado para incluir uma frente acostável. Entretanto, notícias vindas a publico dão conta de uma segunda alteração ao projecto inicial.

No passado mês de Dezembro, a Assembleia Municipal de Velas aprovou por unanimidade uma Recomendação ao Governo Regional, que promova um estudo para a construção de um molhe de protecção, para que o porto possa funcionar durante todo o ano.

Considerando a importância do porto, nomeadamente para os pescadores profissionais:

1.º – Qual o ponto de situação das obras e a respectiva calendarização?

2.º – Qual o orçamento inicial da obra? Quais os custos acrescidos pelas alterações ao projecto inicial e se foi paga alguma verba relativa às obras já realizadas? E quais os seus montantes?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Subsecretário Regional das Pescas, tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Seis e três são nove: nove perguntas, nove a zero: zero respostas!

***Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** Obrigado à oposição por referir o grande plano de renovação da rede portuária dos portos de pesca da Região Autónoma dos Açores. De facto, nós fizemos a diferença, tomámos um sector que tinha poucas infra-estruturas de apoio, desenvolvemo-lo e aumentámo-lo.

No concreto, no que respeita ao porto de pescas de Rabo de Peixe, estamos a desenvolver um projecto de ampliação do porto, no qual irão ser contempladas as

áreas para utilização de aprestos. No final deste mês ou no princípio do mês que vem, iremos levar uma delegação de pescadores – aliás, como compromisso do Sr. Presidente do Governo dos Açores – de Rabo de Peixe para assistirem à prova do modelo reduzido, para se introduzir também a experiência dos homens do mar nesta obra.

No que respeita ao porto das Velas, ao núcleo de pescas do porto das Velas, nós estamos numa fase de acabamento da obra, estamos a instalar a rede de combustível. Mas, obviamente, não é possível, quer no núcleo de pescas, quer na zona da marina, instalar embarcações de trinta metros.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas é possível mudarem a bomba!

O Orador: Isto, por questões de segurança da navegação. Aquela área não tem uma área de manobra para as embarcações com aquela dimensão e por isso não é possível colocá-las lá.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Quem é que fez?

O Orador: Portanto, as embarcações não podem utilizar aquela zona como porto de reabastecimento de combustível.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mude a bomba! Pode mudar a bomba!

O Orador: Não pode, não senhor! Não pode! Há questões que têm a ver com regras de manobra das embarcações. Não se pode meter o Rossio na Rua da Betesga, ou seja, nós não podemos meter...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Meteram, foram os senhores que meteram!

O Orador: ...num porto que está dimensionado para levar com embarcações até doze metros, está dimensionado para a pequena pesca e para o iatismo, embarcações de pesca costeira grande, embarcações que vão até trinta metros. Não é possível. Em segurança, não é possível. Podíamos dizer que sim, mas não é possível, em segurança. São questões técnicas...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mude a bomba.

O Orador: ...que se sobrepõem às questões das próprias vontades que se possam ter de pôr lá uma embarcação de maior porte, fruto do desenvolvimento do sector das pescas, que o Governo Regional tem implementado na região e, em particular, naquela ilha.

Quanto ao porto da Urzelina, foi um porto que começou, de facto, por ser só o alargamento do terraplano, mas os pescadores pediram que também se fizesse um novo cais. Estamos a fazer, mas é uma obra difícil, porque o cais é muito frontal e tem sido danificado pelo mau tempo. Tencionamos que o porto fique preparado e fique pronto até ao próximo verão. Quanto ao pedido de fazer um molhe de protecção, nós recebemos esse pedido e estamos a analisá-lo, mas, neste momento, não é uma prioridade fazer aquela obra. Temos outras prioridades no sector das pescas. Chegará a altura de ser analisado e decidir a sua prioridade.

Quanto ao Sr. Deputado do PSD, não é verdade que a frota local tenha menos capturas de atum. A frota local, que é constituída, e a pequena pesca costeira, têm cerca de 6 milhões e meio de quilos de atum capturado nos Açores, o que, numa captura que vai a 13 milhões e tal de quilos de peixe, representa quase metade da captura dos atuneiros. Ou seja, as capturas das embarcações da pesca local e da pequena pesca costeira, até aos doze metros, têm portanto metade da captura do atum na Região Autónoma dos Açores.

Deputados António Pedro Costa e João Costa (PSD): Metade?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quase metade, metade, pouco mais de metade?

O Orador: Estou disponível para lhe entregar os dados.

Deputado João Costa (PSD): Agora já é quase metade!

O Orador: Quanto à frota local, teve capturas e descargas, no ano de 2010, de 16 milhões de euros; a frota costeira teve 23 milhões e meio de euros; o que significa que a frota local, em determinadas ilhas da nossa região, teve rendimentos superiores aos do ano de 2009.

Quanto aos regulamentos com armadilhas, o Governo Regional irá aprofundar essa regulamentação, por via do Quadro Legal da Pesca Açoriana, que foi aprovado neste Parlamento, de forma a introduzir mais mecanismos de sustentabilidade. O Sr. Deputado não pode dizer que quer mais mecanismos de sustentabilidade e, ao mesmo tempo, querer que as embarcações de uma determinada ilha possam pescar noutra ilha. Aquilo que fizemos foi criar áreas de reserva, à volta da ilha, para as comunidades da própria ilha. E percebemos, de facto, que existe uma necessidade de regulamentar para proteger as áreas de pesca, para que as pequenas

comunidades nas ilhas mais pequenas possam ter um futuro pela frente, no que respeita ao sector das pescas.

No que respeita ao projecto da estação costeira, estamos a debater com a Federação das Pescas a instalação de uma estação costeira no Grupo Central, para que possa efectivamente aceder a outras ilhas, dado que actualmente o acesso às outras ilhas não está a ser feito com as devidas perfeições.

No que respeita às embarcações da Espada-pesca, estamos a construir embarcações, porque nos substituímos a uma organização de produtores que recebeu dinheiro para construir barcos e não construiu os barcos. Recebeu o dinheiro, utilizou-o e não construiu. Pelo que o que estamos a fazer é tentar desenvolver a pescaria do peixe-espada preto, que existe no nosso mar, não está a ser capturado e tem valor comercial.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso já tem anos, a espada preta já tem anos! A espada já está branca!

O Orador: A espada preta existe, está a ser pescada neste momento. Mas, obviamente, é uma pesca muito mais difícil do que a pesca de menos profundidade. E é tudo, muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares, tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E o palangre? E as Flores? E o estudo do DOP? Não respondeu!

***Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há uma imagem, que vi há dois dias num órgão de comunicação social, que penso ser bem o espelho da política para o sector das pescas implantada nesta região.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O problema é que vem para aqui falar com base em relatos da comunicação social.

A Oradora: Dizia um pescador, já avançado na idade, o seguinte: “Tenho dívidas às finanças; como tenho dívidas às finanças, não posso receber o subsídio ao gasóleo; como não posso receber o subsídio ao gasóleo, não posso ir para o mar; se não posso ir para o mar, se não posso pescar, não posso ganhar dinheiro; logo, não posso pagar as dívidas às finanças”. Ou seja, o que este pescador estava a dizer...

Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*): É um pescador, Sra. Deputada!

A Oradora: ...é que a política de pescas desta região é uma pescadinha de rabo na boca, que é a vida de muitos pescadores e é a vida deste pescador, como ele tão bem explicou, para a qual o Governo e, neste caso, o Sr. Subsecretário das Pescas, ainda não conseguiu encontrar uma saída. Estamos praticamente no final do debate e, para lá deste espelho da política de pescas que este pescador, pela sua boca, fez e ao qual não é preciso acrescentar mais nada, penso que ao longo desta manhã ficou concluído o seguinte:

Duma maneira geral, os pescadores nesta região, depois de todos os descontos e espoliações a que são sujeitos, dentro e fora da lota, praticamente acabam a pagar para irem ao mar, isto é, a pagar para trabalhar;

Trabalham como qualquer outra pessoa, mas são permanentemente confrontados com a pobreza e a miséria, sua e das suas famílias;

Esta fileira económica tem esquemas de funcionamento, na nossa região, pré-industriais, que é o mesmo que dizer pré-capitalistas! **Deputado Lizuarte Machado** (*PS*): Isso é uma generalização demagógica e irresponsável.

A Oradora: É isso que existe em termos de pescas na nossa região;

O Governo Regional não tem uma política de controlo de preços, de distribuição do pescado entre ilhas, nem entre elas entre si, nem para o exterior; não tem política nenhuma sob este ponto de vista;

Tem uma falta de rigor gritante, que dá para tudo: para tudo aquilo que se passa entre o produtor e o consumidor final; entre o produtor, que é miseravelmente pago, e o consumidor final, que paga a peso de ouro o peixe, quando o compra, em qualquer superfície da nossa região;

Este Governo Regional não regula os mercados e não regula o esforço de pesca: é à vista, como a navegação;

E, finalmente, uma última palavra para a menina dos olhos do Partido Socialista e do Governo Regional, que é o FUNDOPESCA que, de acordo com o Partido Socialista, é “meu, todo meu e só meu”; meu, do Partido Socialista: não o dá a ninguém e é a marca da governação socialista.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): É uma das!

A Oradora: Pois fiquem os Srs. e as Sras. Deputadas do Partido Socialista e o Governo Regional a saber que, para o Bloco de Esquerda, o FUNDOPESCA, tal como está, tal como é utilizado, é discricionário, miserabilista, chantagista e aleatório!

Deputado João Costa (*PSD*): Apoiado!

A Oradora: Ou seja, tudo menos socialista! É isto que pensam os pescadores, é exactamente isto que pensa o Bloco de Esquerda.

Mais uma vez, lembro aos Srs. e às Sras. Deputadas e ao Governo Regional: o dinheiro do FUNDOPESCA *não é* do Governo!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): É da região.

A Oradora: E, por isso, o Governo não o dá ou dá conforme muito bem entende! Aquele dinheiro do FUNDOPESCA é dos açorianos e das açorianas e é dos pescadores que descontam para ele! Parem de dizer que o Governo Regional vai accionar, ou o Governo Regional vai dar. O Governo Regional não dá nada! Pior do que isso, não faz justiça, quando a deveria fazer! E quando é que o FUNDOPESCA é preciso? Quando os pescadores começam a dar sinais de que estão a entrar na miséria, apesar de irem para o mar todos os dias e, ao fim duma semana, trazerem 17,5 euros! Isto não é uma região europeia, progressista, moderna! É uma região medieval, em termos de pesca!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Terminou o tempo do Bloco de Esquerda. Temos, entretanto, duas inscrições. Continuaremos o debate da parte da tarde, vamos para almoço. O Sr. Secretário vai anunciar os tempos.

Secretário: O Governo dispõe ainda de dois minutos e meio; o PCP de meio minuto; o CDS, de cinco minutos; o PS, de quatro minutos; e o PPM, de dois minutos.

Presidente: Então, até logo e bom almoço.

(Eram 13 horas e 44 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, muito boa tarde. Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 05 minutos)

Temos ainda o debate que vem da manhã e tenho inscrito o Sr. Deputado Luís Silveira, a quem dou a palavra.

***Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ler um parágrafo de alguém que tem responsabilidades no sector das pescas nesta região e que foi nomeado pelo Governo Regional de então. Diz o seguinte: “Os atuneiros poderão sempre abastecer-se, seja de água, seja de gasóleo, nas ilhas vizinhas. Mas também aí podem abastecer-se de alimentos e podem descarregar o seu pescado. Portanto, é importantíssimo que São Jorge tenha a possibilidade de prestar esses serviços à pesca, para podermos aqui gerar negócio e movimento e não deixar que vão para outras paragens”. É alguém com responsabilidades no sector das pescas, nomeado por este Governo Regional, que afirma isto que aqui estou a dizer.

E mais, Sr. Subsecretário, de facto, o senhor hoje disse aqui uma verdade muito grande...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Pode dizer o nome?

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): Não sabemos quem é.

O Orador: ...e eu vou dizer-lhe o que foi. O senhor diz que não queiramos colocar o Rossio dentro da Betesga, e é verdade. Mas quem construiu a Betesga foram os senhores! Sempre foi tradição, desde há muitos anos, nesta região, os atuneiros abastecerem-se em São Jorge. Se os senhores não fizeram um porto de pescas, ou um núcleo de porto de pescas, ou aquilo que lhe queiram chamar, com condições para tal, foi por má-fé e por não o quererem fazer! Não foi por ser tradição, desde há muitos anos. Até porque isto, em boa visão, devia ser no porto da Calheta, que tem a conserveira bem próxima! Os senhores não tiveram esse cuidado no da

Calheta e não querem tê-lo no das Velas! Já foi chamada a atenção do Governo muitas vezes para esta situação!

Que fique aqui claro que, se há erro cometido, há, no porto e no núcleo de pescas das Velas, mas foi feito pelos senhores. Portanto, a Betesga foi feita, mas foi pelo senhor, não foi por mais ninguém. E não foi por falta de chamadas de atenção, dos pescadores da ilha, inclusive, que bem lhe chamaram a atenção para a situação daquele porto de pescas, que aquilo não servia São Jorge, nem as Velas! É essa a verdade, Sr. Subsecretário.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina, tem a palavra.

***Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Infelizmente, o Sr. Subsecretário Regional das Pescas não respondeu à questão levantada sobre a construção do entreposto frigorífico na Ilha de São Miguel. É lamentável, porque essa é uma história que, de facto, já nos começa a deixar algumas dúvidas sobre a sua concretização.

Eu só queria relembrar, ou voltar aqui a frisar, que as declarações do Sr. Presidente da Administração do Conselho de Administração da Lotaçor, em 2009, garantiam que durante o ano o projecto seria aprovado e o concurso público lançado, e que durante o ano de 2010 essa infra-estrutura já estaria a funcionar. Mais recentemente, o Sr. Presidente do Governo Regional, no princípio deste ano, disse que o projecto estava já numa fase bastante adiantada para a construção do entreposto de frio, que ficaria localizado na freguesia de Santa Clara.

Aquilo que o Sr. Subsecretário veio cá dizer foi exactamente isto, que não existe projecto, ou que não existe sequer nenhuma previsão para que este projecto esteja concluído. De facto, nós não compreendemos esta falta de articulação entre os vários agentes deste sector. Lamentamos. Quem fica a perder é o sector das pescas. É uma falha na parte estratégica, no armazenamento do pescado. Mais uma vez, é uma situação que fica adiada, não sabemos até quando.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Subsecretário Regional das Pescas, tem a palavra, tem dois minutos e meio.

***Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Compete-me proferir umas palavras finais neste debate sobre o sector das pescas da nossa região.

Os tempos actuais apresentam alguma instabilidade nos mercados e nas capturas da nossa frota. A palavra-chave é a diversificação da pesca, para melhor aproveitar os recursos piscatórios e melhorar a nossa produtividade.

Com este debate, percebeu-se qual foi o papel manipulador do Bloco de Esquerda...

(Risos dos deputados da bancada do Bloco de Esquerda)

...na invenção de notícias erradas sobre a pescaria de chicharro na Ilha de São Miguel.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Desde o dia 2 de Março que o chicharro já não vai para a lixeira, sendo entregue na fábrica da COFACO, para aproveitamento em farinha de peixe. As imagens postas a circular na televisão sobre as descargas na lixeira não eram actuais, mas sim antigas. Até eram do tempo em que a Porto de Abrigo ia entregar o chicharro à lixeira. Segundo a informação de que disponho, da própria COFACO, esta empresa confirmou a uma jornalista que tinham recebido vários excedentes de captura, mas a notícia que acabou por sair foi que a COFACO tinha desmentido a Lotaçor, e apenas tinha recebido uma vez o chicharro, o que é um incorrecto procedimento. A verdade é...

Deputada Zuraida Soares (BE): Um filme policial.

O Orador: ...que a pescaria do chicharro representa 10% da frota da Ilha de São Miguel e 4% da pesca na totalidade dos Açores.

Abordar a situação da pesca limitando a sua intervenção aos problemas de uma comunidade piscatória e apenas a um tipo de pescaria, apresentando informações falsas, não é forma séria de abordar o sector regional das pescas. É uma falta de

respeito, até, para com os pescadores das outras pescarias e das restantes ilhas dos Açores.

Deputado José Lima (PS) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem! Muito bem!

Deputada Zuraida Soares (BE): Nós respeitamos!

O Orador: Não temos a pretensão de termos feito tudo o que é necessário para o sector das pescas, mas temos muita vontade de continuar a trabalhar, para tornar este sector um pilar fundamentado para o desenvolvimento económico e social dos Açores. As dezoito medidas regulamentares que o Governo criou e pôs à disposição de pescadores, armadores e empresas de comercialização e transformação são a prova da nossa determinação política em apostar neste sector. Estamos cientes de que os homens e as mulheres da pesca constituem um pilar da nossa região e tudo faremos para que o sector aproveite os desafios que se colocam nos tempos actuais.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Deputada Zuraida Soares (BE): Não disse nada!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra, tem dois minutos.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Subsecretário:

Os Srs. Deputados do Partido Socialista, nomeadamente o seu Líder Parlamentar, fizeram lembrar que isto era uma interpelação, que eram precisas perguntas, perguntas, perguntas; houve perguntas, perguntas, perguntas; respostas, zero!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford) e Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): Não apoiado!

O Orador: Portanto, aí é que está o problema: às perguntas que nós colocámos, o Sr. Subsecretário não respondeu.

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade!

O Orador: Ainda as últimas, colocadas pelo Sr. Deputado Pedro Medina, pelo Sr. Deputado Luís Silveira e pelo Sr. Deputado Paulo Rosa, ninguém respondeu às perguntas. Portanto, querem perguntas, mas não sabem a resposta.

Agora, há uma conclusão que é preciso tirar deste debate, realmente, Sr. Secretário. Os senhores, no nosso sector produtivo, o leite, transformam-no em pó; o peixe...

Deputado Francisco César (PS): Nós, leite em pó?

O Orador: ...transformam-no em farinha, transformam-no em pó. Ou seja, os senhores estão a tornar-se, ao fazer farinha, o moleiro da pesca nos Açores!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não somos nós que fazemos a farinha, é uma empresa!

O Orador: E então, Sr. Subsecretário, a pergunta que lhe fiz, o desafio que lhe fiz, de aumentar a capacidade produtiva da fábrica de Santa Catarina? *Quid iuris?* Nada! Não respondeu!

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): Já aumentou, passou de 70 para 120 pessoas!

O Orador: E aumentar e acrescentar valor ao chicharro? Por que não é feita conserva de chicharro nos Açores, como foi feita no passado?

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): É feita.

O Orador: Por que não é o chicharro exportado para o continente, para as fábricas, para ser processado como conserva? Não! O senhor prefere fazer farinha! É isso que o Governo Regional tem feito: farinha! Portanto, a pergunta que coloco é: onde está a inovação? Onde está o empreendedorismo? Onde está o apoio ao sector produtivo?

Ou seja, os senhores não querem que a fábrica produza mais. Os senhores não querem valor acrescentado ao nosso peixe. Os senhores querem, sim senhor, fazer esta política de farinha e de reduzir a pó os sectores produtivos da Região Autónoma dos Açores!

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Esta é a conclusão que tem de se tirar! Esta é, sobretudo, a conclusão que se tira a respeito das pescas! Dão-lhes barcos novos, podem até apanhar mais peixe, o que não é verdade, mas depois não têm capacidade, não há valor acrescentado ao pescado, ao nosso excelente produto da pesca!

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): Não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: Os senhores não conseguem, não têm inovação, não têm estratégia, não têm rumo! E não têm futuro, as pescas dos Açores, com essa política que o senhor está a conduzir!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): O senhor não acredita no que está a dizer!

Deputado Berto Messias (PS): Para os senhores está sempre tudo mal, tudo mal, tudo mal!

Presidente: Sr. Deputado José Rego, tem a palavra.

***Deputado José Rego (PS):** Eu não estava pensando intervir mais neste debate, mas...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não se rogue, esteja à vontade!

O Orador: ...é uma réplica ao Sr. Deputado, relativamente aos investimentos na pesca e na transformação. Eu gostaria de dizer que foi o empenho do Governo Regional na fábrica de Santa Catarina que levou a que essa fábrica não fechasse e aumentasse o seu número de trabalhadores.

Mais, queria dizer ainda que a nossa aposta não passa só pelo trabalho no pescador, mas na transformação. Aí, estão previstos investimentos na COFACO de Rabo de Peixe e na COFACO do Pico, que...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Que ia tudo para o lixo!

O Orador: ...irão dar mais valor acrescentado aos nossos produtos. Não podemos ficar com esse discurso miserabilista que vem do CDS, como de outros partidos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É realista.

O Orador: Nós acreditamos no futuro dos Açores, acreditamos que as pescas têm dado muito aos Açores, e continuarão a dar no próximo futuro.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É a verdade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, creio não haver mais inscrições. Temos o nosso debate por terminado.

Vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projecto de Resolução n.º 17/2011 –**

“Pronúncia por iniciativa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre as linhas de orientação da actualização anual do Plano de Estabilidade e Crescimento”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Dava a palavra ao proponente, para apresentar o pedido de urgência.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, julgo que o pedido de urgência se fundamenta numa questão de calendário. Amanhã ou depois de amanhã serão discutidas as medidas adicionais que estão contempladas no novo PEC. Aquilo que propomos é que hoje seja discutido aqui um Projecto de Resolução para que o Parlamento, no uso das suas prerrogativas próprias, se pronuncie relativamente a alguns aspectos das medidas adicionais, que contemplam, nomeadamente, a redução das transferências de verbas para as regiões autónomas e autarquias locais.

Portanto, julgo que a urgência e o pedido de dispensa de exame em comissão estão perfeitamente justificados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito bem, obrigado, Sr. Deputado.

Creio não haver inscrições. Assim sendo, vamos passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Agora sim, entramos na substância do **Projecto de Resolução** cuja urgência acabámos de votar. Rege aqui, por deliberação da conferência de líderes, a grelha de tempos que temos vindo a usar, designadamente: 25 minutos para o PS, Governo e proponente; 19 minutos para o PSD; 13 minutos para o CDS/PP; 11 minutos para o BE; e 10 minutos para o PPM, neste caso.

Dou a palavra, para apresentar a Resolução, ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

À semelhança do que fizemos em Outubro passado, propomos mais uma vez que esta Assembleia, no uso das suas prerrogativas legais, se pronuncie, por sua própria iniciativa, sobre um conjunto de medidas anunciadas pelo Governo da República, as linhas de orientação da actualização anual do Plano de Estabilidade e Crescimento. E, mais uma vez, pensamos que este é o tempo próprio e correcto para lutar contra as políticas que irão, de forma nítida, clara e inegável, prejudicar os Açores e os açorianos.

É agora, antes deste novo PEC ser aprovado na Assembleia da República, que temos de o combater! Porque, depois, de pouco valerão lágrimas de crocodilo e medidas parcelares de compensação, de alcance limitado e sempre insuficiente. É agora que temos, cada um de nós, de clarificar a nossa posição em relação aos desmandos do Governo de José Sócrates que ameaçam sacrificar ainda mais o nosso Povo! É agora que nos devemos pronunciar, para que a Assembleia da República leve em conta a opinião açoriana. Depois, todas as palavras serão apenas o vento inútil da hipocrisia política!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mas, para além de ser este o momento certo, pensamos também que esta é a forma correcta de fazermos valer a nossa razão, a razão das açorianas e açorianos. É utilizando todas as possibilidades que a Constituição e o nosso Estatuto Político-Administrativo nos conferem, que demonstramos a maturidade democrática e a responsabilidade política que o povo açoriano espera de nós. Temos o poder de fazer ouvir a voz dos Açores lá, onde conta, na Assembleia da República. Temos, também, por isso, a responsabilidade de o fazer de cada vez que os interesses e os direitos da nossa região sejam postos em causa. É isso que hoje aqui propomos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não temos a inocência de pensar que as diferentes visões políticas e ideológicas possam ser superadas por um simples acto de vontade. Sabemos que, nesta câmara, muitos existem que concordam com o essencial das medidas anunciadas por José Sócrates. Sabemos que o PS Açores, disciplinadamente, apoia os congelamentos das pensões de reforma, os aumentos dos impostos, a subida das contribuições para a segurança social, os cortes salariais.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não apoiado!

Deputado Berto Messias (*PS*): Não é verdade! Não apoiado! Onde é que o senhor arranja essas ideias?

O Orador: Sabemos que este PS Açores, está do lado de lá e não do lado de cá, do lado das açorianas e açorianos, em relação aos conteúdos mais gravosos agora anunciados. Não temos ilusões. Mas achamos que seria fundamental que a região pudesse apresentar uma posição forte e unida em relação à matéria que mais directamente afecta os nossos órgãos de governo próprio e as nossas autarquias locais, matéria que será, porventura, consensual.

Muito mais críticas temos ao conjunto das medidas anunciadas e entendemos claramente a forma como também irão afectar os açorianos e açorianas. Mas o que nos importa é que posição da região seja reforçada. Porque, afinal, o que propomos é apenas e tão só que o Governo da República não rasgue compromissos e se limite a cumprir a lei. O que propomos é o simples bom senso de medir as consequências das atitudes que se tomam. Fazemo-lo com o necessário sentido de responsabilidade. E, ao contrário do PS, com o seu triste, insípido e inodoro Projecto de Resolução, não o fazemos para disfarçar a nossa posição.

Pelo contrário, assumimos a crítica frontal, íntegra e plena a este PEC e à política ruinosa do PS de José Sócrates! Assumimos a crítica à política recessiva, ao cavar cada vez mais fundo a crise e a ruína. Assumimos a crítica ao ataque aos rendimentos de todos os portugueses para servir os interesses externos. Assumimos a crítica à política imoral de sacrificar primeiro os que menos têm para proteger os grandes negócios e as grandes fortunas. Assumimos que na guerra que José Sócrates declarou aos portugueses, aos trabalhadores, estamos ao lado de quem trabalha e sofre com estas medidas. Assumimos com orgulho que estamos contra esta política e contra este Governo!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como já aqui dissemos em Outubro passado, podemos conseguir ou não travar este PEC e estas medidas. Mas certamente não ficaremos de braços cruzados. Apelamos por isso, a todas as forças aqui representadas, que saibam pôr o interesse

dos Açores acima de qualquer querela partidária e juntar forças em mais este combate da Autonomia.

Deputado Berto Messias (PS): Esse discurso é totalmente contraditório!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, tenho de pôr o seguinte à consideração da câmara: se repararmos, relativamente a esta resolução, como à resolução que vem a seguir, apresentada pelo Partido Socialista, não naturalmente ao nível dos considerandos, mas ao nível do objecto, ele é idêntico, ou praticamente idêntico.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Ah, é?

Presidente: Tendo em conta a interpretação que me parece mais correcta do artigo 136.º, n.º 5, “Sendo aprovados, na generalidade, vários projectos ou propostas de decreto legislativo regional com o mesmo objecto, a Assembleia delibera, (...) sobre aquele que serve de base ao debate e votação na especialidade”, creio que isto dá a entender que o debate na generalidade pode e deve ser feito em conjunto. Era isto que punha à consideração da câmara, para ver se alguém se opõe.

O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para expressar a minha opinião.

Presidente: Sim senhor, faça o favor.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, julgo que, de facto, o objecto é em tudo idêntico ao Projecto de Resolução apresentado pelo PCP. Julgo é que não deve ser discutido na generalidade em simultâneo, uma vez que, digamos, a forma como os processos deram entrada é completamente diferente. Portanto, há aqui uma situação em que eu, enquanto proponente deste Projecto de Resolução, gostaria de manifestar o meu voto contra esse entendimento e essa proposta que o Sr. Presidente está a fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Não sei se o PS tem alguma opinião sobre isto. Não tem nada a opor?

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Uma dúvida: o Partido Socialista traz, efectivamente, a esta câmara um Projecto de Resolução igual ao do Partido Comunista.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Igual não é!

O Orador: O mesmo objecto, foi isso que acabámos de ouvir do Sr. Presidente. Mas traz com um pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, que, presumo, não foi votado. A dúvida é se não terá de ser votado esse pedido de urgência.

Era a dúvida, Sr. Presidente.

Presidente: Tem razão, Sr. Deputado. Neste caso, o pedido de urgência em primeiro lugar.

Mas acho que era útil nós aqui atentarmos. Sinceramente, a interpretação que faço do Regimento é a de que os projectos devem ser debatidos, na generalidade, em conjunto. É essa a minha interpretação do Regimento, porque só assim é que conseguimos dar um sentido útil ao n.º 5 do artigo 136.º. Havendo duas iniciativas com o mesmo objecto, para depois escolher qual é a que vai a votação final, neste caso – e aqui aplica-se, por analogia, às resoluções –, é porque elas foram debatidas, pelo menos na generalidade, em conjunto. Assim sendo, embora o Sr. Deputado Artur Lima tenha toda a razão na questão que colocou, é evidente que para isso acontecer primeiro temos de saber se a proposta do Partido Socialista, que tem um pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, é aprovada.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

***Deputado Berto Messias (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para dizer que o Projecto de Resolução do Partido Socialista não é, de facto, igual ao Projecto de Resolução do PCP.

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

Deputada Zuraida Soares (BE): É o mesmo objecto.

O Orador: Não é igual em termos do seu preâmbulo, nem é igual em termos da sua recomendação. Portanto, na nossa perspectiva, parece-nos perfeitamente aceitável, tendo em conta, também, a intenção manifestada pelo proponente de uma das propostas em causa, que se faça a discussão separadamente das duas propostas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito bem. Eu vejo semelhanças no objecto.

Sra. Deputada Zuraida Soares, faça o favor.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que, ou aquilo que os nossos olhos lêem está completamente errado, ou não há a mínima dúvida de que o conteúdo fundamental das duas iniciativas é exactamente igual nos seus objectivos. Aquilo que é diferente é nos considerandos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Que não contam.

A Oradora: Portanto, só para dizer que, da parte do Bloco de Esquerda, estamos perfeitamente de acordo com o Sr. Presidente: são iguais. É uma questão de ler. Até rimam, às vezes.

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para referir que, de facto, também de acordo com a análise e leitura que faço destes Projectos de Resolução, o Sr. Deputado Berto Messias diga-me qual é a diferença...

Deputado Berto Messias (PS): Basta ler.

O Orador: ...porque eu chego à mesma conclusão que os restantes membros desta Assembleia e que o Sr. Presidente.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Tirando o PCP, talvez.

O Orador: Portanto, nesse sentido, Sr. Presidente, é evidente que isto é como estar a premiar o aluno cábula, que faz um trabalho idêntico ao outro.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Ah, o senhor disso sabe!

O Orador: Portanto, discutir isto em simultâneo é, de facto, estar a premiar quem cabulou. Mas considero que tem toda a lógica a interpretação do Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Gomes.

***Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dizer o seguinte sobre esta matéria, se me é permitido: tem V. Exa., Sr. Presidente, duplamente razão. Primeiro, porque, como disse, os dois projectos são não apenas idênticos, como são duas gotas de água, sendo que o do PCP entrou primeiro do que o do Partido Socialista.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Claro.

O Orador: Portanto, a matéria é exactamente a mesma.

Em segundo lugar, penso que V. Exa. tem razão quando interpreta o n.º 5 do artigo 136.º do nosso Regimento, pelo que se deve fazer aqui uma discussão em conjunto das duas iniciativas. Sendo certo que será necessário, como ambos têm pedido de dispensa de exame em comissão e urgência, fazer uma alteração à nossa agenda, de modo a votarmos primeiro a urgência também do projecto do Partido Socialista, e então, assim, permitir que o debate seja feito em conjunto.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Hernâni Jorge – embora não vamos eternizar este debate, já tomei uma decisão –, faça o favor.

***Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, só para dar a seguinte nota e ter de modestamente discordar da generalidade das intervenções que precedem, dizer o seguinte:

O n.º 2 do artigo 136.º diz que o debate e a votação na generalidade versam sobre cada um dos projectos, aplicando-se esta norma, por remissão do artigo 145.º do nosso Regimento, também aos projectos de resolução. O n.º 5 do artigo 136.º diz, efectivamente, aquilo que já foi referenciado no que respeita ao debate e votação na especialidade. Mas creio que estamos a esquecer o que diz o n.º 3 do artigo 145.º, que é: quando se trata de projectos ou propostas de resolução, só existe debate e votação na especialidade quando existam propostas de alteração. Portanto, esta é uma questão que não se põe neste caso concreto, pelo menos enquanto não existiram propostas de alteração na especialidade.

Presidente: Muito bem. Sr. Deputado, creio que não é necessário.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está bem, Sr. Presidente.

Presidente: Há uma coisa que já percebi, além de alguns dos aportes trazidos pelo Sr. Deputado Hernâni Jorge que são úteis para a discussão, designadamente o n.º 2 do artigo 136.º, de que o debate na generalidade versa sobre cada um. Agora, talvez ninguém melhor – melhor do que eu, com certeza – do que os proponentes para perceber o que querem dizer e o que dizem as suas resoluções. Têm uma opinião diferente, designadamente da minha.

Atendendo ao que diz o n.º 2 do artigo 136.º, “A votação na generalidade versa sobre cada projecto ou proposta”, eu vou continuar como estava. Portanto, vamos discutir cada uma das resoluções de forma separada e fazer a votação separadamente. Assim, peço desculpa por esta interrupção.

O Sr. Deputado Aníbal Pires já apresentou a Resolução, e estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados, relativamente à Resolução do PCP.

(Pausa)

De repente, fez-se silêncio.

Sr. Deputado Clélio Meneses, tem a palavra.

***Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entendemos que, perante a apresentação que foi aqui feita pela Representação Parlamentar do PCP, seria o Partido Socialista a tomar a dianteira desta fase do debate, até por uma lógica própria da prática parlamentar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: No entanto, como também aqui o Partido Socialista já se demitiu das suas responsabilidades de maioria...

(Vozes de protesto da bancada do PS)

O Orador: ...o PSD assume-as com frontalidade e com a coragem das responsabilidades políticas que temos.

Vozes de deputados das bancadas do PSD, PP e PPM: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Vivemos, de facto, uma situação de crise nacional. Crise nacional em termos financeiros, em termos económicos, em termos sociais e políticos. Crise que está a ter um forte impacto na vida dos portugueses e dos açorianos. E quando digo vida dos portugueses e dos açorianos em especial, estou a referir exactamente isto: os açorianos também sentem esta crise. Por muito que o Partido Socialista nos Açores e o Governo Regional se esforcem por dizer que não temos nada a ver com isso e que nos Açores se vive melhor do que no continente, isso é mais e sempre o mesmo discurso do Partido Socialista e do Governo Regional.

Deputado Francisco César (PS): Oh, Sr. Deputado não conte connosco!

O Orador: Porque os açorianos sentem exactamente o contrário. Os açorianos e as empresas sentem todos os dias, nas suas vidas, os impactos impressionantes e dolorosos desta crise. Que é, no fundo, o resultado dum política, o resultado dum modo e dum estilo de governação que, nos últimos dezassete anos, governou Portugal em quinze. Nos últimos dezassete anos, Portugal foi governado pelo Partido Socialista em quinze anos. O que estamos hoje a viver é apenas e só o resultado desta governação e deste estilo. Por isso, uma das primeiras conclusões é de que estamos a viver o falhanço da governação socialista em Portugal.

O Governo foi prometendo, perante as dificuldades, que cada PEC seria o PEC. De cada vez que havia um PEC, era o PEC que resolveria a situação do país. O PSD deu três hipóteses, perdoou três PEC, perdoou três pecados. Mas o que aconteceu desde o terceiro PEC? O que aconteceu, desde o terceiro PEC, que seria aquele que resolveria a situação, que teria medidas eficazes para o problema do país? O que aconteceu para alterar aquilo que então tinha sido determinado? Está por explicar.

No dia 10 de Março, com a discussão da moção do Bloco de Esquerda, parecia que estava tudo bem. No dia 10 de Março, havia aqui uma análise crítica dum parte do debate político/parlamentar nacional, que dizia que havia dificuldades, que havia problemas e o Partido Socialista e o Governo diziam que estava tudo bem. Curioso é que, no dia seguinte, já estava tudo mal, ao ponto de ter de haver mais um PEC! Está aqui, mais uma vez, a demonstração das contradições do Governo e do Partido Socialista. Neste caso concreto, a demonstração e a conclusão que temos de tirar de

forma óbvia é que mais de três pecados é demais. Neste caso concreto, o país chegou ao seu limite dos pecados da governação socialista.

É preciso, por isso, tomar medidas. São necessárias medidas, obviamente, mas medidas com os portugueses. Medidas com os vários partidos, medidas com os parceiros sociais e não, apenas e só, medidas contra tudo e contra todos, apenas a favor do aparelho de Estado e de algumas clientelas e interesses. Por isso, mais uma vez, o que se sente é que os sacrifícios são sempre para aqueles mais vulneráveis, para as partes da nossa sociedade que sentem mais dificuldades.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso já me cheira a desculpa: desculpa preventiva!

O Orador: São eles que sempre e cada vez mais vão sentindo os problemas e as dores da crise de Portugal. E, como todos sabemos, quanto mais frágil é a situação, quanto mais difícil é a situação, mais os que são mais fracos a sentem. É também este um dos resultados.

Por outro lado, uma das marcas de todo este processo foi a apresentação das medidas sem negociação prévia. Isto é, de facto, revelador: revelador do desrespeito e da desconsideração...

Deputado Francisco César (*PS*): Foram os senhores que se recusaram a negociar.

O Orador: ...do Governo e do Partido Socialista perante os portugueses. Mas acho alguma piada a haver esta tentativa de dizer que não é bem assim! Há alguém mais insuspeito do que o fundador do Partido Socialista, Mário Soares? Porque ele próprio pôs em causa essa apresentação de medidas sem negociação prévia. Ou o Lobo Antunes, já para não falar no desastre monumental, o maior do hemisfério norte, referido por António Costa? Isto é, esta questão da apresentação de medidas sem negociação prévia é, obviamente, uma demonstração de que o Partido Socialista e o Governo da República quiseram provocar a crise! Quiseram criar condições para haver a crise, que apenas e só serve o interesse partidário do Partido Socialista, que está cada vez mais isolado em todo este processo.

O próprio presidente do InterGrupo diz que, depois da apresentação do PEC em Bruxelas, não há margem para alterar o que quer que seja aqui. Isto é, o que foi feito lá fora foi, obviamente, antes de negociar e ouvir a opinião dos portugueses. É

um estilo muito socialista e, obviamente, com as devidas proporções e à medida de cada realidade, faz lembrar um bocado a história dos bancos da Praça Velha. É que os bancos da Praça Velha primeiro são decididos e depois é que são negociados ou discutidos. O Partido Socialista é igual na Praça Velha, é igual em São Bento e é igual em Santana, é sempre o mesmo Partido Socialista: primeiro, decidem e, depois, ouvem e respeitam a opinião dos outros.

Deputado José San-Bento (PS): A gente consegue exercer tolerância, Sr. Deputado.

O Orador: Por outro lado, há aqui uma dimensão de todo este problema que nos parece importante realçar. E é, de facto, essencial a percepção disto que vou referir. Há medidas que são, de facto, correctas e necessárias. O PSD entende isso. O problema é que essas medidas que são correctas e necessárias já deveriam ter sido tomadas há muitos anos. Se tivessem sido tomadas há muitos anos, não eram necessárias, agora, outras medidas que...

Deputado Francisco César (PS): Já ninguém acredita nisso!

O Orador: ...essas sim, prejudicam os portugueses e, como aquela que estamos agora a discutir, não seriam necessárias medidas que pusessem em causa as autonomias e as autarquias locais. A grande questão é esta!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Se, no tempo certo, nesses quinze anos em que o Partido Socialista governou o país, tivesse tomado...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Os senhores não estiveram no governo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Se os senhores não estivessem de cócoras relativamente a Bruxelas...

Deputado João Costa (PSD): Já estão nervosos!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Clélio Meneses está no uso da palavra.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Os senhores lembram-se de Durão Barroso, mas de Guterres já se esqueceram!

Presidente: Sr. Secretário Regional, o seu aparte está a prejudicar a intervenção do Sr. Deputado. Faça o favor, Sr. Deputado.

O Orador: Dizia eu que, se essas medidas tivessem sido tomadas, não seria agora necessário tomar aquelas que afectam os mais frágeis, que causam dores aos portugueses, medidas como aquelas que agora estamos a discutir...

Deputado Francisco César (PS): Os senhores garantem que não fazem isso?

O Orador: ...que têm a ver com os ataques às autonomias e às autarquias locais. Se, na altura certa, o Governo da República tivesse assumido as suas responsabilidades políticas, hoje em dia, os portugueses não estariam a passar pelo que estão a passar e os açorianos, neste caso concreto que representamos, não teriam as dificuldades que agora as medidas que queremos pôr em causa estão a querer trazer aos açorianos.

Deputado Francisco César (PS): O senhor acredita nisso? O senhor acredita mesmo nisso?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Já ninguém acredita nisso!

O Orador: Por outro lado, há outra realidade que acho ser reveladora do actual estado de espírito político do Partido Socialista: este afã copista. Os “copiões” copiam propostas. Acho que é ridículo, se um partido político apresenta um projecto de resolução...

Deputado Francisco César (PS): Homessa!

O Orador: ...com um determinado texto, que apareça um outro partido político, *maioritário*, passados alguns dias, a apresentar exactamente a mesma proposta.

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado é muito democrático! Apresentamos o que quisermos!

O Orador: É, de facto, revelador do embaraço, da falta de resposta e da falta de soluções políticas para os problemas dos portugueses e dos açorianos!

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos deputados das bancadas do PSD e PPM)

O Orador: É que, como já vimos ainda hoje, há poucos minutos, todos estão de acordo em que os projectos são iguais! Os partidos políticos, o Sr. Presidente da Assembleia. Só o Partido Socialista, mais uma vez isolado, acha que são diferentes. Faz-me lembrar aquele jogo que aparece nas revistas, “descubra as diferenças”. Vamos pegando na revista, “descubra as diferenças”, e eu não consigo descobrir as diferenças.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Escreva um doutoramento!

O Orador: Mas, mais do que o problema de descobrir as diferenças, eu posso dizer...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Se fosse um doutoramento, já tinha passado.

O Orador: ...o ridículo é tanto, que a proposta do PCP diz, e estou a citar, “rejeita firmemente (...) a redução”; a do PS fala na “rejeição”. Um diz que rejeita, o outro diz que é a rejeição. É ridículo! Isto é irresponsável! Isto é o grau zero da política. De facto, neste caso concreto, não encontramos diferenças, porque há apenas um afã copista do Partido Socialista, que se revela também noutros aspectos, como teremos oportunidade, ao longo desta semana, de demonstrar.

Deputado Berto Messias (PS): Ah, sim? Que engraçado!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É verdade.

O Orador: O problema disto tudo é que a política não é um jogo! A política não é um jogo de “descubra as diferenças”. A política não é um jogo de crianças, para ver quem copia melhor. A política é uma coisa muito séria e deve ser assumida, exactamente, com esta seriedade e sentido de responsabilidade.

Por outro lado, e finalizando, este debate é também marcado por algo que nos parece muito importante, que tem a ver com a absoluta incoerência do Partido Socialista nestas matérias. Incoerência do Partido Socialista e, sobretudo, do Presidente do Governo Regional dos Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Já estava a faltar!

O Orador: Porque, se o Presidente do Governo Regional dos Açores tem o cargo e a responsabilidade que tem, não é apenas para as coisas boas, não é apenas para os galões, não é apenas para as mordomias! O Presidente do Governo tem a

responsabilidade que tem, sobretudo, para ser o primeiro responsável pela governação dos Açores, e para ser uma voz dos açorianos!

Deputado José San-Bento (PS): E é!

O Orador: O problema é que o Presidente do Governo é a voz dos açorianos só quando calha! É só quando convém!

Deputado José San-Bento (PS): Isso é mentira!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é verdade, isso é mentira!

O Orador: E o Sr. Secretário da Presidência, que tem uma capacidade e uma habilidade para ter sempre a palavra certa no momento certo, vem falar em Durão Barroso.

Eu acho tão estranho, tão curioso que, em 2002, perante medidas que não tinham esta dimensão, do Governo da República do PSD, Carlos César não ficou escondido, apareceu, deu a cara...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Onde é que isso já vai!

O Orador: ...levantou a voz, e que voz! O que dizia ele? Dizia que era um verdadeiro golpe de Estado contra as autonomias dos Açores!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Golpe de Estado contra as autonomias! E agora?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Rejeitamos na mesma.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Estamos sempre do mesmo lado, o nosso lado é o dos Açores.

O Orador: Um ataque contra as autonomias, processo arrogante e autoritário, atentado contra a Constituição...

Deputado Duarte Freitas (PSD): E agora?

Deputado José San-Bento (PS): É uma coisa completamente diferente.

O Orador: ...tentativa de mutilar a convergência económica e, continuo, uma enorme brutalidade!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Eh, lá, que grande injúria! O senhor não se enganou?

O Orador: Carlos César, em 2002, dizia que era uma enorme brutalidade. Dizia também que era ridículo, impensável, anti-patriótico.

Deputado José San-Bento (PS): O Deputado Duarte Freitas tem razão: as limitações do seu grupo!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Limitações, o meu grupo? Mas ao menos nós temos consciência das nossas e reconhecemos, coisa que os senhores não conseguem, reconhecer as vossas limitações! Vocês deviam ter consciência das vossas.

O Orador: Isto é, em 2002, quando o Governo da República era do PSD, Carlos César foi buscar o dicionário dos nomes feios e chamou-os todos ao Governo da República! Não ficou escondido, como hoje, em que não dá a cara num momento com esta importância na defesa da autonomia dos Açores! É inadmissível!

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não dá a cara? Oh, Sr. Deputado, o Sr. Presidente do Governo já falou!

O Orador: É inadmissível que, num momento com esta importância para a autonomia, para o respeito pela autonomia, o Presidente do Governo Regional se esconda!

Deputado Hernâni Jorge (PS): *Fait divers!*

O Orador: Quando, em 2002, perante situações menos importantes, disse tudo o que disse, utilizou todo o seu argumentário e chamou os nomes todos! Está aqui mais uma vez demonstrado que, para este Partido Socialista e Governo Regional, os interesses partidários e os interesses do seu grupo são mais importantes do que a defesa dos interesses dos açorianos!

Deputado José San-Bento (PS): Só na sua cabeça é que está demonstrado!

O Orador: É isso que nos distingue e está aqui claro. Nuns momentos, é o silêncio, o silêncio envergonhado. Noutros momentos, atiram-se com unhas e dentes contra tudo e contra todos. Mais uma vez, cai a máscara e demonstra-se, de facto, quem está ao lado e preocupado com os interesses próprios, pessoais e partidários e quem está ao lado dos interesses dos açorianos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sim, sim!

O Orador: Estamos a dizer isto com esta convicção, estamos a dizer isto com esta certeza, numa proposta que não é da autoria do PSD, numa proposta que é da autoria da Representação Parlamentar do PCP. Por isso, para nós, ao contrário do Partido Socialista, não interessa o carimbo que está na proposta...

Deputada Catarina Furtado (PS): Ah, não interessa?

O Orador: ...não interessa o símbolo partidário. Interessam, sim, apenas os superiores interesses dos açorianos.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

***Deputado Berto Messias (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Dizer, em primeiro lugar, que o Partido Socialista dos Açores está onde sempre esteve. Não está do lado de lá, não está do lado de cá, está onde sempre esteve...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Está no limbo!

Deputado Mark Marques (PSD): Não está o céu, nem está no inferno, está no limbo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O PS Açores está no limbo!

O Orador: ...ao lado dos Açores e dos açorianos, na defesa dos Açores e dos açorianos. Portanto, sobre essa matéria, não temos de provar nada a ninguém, muito menos ao PCP.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Dizer também que o Sr. Deputado Clélio Meneses só pode andar desatento ou, então, intervém neste debate munido duma profunda má-fé, porque o Sr. Presidente do PS Açores e do Governo Regional já se pronunciou sobre as linhas orientadoras do PEC, já se pronunciou sobre as questões substantivas do PEC, que foi na Assembleia da República. E, mais uma vez...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Timidamente.

O Orador: ...estando ao lado dos Açores e dos açorianos, já se mostrou contra a redução de transferências para as regiões autónomas e para as autarquias dos Açores.

Vozes das bancadas do PS e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

O Orador: Portanto, o senhor só pode estar desatento!

Quanto à proposta que está neste momento em cima da mesa...

Deputado João Costa (PSD): Chamou de cruel ao PEC.

O Orador: ...de facto, a proposta do PCP não é igual à proposta do Partido Socialista. E basta lê-la, basta ler as duas propostas e ver as diferenças consideráveis que existem nos considerandos das duas propostas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Consideráveis? Oh, Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quais são?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor diga quais são as diferenças!

O Orador: É preciso dizer o seguinte também, é preciso referir, neste debate, porque ninguém o fez ainda e poucos o poderiam fazer, a tentativa de convergência e de concordância que foi tentada entre o Partido Socialista e o PCP para que fosse possível trazer aqui apenas uma proposta. Estranhamente, essa tentativa não foi referida.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Depois da tentativa do Partido Socialista e do Governo de chegarmos a um entendimento no âmbito dos princípios e dos pressupostos do preâmbulo da resolução e daquilo que seria recomendado no âmbito da votação favorável desta resolução, naturalmente que o Partido Socialista entendeu que deveria trazer a esta casa a sua posição, consubstanciada naquilo que se refere às questões concretas referentes aos Açores, referentes à redução de transferências para os Açores, quer para as regiões autónomas, quer também para as autarquias dos Açores.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É ridículo, mas trouxeram! Mas não deixa de ser ridículo!

O Orador: Portanto, para já, era isto que queria dizer.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Concorde ou não?

O Orador: Naturalmente, tendo em conta o registo e aquilo que está redigido na proposta do Partido Socialista, que será discutida já a seguir, não viabilizaremos esta proposta do PCP.

Muito obrigado.

Vozes de deputados das bancadas do PSD, PP e PPM: Oh!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas vão ter de sublinhar as diferenças!

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares, tem a palavra.

***Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Indo primeiro à substância do Projecto de Resolução apresentado pela Representação Parlamentar do PCP, penso que nenhum açoriano ou açoriana compreenderá que esta câmara rejeite um Projecto de Resolução que tem três pontos, sendo que os dois iniciais dizem...

Deputado Francisco César (PS): E os considerandos?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Oh, senhora, antes dos três pontos tem montes de considerações!

A Oradora: ...o seguinte: “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores rejeita firmemente toda e qualquer redução ou suspensão das transferências previstas na (...) (Lei das Finanças das Regiões Autónomas)”;

segundo ponto: “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores considera inaceitável qualquer redução ou suspensão das transferências previstas na (...) (Lei das Finanças Locais)”. Pergunto: qual será o açoriano ou a açoriana...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E a enquadrar isso tudo?

A Oradora: ...que pode aceitar que qualquer partido, ainda por cima o partido que a seguir vai apresentar um Projecto de Resolução que diz exactamente a mesma coisa, por outras palavras...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é!

Deputado Francisco César (PS): Não diz.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: ...vote contra este Projecto de Resolução? Esta era a primeira nota que queria deixar.

Evidentemente que o Bloco de Esquerda votará a favor deste Projecto de Resolução. Mas, acerca dele, aproveito a oportunidade para tecer algumas considerações, invadindo inevitavelmente o teor e a postura do Partido Socialista com o seu Projecto de Resolução, que a seguir discutiremos.

Este Projecto de Resolução do Partido Comunista teve, entre outras mais valias, uma imensa vantagem. É que obrigou o Partido Socialista, à pressa, com carácter de urgência e escusa de toda e qualquer opinião...

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

Deputado Hernâni Jorge (PS): Igual ao PCP.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O PCP apresentou quinta-feira; os senhores apresentaram ontem à noite.

A Oradora: ...a vir, a correr, dizer o que afinal pensa do PEC 4. Porque é bom lembrarmo-nos todos, Sras. e Srs. Deputados, que há onze dias...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O PEC só foi apresentado ontem à noite, como é que queria que fosse antes?

A Oradora: Posso?

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares, faça o favor.

A Oradora: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Há onze dias, exactamente às 9:30 da manhã, 8:30 nos Açores, o Sr. Ministro das Finanças apresentava publicamente as medidas – assassinas, diríamos nós – que constam deste PEC 4. Há onze dias. Durante onze dias, até ao dia de hoje, não ouvimos uma palavra, nem do Presidente do Partido Socialista Açores, que é também Presidente do Governo Regional, que é também Dirigente Nacional do Partido Socialista...

Deputado Francisco César (PS): Quer que lhe mande o som?

A Oradora: ...e, permitam-me aqui dizer, nem da Presidente do PSD Açores, Dra. Berta Cabral...

Deputado João Costa (PSD): Eu ouvi.

A Oradora: ...uma única palavra sobre as medidas lesivas deste PEC 4. Aliás, um novo parêntesis para dizer que quem ouve o Sr. Deputado Clélio Meneses apetece-lhe bater palmas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Bata, esteja à vontade!

A Oradora: Não posso, sabe porquê? Porque o senhor esqueceu-se do fundamental, Sr. Deputado: esqueceu-se de dizer que as medidas dos PEC 1, 2 e 3, Orçamento de Estado e agora do 4 foram todas aprovadas com o vosso beneplácito...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas eu disse, eu expliquei isso, Sra. Deputada!

A Oradora: ...com a vossa exigência, com a vossa negociação! E, já disse aqui uma vez e volto a dizer, se calhar ainda foi pouco, porque os senhores ainda queriam mais.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas eu expliquei isso!

A Oradora: É por isso que não lhe posso bater, de maneira nenhuma, palmas.

Portanto, até hoje, nós não ouvimos uma palavra do Presidente do Partido Socialista Açores. E quando digo até hoje, digo bem, porque hoje vem uma notícia, na comunicação social, que dá conta de que Carlos César está contra o corte de 20 milhões de euros para os Açores, mas está a favor do PEC 4. É importante dizer...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é isso que diz!

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade, não é isso que está lá escrito!

A Oradora: Sr. Presidente, eu pedia para continuar.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: É importante dizer aos açorianos e às açorianas...

Deputado Berto Messias (PS): Quer que eu leia?

A Oradora: ...o que Carlos César quer dizer quando afirma que está a favor do PEC 4. Quer dizer coisas como estas: quer dizer que está de acordo com o corte nas deduções no crédito à habitação.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Oh, Sra. Deputada!

Deputado Berto Messias (PS): Ele não disse nada disso!

A Oradora: Portanto, quer dizer que está de acordo em que as despesas com a habitação aumentem para todos aqueles que têm empréstimos à banca. Quer dizer que Carlos César está de acordo com o congelamento das pensões de 240 euros nos próximos quatro anos.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é mentira!

Deputado Francisco César (PS): Isso não é verdade!

A Oradora: Quer dizer que Carlos César está de acordo com o salário mínimo nacional não aumentar, conforme estava prometido e era um compromisso do Governo da República, e, portanto, o salário mínimo regional também não aumenta. Quer dizer que Carlos César está de acordo com a diminuição dos subsídios de desemprego, numa região onde o desemprego continua a subir. Quer dizer que está de acordo com a diminuição drástica das indemnizações por despedimento, numa região, repito, onde o desemprego volta a subir.

Aos açorianos e açorianas, eu volto a dizer, Carlos César afirma que está de acordo, aliás, diz que não há outro remédio e acusa os partidos da oposição de cegueira! Os partidos que não concordam com o PEC 4 são cegos!

Deputado José San-Bento (PS): É o seu caso.

Deputado João Costa (PSD): É a crueldade suprema!

A Oradora: Eu quero dizer aqui claramente que, para o Bloco de Esquerda, a cegueira, na defesa dos interesses de meia dúzia de poderosos neste país, está toda do lado do Partido Socialista!

Deputado Berto Messias (PS): É preciso ter lata!

Deputado João Costa (PSD): Mas é verdade.

A Oradora: E é lamentável que o Partido Socialista dos Açores não tenha coragem de, nesta câmara, tomar, em defesa dos açorianos e açorianas, uma medida diferente.

Finalmente, para terminar, quando o PS Açores vem a correr, com a máxima urgência, apresentar aquele Projecto de Resolução, está a dizer uma coisa muito clara: está a dizer que esteve onze dias à espera de ver em que paravam as modas...

Deputado José San-Bento (PS): Pelo menos não copiou, como os senhores fazem.

A Oradora: ...e no que isto ia dar! O PSD ia ou não ia votar o PEC? Agora, finalmente, perceberam quais são as modas! As modas são que o PSD não vai votar e, portanto, o Governo vai cair, vêm novas eleições e, muito provavelmente, o PSD vai ganhá-las.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem! Agora a senhora também merecia palmas!

A Oradora: Aí, o PS Açores pensou e disse: “Bom, nós não apresentaríamos este Projecto de Resolução com um primeiro-ministro chamado José Sócrates, do nosso partido. Agora, com um futuro primeiro-ministro do PSD, «bora» lá...

Deputados Duarte Freitas e Mark Marques (PSD): Muito bem! Muito bem!

A Oradora: ...pôr as reivindicações neste momento, que é para daqui a uns meses nós as termos dentro da algibeira”. Isto, Srs. Deputados, é que é demagogia!

Deputado Mark Marques (PSD): Apetecia-me tanto bater palmas! Apetecia-me mesmo, mas não posso!

A Oradora: Isto é que é populismo! Isto é que é uma ofensa e um desrespeito pelas necessidades e direitos dos açorianos e açorianas!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Se não fosse aquela pequena divergência, eu até tinha aplaudido!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima. Faça o favor, Sr. Deputado.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado do Partido Comunista Português, eleito nas listas da CDU...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado.

O Orador: ...em boa hora trouxe a este Parlamento esse seu Projecto de Resolução. Gostaria de dizer que, em termos parlamentares e políticos, é no mínimo deselegante, da parte do Partido Socialista...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Claro!

O Orador: ...fazer o que fez. Não vou adjectivar com outros adjectivos. É, no mínimo, deselegante do Partido Socialista vir, como menino de escola, a correr, para ver se passa à frente do outro.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): O que quer dizer com isso? Sr. Presidente do CDS, o senhor tem responsabilidade, não vá por aí!

O Orador: É no mínimo inaceitável, em termos democráticos e parlamentares, quando se tem um projecto exactamente igual ao do Partido Comunista Português, dizer que se vai chumbar o do Partido Comunista Português mas se vai aprovar o próprio!

Deputado Jorge Macedo (PSD): É verdade!

Deputado João Costa (PSD): Por falar em cegueira...

O Orador: Bom, se alguém me conseguir explicar isto...

Deputado Mark Marques (PSD): Não conseguem.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Decisão política.

O Orador: ...em termos de respeito democrático, eu agradecia.

Mas o que diz, então, o Projecto de Resolução? Porque, como toda a gente sabe, os considerandos não são publicados, o que é publicado é, exactamente, a parte resolutiva.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Mas leva à decisão política!

O Orador: Então, o que propõe o Partido Socialista no seu primeiro ponto? “A rejeição de qualquer redução”; vamos ver o que propunha o Partido Comunista: “rejeita (...) toda e qualquer redução”. Exactamente a mesma coisa!

Deputado Rui Ramos (PSD): Mais ou menos...

O Orador: O ponto 2: “rejeição de qualquer redução”; vamos à do Partido Comunista: rejeita toda e qualquer redução.

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

O Orador: Vamos ao ponto 3: dar “conhecimento à Assembleia da República e ao Governo da República”; vamos ao ponto 3 do Partido Comunista: “dar

conhecimento ao Sr. Presidente da Assembleia da República e ao Governo da República”.

Deputado Rui Ramos (PSD): É diferente.

O Orador: Meus senhores: três pontos exactamente iguais – exactamente iguais! Portanto, se é assim que o Partido Socialista quer mostrar a inovação que quer trazer a esta casa...

(Risos do Deputado João Costa)

O Orador: ...a maneira diferente de fazer política nesta casa, o empreendedorismo político que tantas vezes se apregoa por este lado, copiando – copiando, isto é “copianço”! – a proposta do Deputado Aníbal Pires, é lamentável e inaceitável, e nós, enfim, reprovamos essa atitude.

Mas não é virgem, a atitude do Partido Socialista! Já no passado os senhores se apropriaram...

Deputado António Marinho (PSD): É a única saída que podem ter para uma coisa destas!

O Orador: ...de iniciativas de outros, fazendo-as suas! Só que, depois, não tendo a arte e o engenho para as implementar no terreno! Essa é a diferença. Portanto, na anterior direcção parlamentar, já havia uma ou outra. Nesta, pelos vistos, o “copianço” começa a ser hábito, e isso é muito mau!

Vamos então ao PEC.

Deputado Berto Messias (PS): Já lá vamos!

O Orador: É claro que também, como o Sr. Deputado Clélio Meneses disse na sua intervenção, o PSD não está isento de responsabilidades nos PEC: pecou!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não disse! Eu não ouvi!

Deputado Mark Marques (PSD): Disse!

O Orador: Por sua culpa, sua grande culpa, o Partido Social Democrata pecou!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Disse? Eu não ouvi, devia estar escrito.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor não acerta uma, mesmo!

O Orador: O Partido Social Democrata pecou e não sei, mas essa absolvição só quem a pode dar é o povo português. Agora, o CDS votou contra o PEC 1, contra o PEC 2, contra o PEC 3 e votará contra o PEC 4.

Não se pode vir dizer, também, que não queremos que nos tirem os dinheirinhos das finanças regionais, não queremos que nos tirem os dinheirinhos das câmaras, mas e o resto? Não há reformados nos Açores?

Deputado Clélio Meneses (PSD): E os açorianos?

O Orador: Não há? Não há pensionistas nos Açores? Não há crédito à habitação nos Açores? Não são atingidos? Tudo o resto que o PEC 4 propõe não atinge os Açores?

Deputado Francisco César (PS): Olhe que isso fica tudo registado!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso fica registado, daqui a seis meses falamos!

O Orador: Fica, fica! Mas isso, Sr. Vice-Presidente, daqui a seis meses...

Deputado João Costa (PSD): Os vossos apartes também ficam registados.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Sr. Secretário, presumo que parou o cronómetro.

Presidente: Faça o favor de continuar, Sr. Deputado Artur Lima.

O Orador: Portanto, as mentiras sucessivas do Ministro das Finanças – eu repito, para o Sr. Vice-Presidente ouvir bem: as mentiras sucessivas do Sr. Ministro das Finanças – e, já agora, do Primeiro-Ministro...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Oh, esse então!

O Orador: ...são doentias! O Ministro das Finanças, ao pé do *Sheriff* de *Nottingham*, era um menino de coro – um menino de coro! –, tal mete a mão no bolso aos contribuintes!

Meus amigos, o PEC 1 resolvia os problemas; o orçamento, ou era aprovado, ou os juros aumentavam e o FMI, essa coisa monstruosa, entrava por Portugal dentro e Portugal perdia a soberania: mas que mentira desbragada! Mentiu desbragadamente aos portugueses...

Deputado José San-Bento (PS): Isso não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: ...para aprovar um orçamento. E está escrito que não precisava de mais medidas de austeridade até 2013.

Deputado José San-Bento (PS): Não foi assim que foi dito!

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento, foi o *seu* Primeiro-Ministro e o *seu* Ministro das Finanças que disseram isso!

Deputado José San-Bento (PS): Isso não foi dito assim! Dependeria da avaliação das circunstâncias e em principio não seria necessário. Não diga mentiras!

O Orador: Não eram necessárias mais medidas de austeridade até 2013! Foi isso que foi dito! Afinal de contas, já são precisas mais medidas de austeridade!

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: E é outra vez a mesma conversa: porque, se não, vem o FMI. E hoje os juros, Sr. Deputado: 8%...

Deputado José San-Bento (PS): Exactamente!

O Orador: ...e nunca pararam de subir, mesmo depois de aprovado o orçamento. Portanto, quanto a isso, não há mais o que dizer.

Uma dívida pública de mais de 150 mil milhões de euros, Sr. Deputado José San-Bento! Foi isso que José Sócrates fez. Mas da irresponsabilidade de José Sócrates...

Deputado Francisco César (PS): Com submarinos ou sem submarinos?

O Orador: ...e do Partido Socialista dos Açores, que dizia em 2009: “Juntos, vamos conseguir”, conseguiram, Srs. Deputados do Partido Socialista, conseguiram levar o país à bancarrota!

Vozes de deputados da bancada do PSD: É verdade!

Deputado José San-Bento (PS): A vossa irresponsabilidade é que levou a isso.

O Orador: Juntos conseguiram, efectivamente, levar o país à bancarrota!

Mais, Sr. Deputado José San-Bento, é isso: em 2009, não havia crise. Era o que os senhores diziam!

Deputado Francisco César (PS): E não houve.

O Orador: Era o que dizia José Sócrates!

Deputado José San-Bento (PS): É verdade, nunca chegou aos Açores!

O Orador: Não havia crise, “juntos, vamos conseguir”! Em 2009, irresponsavelmente, aumentou-se 2.9% os funcionários públicos...

Deputado José San-Bento (PS): E os senhores foram contra!

O Orador: ...para ganhar eleições! Medida eleitoralista que os senhores tomaram, levando o país numa velocidade superior ao TGV, que os senhores tanto querem implementar. É como o falido: se o banco lhe der crédito, ele compra um *Jaguar*; ele não se importa se vai pagar; se o banco lhe emprestar, ele vai de *Jaguar* para a rua; não tem dinheiro em casa para dar de comer aos filhos, mas passeia de *Jaguar*! É como o Partido Socialista e como José Sócrates: não têm dinheiro para aumentar as pensões de quem passa fome, mas querem andar de TGV.

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos deputados das bancadas do CDS/PP e PPM)

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E de submarinos.

Deputado Hernâni Jorge (PS): O TGV é um luxo?

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar esta segunda intervenção por esclarecer a câmara acerca duma afirmação que fez o Deputado Berto Messias, que tem a ver com a tentativa de chegar a consenso, ou a consensualizar com o PCP o Projecto de Resolução. Assim é, de facto, e o PCP está sempre disponível para...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Nós também.

O Orador: ...quer com o Partido Socialista, quer com o Bloco de Esquerda, com o CDS/PP, com o PSD, ou com o PPM, chegar a entendimento.

Deputado Francisco César (PS): Então, por que é que não chegou? Por que não deu, Sr. Deputado?

O Orador: É muito simples, Sr. Deputado: porque o PCP não se prostitui!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Essa agora!

Deputado Domingos Cunha (PS): Que vergonha, Sr. Deputado!

O Orador: É tão simples como isso: o PCP não se prostitui!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Então, as propostas não são iguais!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Aníbal Pires, faça o favor de continuar.

O Orador: Como estava a dizer, o PCP, aliás a prática tem sido essa, tem chegado a entendimento, tem procurado consensualizar posições nesta câmara e é isso que vai fazer. Agora, não o faz a qualquer preço. Ou, melhor: não tem preço.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor vai ter de explicar isso tudo!

O Orador: Não tem preço, nem tem medo! Sr. Deputado Berto Messias, aquilo que o PS propôs ao PCP, para que a câmara fique esclarecida, era de todo inaceitável, mesmo o PCP tendo em consideração que se tratava aqui de uma questão institucional e autonómica! Aquilo que o PS colocou ao PCP era inaceitável. Portanto, esse esforço não foi feito, mas não foi feito, ou não se conseguiu uma proposta diferente, porque V. Exas. não o aceitaram! Portanto, para que fique bem claro, o PCP não se prostitui.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem! Apoiado, Sr. Deputado!

O Orador: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Relativamente ao facto de o PS nem estar no lado de lá, nem estar no lado de cá, efectivamente, o PS Açores está no limbo! Eventualmente, num ponto qualquer a quatrocentas ou quinhentas milhas de Lisboa, aqui meio do Atlântico Norte. Porque os senhores, de facto, não estão, relativamente a esta questão, em lado nenhum: nem do lado de lá, nem do lado de cá. Aliás, as declarações do Sr. Presidente do Governo Regional e Presidente do Partido Socialista indiciam isso mesmo: somos contra o PEC, mas não queremos as reduções da Lei das...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É contra?

Deputada Zuraida Soares (BE): É a favor?

O Orador: ...ou são a favor...

Deputado Berto Messias (PS): Não, não!

O Orador: O PS Açores é a favor do PEC, mas não quer as reduções para as regiões autónomas. Ora bem, isto é o quê? É estar de que lado? Isto não é estar em lado nenhum, não é nenhuma posição! É evidente que estas declarações foram para fazer a manchete do “Açoriano Oriental” de hoje. Está bem, mas isso não tem nada a ver com a defesa dos interesses da Região Autónoma dos Açores! A defesa dos interesses da Região Autónoma dos Açores faz-se ou tem de se fazer duma forma clara...

Deputado Francisco César (PS): Temos de a fazer juntos, Sr. Deputado.

O Orador: ...e inequívoca, que é o que os senhores não estão a fazer!

Os considerandos da proposta, não os vou ler aqui, mas...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Deputado, não se gaste, não gaste o seu tempo.

O Orador: ...efectivamente não são iguais aos vossos.

Deputado Francisco César (PS): Ah! Finalmente!

O Orador: Mas não são iguais aos vossos em termos da redacção! Apenas isso!

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Então por que não assinou a proposta do PS?

O Orador: Porque estes considerandos referem, apontam...

Deputado José San-Bento (PS): Não servem para nada!

O Orador: ...e enquadram exactamente a parte resolutiva! Mais nada, meus caros senhores!

Deputado Francisco César (PS): Então retire, Sr. Deputado, retire!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Os senhores retirem os vossos!

O Orador: Meus caros senhores e senhoras, se alguém tem de retirar alguma coisa...

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, faça o favor.

O Orador: Se alguém tem de retirar, é quem vem a reboque. Quem vem a reboque é que tem de saltar fora.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor apresenta isso sem sequer saber os termos do PEC, e nós é que viemos a reboque?

O Orador: Por acaso precisa de uma cópia, Sr. Deputado?

Deputado José San-Bento (PS): Quando fez a proposta não tinham saído.

(Apartes inaudíveis da câmara)

Deputado José San-Bento (PS): Entre outros aspectos, e o senhor sabe que isso é verdade.

O Orador: Mas, como estava a dizer, o Sr. Presidente do Governo Regional e Presidente do Partido Socialista, de facto, está claramente do lado de lá. Os senhores andam no limbo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Assim não vamos a lado nenhum.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não estamos de lado nenhum; já o Sr. Deputado está em todo o lado.

O Orador: O Sr. Presidente do Governo Regional está claramente do lado de lá, quando diz que é a favor do PEC. Se é a favor do PEC, é contra os interesses de Portugal, é contra o interesse dos portugueses...

Deputado Francisco César (PS) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não apoiado!

O Orador: ... é contra o interesse das açorianas e açorianos, e é contra os interesses da Região Autónoma dos Açores, claramente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós estamos a analisar um cenário muitas vezes repetido ao longo deste período de crise económica, da crise económica de Portugal, da crise económica internacional, em que muitos países já estão, de facto, a recuperar, mas em que Portugal não tem soluções. Este Governo da República não tem conseguido tirar o país deste

declínio progressivo, desta entrada na bancarrota, porque é isto que lhe podemos chamar, a bancarrota deste país.

O que é grave é que o Governo da República solicitou aos restantes partidos e alguns deles deram uma resposta positiva, no momento inicial, e a população portuguesa também deu uma resposta positiva, no momento inicial, porque todos somos patriotas e estamos disponíveis para fazer sacrifícios, no sentido de recuperar o país da situação económica em que estava. Portanto, que um governo solicite ao país, aos restantes partidos, aos diferentes agentes económicos e a todos aqueles que têm responsabilidades, todos aqueles que ocupam uma posição importante neste país, no sentido de o país poder recuperar desta situação económica, é evidente que a primeira resposta é: estamos aqui, estamos disponíveis!

O que aconteceu a seguir é que já foge àquele que é o sentido patriótico de todos os portugueses, no sentido de um governo que não tem os instrumentos, que não consegue desenvolver as políticas no sentido de inverter a situação. Que apresenta o PEC 1, o 2, o 3, o 4, em que as políticas se repetem e são sempre políticas no sentido de afectar o rendimento dos trabalhadores portugueses! Sempre no sentido de tentar encontrar dinheiro e esgravatar, não só mas fundamentalmente na classe média e nos mais desfavorecidos, porque nos grandes interesses deste país os senhores não mexeram, não tiveram a coragem de mexer! Portanto, afectando a classe média e os mais desfavorecidos, foi esse o vosso caminho, foi por aí que os senhores prosseguiram.

E não vale, neste momento, vir dizer, com esta hipocrisia do Partido Socialista e do Governo Regional dos Açores: “Nós não concordamos”! Eu pergunto: e daí? Qual é a consequência prática dessa atitude, de dizerem: “Nós não concordamos”?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Vão deixar o Sócrates?

O Orador: A consequência prática, do ponto de vista partidário, qual é? Os senhores, que vão votar no próximo congresso do Partido Socialista, vão deixar de apoiar o Engenheiro Sócrates? Vão deixar de o fazer? Essa é que é uma consequência prática que eu espero da vossa parte! Não é só dizer “Não concordamos”! É terem a coragem de dizer, no congresso do Partido Socialista:

“Nós, Sr. Engenheiro, não o apoiamos, porque o senhor desenvolve políticas contra os trabalhadores portugueses, porque o senhor desenvolve políticas contra os interesses da Região Autónoma dos Açores e, por isso, o PS Açores não está convosco! Não está com o Sr. Engenheiro!” Mas não, os senhores refugiam-se nessa hipocrisia: “Não estamos de acordo...”

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas estão!

O Orador: ...vêm aí outras coisas piores”. Qual é a vossa posição, do ponto de vista partidário, do PS Açores, perante um Primeiro-Ministro que adopta estas políticas? É só não estar de acordo, mas vota a favor da lista do Sr. Engenheiro Sócrates. E tenho a certeza absoluta que, daqui a um mês, estaremos a assistir ao Sr. Deputado Berto Messias passar a ser dirigente nacional, ao lado do Engenheiro Sócrates!

Deputado Berto Messias (PS): Já sou.

O Orador: Tenho a certeza absoluta que vamos estar a olhar para o Sr. Deputado Francisco César, que passa a ser dirigente nacional, ao lado do Engenheiro Sócrates...

Deputado Berto Messias (PS): Já é.

Deputado Francisco César (PS): Já sou.

O Orador: ...assumindo essas responsabilidades!

O que eu esperava do Partido Socialista era uma posição séria, com consequências! Não este joguinho de vir copiar, de cabular, a proposta do Partido Comunista e, depois, dizer: “Nós também não estamos de acordo, mas temos aqui um textozinho diferente, e o textozinho diferente é para tentar escapar, aqui, em relação às nossas responsabilidades! E para tentar dizer aos portugueses e aos açorianos que não pertencemos ao mesmo partido”!

(Vozes de protesto das bancadas do PS e Governo)

O Orador: Os senhores são Partido Socialista! Os senhores estão ao lado do Engenheiro Sócrates! Os senhores apoiam as suas políticas! Os senhores apoiam a

sua moção! Os senhores apoiam esse caminho ruinoso, que levou e tem levado Portugal à situação tremenda em que estamos, do ponto de vista financeiro!

Diz o Sr. Engenheiro Sócrates: “Estou aqui para defender a independência nacional”. Mas qual independência nacional? Quando estamos completamente submetidos porque temos uma política económica frágil, porque não temos conseguido implementar políticas, do ponto de vista do crescimento económico, sólidas!

Deputado Francisco César (PS): Os senhores fazem tudo para chegar ao poder.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah, e os senhores não?

O Orador: Os senhores são, completamente, como aquele devedor que jogou o que não tinha para jogar. Neste momento, os senhores não têm qualquer independência moral, os senhores não têm qualquer independência do ponto de vista institucional, os senhores não têm independência! E manter o Sr. Engenheiro Sócrates, este Primeiro-Ministro, no poder significa, de facto, abdicar da soberania deste país.

Nesta primeira intervenção – e termino já, Sr. Presidente –, gostava de vos dizer uma coisa. Quem analisa o Programa de Estabilidade e Crescimento tem mais uma razão para ficar preocupado. A única forma de podermos sair desta situação seria através do crescimento económico deste país, conseguindo fazer crescer o país.

Deputado Francisco César (PS): Como?

O Orador: Mas, meus senhores, na página n.º 8 temos as perspectivas negras – negras – para o futuro, que têm a ver com o crescimento da procura externa relevante. Esta procura externa relevante vai diminuir nos próximos anos. Eu pergunto: se não produzimos riqueza, se não crescemos, se as nossas exportações não crescem, como saímos da situação?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não crescem? O senhor viu os dados? O senhor não viu os últimos dados!

O Orador: Sr. Secretário da Presidência, em 2012 está previsto o crescimento da procura externa relevante baixar de 4,2 para 3,2% e vai estagnar nos 3,3%.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Estou a falar dos actuais!

O Orador: Depois dizem estas coisas extraordinárias, depois de dizerem que, pura e simplesmente, o país vai continuar sem crescer. Se não crescemos, qual é a outra alternativa?

Deputado José San-Bento (PS): O senhor nem sabe ler esses números!

O Orador: Aumentar os impostos, diminuir os salários, porque os senhores não conseguem fazer crescer a economia portuguesa.

Há aqui um factor fundamental. Os senhores dizem-nos: “Nós, para onde crescemos, sabem para onde foi? Foi para o Magreb. Vendemos a alma ao diabo, estivemos ali com o Khadafi. Fomos para a Venezuela, também aí vendemos uns computadores”. Mas, depois, dizem que se revelou instável.

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado não sabe ler isso! É ignorância pura!

O Orador: É evidente, Srs. Deputados do Partido Socialista! Não sabem que os ditadores, um dia, são corridos pelo povo? Não sabiam isso, ficam a perceber.

Deputado José San-Bento (PS): É o que vai acontecer consigo.

O Orador: Qualquer poder de qualquer ditador é instável, porque um dia o povo corre com ele!

Deputado José San-Bento (PS): É o que vai acontecer consigo.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O povo também corre com outros governos.

O Orador: Portanto, os senhores, o que têm para oferecer é nada! E, do ponto de vista da vossa responsabilidade, deixo-vos aqui este repto: os senhores vão continuar a apoiar o Engenheiro Sócrates, vão ao congresso aplaudi-lo? É isso que os senhores vão fazer? Então, não basta dizer que não estão de acordo. Tomem, de acordo com a vossa consciência, uma posição firme e digam que não estão de acordo, no congresso, com estas políticas! Não o aplaudam, não aplaudam o Engenheiro Sócrates! E, depois de ele perder, daqui a um mês, ou dois, ou três – quando ele perder, como os senhores já estão nos vossos apartes a dizer, já estão...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Meta-se na vida do PPM!

O Orador: ...a prever a sua derrota –, não venham aqui dizer, daqui a três meses: “Nós, afinal, sempre estivemos contra o Engenheiro Sócrates”. Digam-no agora! Depois, não vale.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência, tem a palavra.

***Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Muito brevemente, para entrar no debate e prestar a esta câmara dois esclarecimentos que são, simultaneamente, duas correcções às muitas inverdades que a Sra. Deputada Zuraída Soares teve a oportunidade de proferir na sua intervenção, naquela que é, talvez, a mais infeliz intervenção que já teve, neste Plenário, e olhe que havia muito por onde escolher!

(Risos do Deputado Artur Lima)

De qualquer forma, esta parece-me a mais infeliz. As correcções vão ser breves, directas e concisas.

Em primeiro lugar, disse a Sra. Deputada que o Sr. Presidente do Governo e do PS Açores teria demorado imenso tempo para se pronunciar sobre esta matéria e que isso era inconcebível e inexplicável. É muito fácil de explicar, Sra. Deputada, e muito rápido.

Deputada Zuraída Soares (BE): Onze dias, e eu já expliquei.

O Orador: Primeiro, pronunciou-se no exacto dia em que se conheceram as condições, as características e as medidas específicas do PEC.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem! E a senhora sabia disso!

O Orador: Antes disso, não sabia o Presidente do Governo, não sabia a Sra. Deputada – mas, mesmo assim, falou – e não sabia a maioria dos líderes partidários desta região – mas, mesmo assim, todos quiseram falar. Ele não, ele escolheu o momento certo, o momento em que se soube, concretamente, quais eram as medidas incluídas no PEC.

Deputada Zuraída Soares (BE): Nós sabíamos!

Deputado João Costa (PSD): Quer dizer que foi o último a saber.

O Orador: Acrescento o facto de ter sido, também, esse o primeiro dia de retoma da sua actividade, depois de ter estado num período de gozo de férias...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah!

O Orador: ...que é legítimo e acontece a toda a gente. Portanto, foi isso, exactamente, que aconteceu, tão simples quanto isso.

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah!

O Orador: Segundo esclarecimento, também muito fácil de fazer. A Sra. Deputada afirma, com uma grande indignação, que o Sr. Presidente do Governo e do PS teria dito ser a favor do PEC mas contra a redução das verbas para a região. Sra. Deputada, isso, presumo, percebi pela sua intervenção, com base em notícias de jornal. Já reparei que é uma técnica muito habitual do Bloco de Esquerda urdir a sua acção...

Deputada Zuraida Soares (BE): É igual à sua, Sr. Secretário!

(Risos do Deputado José Cascalho)

O Orador: ...neste Plenário com base em notícias de jornal e em reportagens da televisão! Fica bem, quer dizer, é uma técnica como outra qualquer. Mas, então, vamos às notícias.

Deputada Zuraida Soares (BE): Essa está a sair-lhe mal.

O Orador: Primeira notícia, um *take* do GaCS, diz, no título...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah, isso não é jornal?

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso o que é?

O Orador: ...“Carlos César contra a redução de transferências para as regiões autónomas”.

É o GaCS.

Deputada Zuraida Soares (BE): E isso não é um jornal?

O Orador: Não é. Então, vamos à Lusa. A senhora não gosta do GaCS, vamos à Lusa. Lusa, título: “PEC, Carlos César acusa a oposição de cegueira muito grave”. Não vejo aqui nada de “Carlos César é a favor do PEC”.

Vamos então à sua fonte, Sra. Deputada. Destas a senhora não gostou, não usou como fonte. Estas não davam jeito. Destas a senhora não gostou do título. A senhora não gostou destes títulos, então foi procurar outro de que gostasse mais.

Deputado João Costa (PSD): A Sra. Deputada referiu isso.

Deputada Zuraída Soares (BE): O senhor não esteve cá.

O Orador: Então foi este que a senhora usou, o “Açoriano Oriental”, que tem o mesmo texto interno que tem a Lusa, baseou-se na mesma notícia da Lusa, refere cá em baixo “Lusa”, mas deu um título da sua autoria...

Deputado João Costa (PSD): Sr. Secretário, olhe que foi isso que a Sra. Deputada disse, não é por nada.

Deputada Zuraída Soares (BE): Eu referi-os.

O Orador: ...que nunca correspondeu a nenhuma afirmação referida pelo Presidente do Governo.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Já desmentiu, com certeza.

O Orador: Não está transcrita, não está citada entre aspas, e não poderia estar, porque o Presidente do Governo nunca disse isso, é um título interpretativo do jornal “Açoriano Oriental”.

Deputada Zuraída Soares (BE): A televisão mentiu, o “Açoriano” mentiu? Desculpe lá!

O Orador: Não, isto significa uma coisa. A Sra. Deputada talvez não saiba, mas na técnica jornalística ideal – se calhar não sabe e está no seu direito...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não estou sozinha.

O Orador: ...não é obrigada a saber tudo; também já percebi que há muitas outras coisas que a Sra. Deputada não sabe, mas mesmo assim diz – ...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Acabo de consultar o GaCS e isso não está desmentido.

O Orador: ...quando se usa um *take* de uma agência noticiosa deve-se indicar que se usou e deve-se manter a formação e a estrutura do texto desse *take*.

Deputado João Costa (PSD): O Sr. Secretário explique qual é a mentira que está aí!

O Orador: A única coisa que se altera aqui é o título e o título não resulta de nenhuma afirmação. Essa é uma absoluta falsidade, não resulta de nenhuma afirmação do Presidente do Governo!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é verdade!

O Orador: Aliás, eu desafio a Sra. Deputada a trazer a esta casa o som ou o registo escrito do Sr. Presidente do Governo a dizer que era a favor do PEC, para os açorianos ficarem esclarecidos...

Deputado João Costa (PSD): Mas é, ou não é?

O Orador: ...sobre quem fez aproveitamento e quem não fez aproveitamento!

Nunca, em momento algum, foi dito pelo Sr. Presidente do Governo que era a favor do PEC. Será a favor de algumas das suas medidas, será contra outras das suas medidas, faz a análise que toda a gente tem, legitimamente, o direito de fazer, mas nunca disse que era a favor do PEC! A Sra. Deputada disse isso nesta casa e ficava-lhe muito bem, agora, dizer: “Enganei-me, fui enganada por...”

Deputada Zuraída Soares (BE): Não, não! Não me enganei.

O Orador: ...um título de jornal e não era bem isso que eu queria dizer”.

Para terminar, Sr. Deputado Aníbal Pires, aproveitando a sua metáfora, ou afirmação, de que o PS Açores estaria para aí a quatrocentas milhas, ou que não estava em lado nenhum, ou até já estava do lado de lá...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não, era aqui!

O Orador: ...Sr. Deputado Aníbal Pires, o PS Açores está, esteve e estará sempre do lado certo, e o lado certo é o lado dos açorianos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Nota-se!

O Orador: E não basta afirmá-lo, há que prová-lo, Sr. Deputado. A prova é que os açorianos também têm estado, há catorze anos, ao lado do PS Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Deputado Rui Ramos (PSD): Mas cada vez mais!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

***Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gasto vinte segundos para dizer o seguinte: o Sr. Deputado Aníbal Pires fez o favor de reafirmar a diferença entre a proposta do Partido Socialista e a proposta do PCP, dizendo que aquilo que o Partido Socialista lhe propôs era inaceitável. Pois aquilo que o Partido Socialista lhe propôs é exactamente a proposta de resolução que o Partido Socialista traz a esta casa.

Vozes das bancadas do PS e Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O que é bem demonstrativo do espírito negocial do PCP, e do espírito do PCP inerente à redacção da sua proposta. Portanto, ficou absolutamente clarificada a diferença das propostas que estão aqui em discussão.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares, tem a palavra.

***Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Presidência, fico satisfeita de lhe suscitar tantas vezes vontade de intervir no debate. É um prazer meu, do qual não abduco.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mas a gente contém-se!

A Oradora: Mas também gostaria de lhe dizer que, desta vez, o Sr. Secretário esteve longe, enfim, de algum brilhantismo que lhe reconheço. Não lhe correu muito bem.

Primeiro, fez uma constatação que eu acho ser grave, que merece registo nesta câmara. É a segunda vez, ao longo do debate, desde que esta sessão começou, hoje de manhã, que os órgãos de comunicação social desta região são acusados de mentir, torpedear notícias...

Deputado João Costa (PSD): É verdade! É a lei da rolha!

A Oradora: ...arranjar títulos falsos, imagens falsas! Eu acho que isso é bastante grave e, enfim, não deve nem pode ficar com esta ligeireza.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Eu não disse isso.

A Oradora: Sobretudo, numa altura em que até o Governo Regional e, duma maneira geral, a opinião pública e todos os partidos estão preocupados com a sobrevivência dos órgãos de comunicação social da região e pretendem criar apoios que possam garantir a sua sobrevivência. Não lhe ficou nada bem, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Toda a gente falha; os órgãos de comunicação social não falham?

A Oradora: Agora, vamos à matéria de facto.

Disse o Sr. Secretário da Presidência que há onze dias o Sr. Presidente do Governo Regional, Presidente do Partido Socialista, Dirigente Nacional do Partido Socialista, não conhecia as medidas do PEC 4...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): As concretas, não!

A Oradora: ...e, por isso, levou onze dias para as comentar. Quero lembrar-lhe que, há onze dias, às nove e meia da manhã, nós percebemos que as autarquias e as regiões autónomas iam ter cortes nas transferências!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Que tipo de cortes? Em quanto? A senhora não sabe!

A Oradora: Não era preciso esperar onze dias! A primeira tomada de posição, Sr. Secretário, era dizer muito claramente – quer o Sr. Presidente do Governo Regional, quer a líder do maior partido da oposição –: “Não admitimos nenhum corte de transferências para a Região Autónoma dos Açores”. Não.

Mas, pior do que isso, ao fim de onze dias de espera nevrática, o Sr. Presidente do Governo Regional, depois de conhecer as medidas – que afectam, continuam a roubar e a espoliar os aposentados miseráveis deste país; os desempregados; a classe média, que tem dívidas ao banco, porque foi obrigada a comprar uma casa; ou seja, todos continuam a ser espoliados –, teve uma epifania e decidiu que concordava com o PEC. E agora vou explicar-lhe...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não concordava nada, Sra. Deputada! Mas que mania!

A Oradora: Oiça, Sr. Secretário! Eu vou explicar-lhe por que é que concorda.

Primeiro, há uma que é retórica e é lógica: se não afirma com clareza que não concorda, é porque concorda. O povo diz que quem cala, consente.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Ah! Esse é um bom argumento!

A Oradora: É um ótimo argumento, é igual àquele que o Sr. Secretário utilizou. Mas eu vou acrescentar-lhe outros. Este é um, mas eu vou acrescentar-lhe outros.

Disse o Sr. Presidente do Governo Regional: “O nosso país não está”...

Deputado Francisco César (*PS*): Brilhante, Sra. Deputada. Esse foi um momento brilhante!

A Oradora: Estou a citar, entre aspas. A não ser que o Sr. Secretário queira novamente dizer que o único meio de comunicação credível e honesto nesta região é o GaCS. Se o quer fazer, está à vontade, mas vai ter de o fazer aqui, em definitivo, nesta câmara.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Nunca o fiz.

A Oradora: Portanto, eu vou citar: “O nosso país não está em condições de decidir sobre matérias como o PEC sem ser em conexão com as instituições europeias. Portugal não tem, neste contexto, autonomia e independência para decidir por si só as medidas que deve tomar do ponto de vista da consolidação orçamental”. Continuo a citar...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E então? O que tem isso?

A Oradora: Sr. Presidente, posso continuar?

Presidente: Sr. Secretário, Sra. Deputada Zuraída Soares, faça o favor de continuar.

A Oradora: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Continuo a citar: “negar isto é uma cegueira muito grande e essa cegueira começa pela oposição ao não perceber que o que está em causa não são medidas propostas pelo governo, mas medidas que se tornam inevitáveis no plano da regulação europeia”.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Diga onde está, Sra. Deputada!

A Oradora: Portanto, Sr. Secretário, não quer que eu lhe dê uma lição de hermenêutica agora! Posso fazê-lo em particular, mas agora não o vou fazer, com certeza!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): A senhora desmente-se!

A Oradora: A seguir, depois de dizer que percebia muito bem todas as medidas, as razões de todas as medidas e a inevitabilidade de todas as medidas – “ups”! –, põe o dedo no ar, e diz...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Ainda não vi de onde tirou a senhora a ideia de que ia votar a favor.

A Oradora: ...cuidado: “Sou contra a redução das transferências para as regiões autónomas”, ou seja, “sou a favor de tudo o mais, mas sou contra a redução das transferências”.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso é interpretativo.

A Oradora: Aquilo que o Sr. Presidente se esqueceu de dizer foi que as transferências para a Região Autónoma dos Açores são transferências para os açorianos. Portanto, o que o Sr. Presidente está a dizer é: “Não admito que me dêem com uma mão aquilo que me estão a tirar com a outra”, tal e qual!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Tudo inferências, Sra. Deputada, nada factual!

A Oradora: Porque, para a vida das pessoas, é exactamente a mesma coisa.

Eu compreendo, Sr. Secretário Regional, fica-lhe bem vir defender – não digo a sua dama, mas – o seu cavaleiro, neste caso, porque não está aqui para o fazer. Mas saiu-lhe mal, porque é claro para toda a gente que não é um título abusivo que, na realidade, o Sr. Presidente do Governo Regional concorda com as medidas do PEC, acha-as inevitáveis, e mais, desculpabiliza o Governo da República, porque diz que elas são imposições da União Europeia. Maior concordância do que isto, Sr. Secretário? Nós não somos todos tolos!

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Essa, de facto! ...

A Oradora: Sabemos ler e fazer a exegese das análises.

Já agora, para terminar, houve uma coisa de que o Sr. Presidente se esqueceu: de dizer por que hão de penalizar ainda mais os reformados dos Açores, os

pensionistas dos Açores, os desempregados dos Açores, a classe média dos Açores, quando tiveram dinheiro, quando tiveram 150 milhões de euros para dar de bónus, de prenda de Natal ou de Páscoa, em forma de coelhinho dentro do ovo, ao concessionário da Mota Engil BES, sem que ninguém lhes tivesse pedido!

Deputado João Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: Era isto que o Sr. Presidente do Governo Regional deveria ter dito: vão aos 150 milhões que deram de coelhinho da Páscoa àquele concessionário privado e fazem o favor de trazer para os Açores, porque aqui faz falta!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Ficou claro que nunca disse que era a favor.

A Oradora: Esqueceu-se o Sr. Presidente do Governo Regional! E, portanto, disse e volto a repetir: esqueceu-se dos Açores, esqueceu-se dos açorianos e açorianas, e limitou-se a defender o seu partido e o Primeiro-Ministro deste país!

Muito obrigada.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não, senhora!

Presidente: Informo a câmara de que o Bloco de Esquerda terminou o seu tempo. Dou a palavra ao Sr. Deputado Clélio Meneses.

***Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, quero dar-lhe a nota de que nunca falo para os aplausos, falo apenas para afirmar convicções e aquilo em que acredito. Por isso, na sua referência aos aplausos, eles são uma consequência, derivam da apreciação que fez da intervenção. Mas o que vou dizer não é para pedir aplausos. Neste caso, é para esclarecê-la, pelo seguinte: na minha intervenção inicial, conforme foi referido pelo Sr. Deputado Artur Lima, fiz referência exactamente ao PEC 1, ao PEC 2, ao PEC 3 e à participação do PSD a esse nível, e justifiquei, na perspectiva do PSD Açores.

Relativamente ao ataque que foi feito à Presidente do PSD Açores, Dra. Berta Cabral, por nunca, nas suas palavras, se ter pronunciado sobre esta matéria, gostaria também de esclarecê-la, a si e aos sorrisos envergonhados do PS, muito

contentinhos, ela não disse nada, ela não disse nada; mas ela disse! A Presidente do PSD disse!

Deputado Francisco César (PS): Não foram envergonhados, foram bem claros! Nós não nos rimos de forma envergonhada, Sr. Deputado!

O Orador: Vimos ali o PS muito contentinho, muito contentinho!

Vou citar uma notícia do dia 12 de Março, relativamente a declarações da Presidente do PSD no dia 11 de Março – no próprio dia, não esperou muito tempo, foi no próprio dia em que foi anunciado isto –: “A presidente do PSD/Açores, Berta Cabral, afirmou ontem que as medidas de austeridade anunciadas pelo ministro das Finanças, nomeadamente cortes nas transferências para as regiões autónomas e autarquias, são «um atentado à autonomia»”. Mais: “É muito grave que, depois do Presidente da República ter tomado posse e ter feito o discurso que fez, o Governo tenha tomado mais medidas de austeridade”. Mas disse mais...

Deputado Francisco César (PS): Devia era ir buscar as declarações do Presidente do Banco de Portugal.

O Orador: ...“Para a líder regional do PSD/Açores, «a situação é muito preocupante porque o Governo da República, que já teve todas as condições para governar, para reduzir o défice e resolver os problemas financeiros do país, não os consegue resolver e só apresenta mais medidas de austeridade»”. Mas disse mais, a Dra. Berta Cabral.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Zuraída Soares (BE): Já ouvi isso em qualquer lado.

O Orador: Também disse que “«Há limite para os sacrifícios que se exigem aos portugueses», (...) «há limites para os cortes» nas transferências para as regiões autónomas e para as autarquias”. **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Há limites para os cortes!

O Orador: Também disse a Dra. Berta Cabral, criticando o Governo, e volto a citar: “«corte sempre aos mesmos e não corte onde deve”, (...) “nas despesas públicas, nos gabinetes dos ministros, nos ordenados milionários dos gestores públicos ou nas despesas supérfluas”. E disse mais: “«Não podem ser sempre os mesmos a pagar a crise e a resolver os problemas financeiros do Governo do PS»”.

Deputado Berto Messias (PS): Exactamente!

O Orador: Isto é, por aquilo que eu disse que a senhora diria que iria aplaudir, e por aquilo que se leu da Dra. Berta Cabral, só espero o seu aplauso às declarações da Dra. Berta Cabral.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Relativamente àquilo que foi também aqui referido, e o Deputado Artur Lima fez referência a isso, a imagem que me chega desta situação política actual entre a região e o país, designadamente pela proposta do Partido Socialista apresentada, copiada do PCP, e o envergonhamento com que se manifestam neste debate, é o “juntos, conseguimos”. Todos temos na imagem, todos temos na ideia, o cartaz de César e Sócrates juntos, coladinhos, coladinhos, coladinhos. Agora, isto começa a dar vontade de largar, isto é, vamos largar isto. O que é certo é que estão colados, tal e qual a realidade que o país demonstra e os açorianos sentem.

Por outro lado, gostaria também de fazer referência a um aspecto que me parece relevante. Utilizando a linguagem tauromáquica que alguns apreciam e alguns sentem na pele, o PS está, neste debate, ao contrário daquilo que vemos, há muito tempo que não via isto, encostado às tábuas, de uma tal maneira que não sai das tábuas!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não sai, não!

O Orador: Nós não vemos nenhum rasgo de debate, não vemos aqui nenhum propósito de contribuir para o debate, nenhum propósito de dar aqui uma ideia sobre o que quer para os Açores, para o país.

Deputado Berto Messias (PS): É preciso ter lata!

O Orador: O que se vê, e devo realçar também, é que há aqui um restinho, há aqui uma pontinha de uma coisa que, na nossa terra, se chama discricção. Estão a ser um bocadinho discretos, não querem meter-se muito no meio do arraial, para não levarem assim uma marrada!

(Risos do Deputado Artur Lima)

O Orador: Eu já percebi que é um bocado isso, há aqui alguma discricção. Encostadinhos às tábuas, não se metem no meio do arraial, para ver se não levam a sua marrada.

O que se passa, de facto, é esta vergonha que vão sentindo, um debate pobre, triste, sem chama, sem convicção, que se sente da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Um dos sinais mais evidentes disso, ridiculamente evidente disso, é que o Sr. Secretário da Presidência, para tentar justificar que o Presidente do Governo tinha dito alguma coisa em defesa da autonomia, qual foi a frase que citou? “César acusa a oposição de cegueira muito grande em relação ao PEC”. Homessa! Quer dizer, o Governo Regional, para justificar a defesa da autonomia, é com uma frase de ataque à oposição? Ao que isto chegou! De facto, isto é revelador do actual embaraço político-partidário do Partido Socialista, que está demonstrado e provado à exaustão neste debate!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor debata as coisas, o senhor está aí é para debater! Não faça enredos!

O Orador: Ainda é mais relevante se poderá estar a acontecer aqui alguma coisa. Também tento perceber as coisas. Será que o PS ou o Governo Regional se estão a guardar para o debate mais incisivo, com mais argumentos, no âmbito da proposta do Partido Socialista? Quero bem crer que não porque, se fosse isso, ainda era muito mais grave, pois só quereria significar que o Governo Regional e o PS só estão preocupados um com o outro e excluem o debate quando estão em causa os outros partidos!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto é, não estão a dar mostras de representar os açorianos genericamente, objectivamente e pelos sérios e únicos interesses dos Açores!

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E as palmas?

(Aplausos das bancadas do PSD e PPM)

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não seja por isso.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não sabia que tinha essa capacidade!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Lamento mas, Sr. Deputado Berto Messias, isto hoje não lhe está a correr muito bem.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Nada bem!

O Orador: Não sei se o senhor está nas tábuas, ou se ainda nem sequer chegou à praça, e eu não sou um grande entendido, como V. Exa. muito bem sabe, nas artes tauromáquicas.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Nas lides.

O Orador: Mas, Sr. Deputado Berto Messias, de facto isto hoje está a correr-lhe muito mal. O PCP é, de facto, uma força política com grande capacidade de diálogo, capaz de chegar a entendimentos. E, quando chega a entendimentos, cumpre-os.

Deputado Berto Messias (*PS*): A nós é que está a correr mal? Homessa! O senhor trocou-se todo e a nós é que está a correr mal? Está certo!

O Orador: Não troquei, não! Isto está a correr-lhe mal e eu vou dizer-lhe porquê. Porque o Sr. Deputado...

Deputado Berto Messias (*PS*): Nada bem!

O Orador: ...tentou utilizar, não nenhuma argumentação relativamente ao Projecto de Resolução do PCP, mas veio aqui dizer-nos que tinham tentado, junto do PCP, uma solução de entendimento. E mais, utilizou algumas palavras minhas, da minha última intervenção, para dizer e para tentar fazer a demonstração das substantivas diferenças que existem entre os dois Projectos de Resolução, nomeadamente no que concerne à sua parte resolutiva, mas mesmo até aos seus considerandos.

Pois V. Exa. saiba, então, uma coisa. Nós somos, de facto, uma força política capaz de entendimentos, aberta ao diálogo com todos e já o temos provado. Mas eu disse há pouco que não tinha nem preço, nem medo, e não tenho. Então vou, para

acabarmos com esse seu argumento, dizer à câmara o que o PS pretendeu negociar com o PCP: que o PCP substituísse integralmente a sua proposta de alteração!

Vozes de deputados das bancadas do PPM e PSD: Oh!

Deputado Berto Messias (PS): Eu já disse isso, Sr. Deputado!

O Orador: O preâmbulo, porque a parte resolutiva é exactamente igual! Portanto, Sr. Deputado Berto Messias, julgo que essa não foi a melhor abordagem. Porque, se o senhor estava convencido que eu tenho medo, está enganado. Eu não tenho nem medo, nem preço, Sr. Deputado!

Relativamente ao que o Sr. Secretário Regional da Presidência afirmou, e na defesa da posição do Presidente do Partido Socialista e do Governo, queria dizer o seguinte: é evidente que o Sr. Presidente do Governo Regional, o Sr. Presidente do Partido Socialista dos Açores, é a favor do PEC, seja ele por omissão, seja ele por demissão...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Por omissão?

O Orador: ...quando aceita a inevitabilidade, seja pelo que for. A verdade é que o Sr. Presidente do Governo Regional – e é perfeitamente legítimo que, quer o jornalista que fez o título do “Açoriano Oriental”, quer nós aqui, tiremos essa conclusão, porque o Sr. Presidente do Governo Regional, o Presidente do Partido Socialista dos Açores – baixou os braços! Isto é, aquilo é inevitável, nós não temos mais do que aceitar!

Deputado João Costa (PSD): Dê o braço!

O Orador: E isto reconhece também a incapacidade! Aliás, o Sr. Presidente do Governo Regional, ao tomar esta posição, reconhece também toda a incapacidade que José Sócrates, o Ministro das Finanças e todo o Governo do Partido Socialista têm relativamente à defesa dos interesses nacionais!

Aliás, vejamos o seguinte: o Deputado Paulo Estêvão, há pouco, referiu-o e eu vou voltar a referir e a enfatizar: ao fim de quatro PEC, não há uma única medida que não seja uma medida de austeridade, uma medida em que se pedem mais sacrifícios aos portugueses! Não há uma única medida que ataque o problema e que coloque a economia nacional no cerne da solução! Portugal precisa de produzir

e não há uma única medida, no PEC, que leve ao crescimento da economia nacional.

V. Exas., a única coisa que sabem fazer é pedir sacrifícios a quem está sacrificado, a quem está fragilizado. Relativamente a soluções para a saída da crise, passam pela economia nacional, pela relativização da economia nacional, é zero! Só sabem fustigar quem já está fragilizado, social e economicamente. Portanto, aquilo que V. Exas. estão a fazer é exactamente a deixar cair os braços e colocar-se de cócoras perante os interesses estrangeiros!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José San-Bento (PS): Foi isso que os senhores fizeram.

Presidente: Informo a câmara que o PSD já esgotou o seu tempo, também.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

Um momento. O Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para confirmar a minha inscrição.

Presidente: Está inscrito, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça o favor.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Lancei um repto às bancadas do Governo e do PS, e ao Partido Socialista Açores. O que lhes perguntei foi, se os senhores não estão de acordo com esta política económica...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor não leu os documentos!

O Orador: ...se não estão de acordo com o corte nas reformas, com a redução dos vencimentos, se não estão de acordo com uma política que fará com que o país tenha um retrocesso, do ponto de vista económico e social, de vinte anos, voltamos para os indicadores de há vinte anos, quero perguntar-vos se, mesmo assim, os senhores chegam ao congresso do Partido Socialista e vão aplaudir o Sr. Engenheiro Sócrates, vão integrar as suas listas nacionais e vão continuar a apoiá-lo! Porque os senhores não têm desculpa! Não basta dizer que não se concorda!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não vimos para aqui discutir política interna do PS consigo!

O Orador: Os senhores têm de afirmar a vossa posição e dizer o seguinte: nós não concordamos com estas políticas, nós não concordamos com as reduções para os Açores e, por isso, Sr. Engenheiro Sócrates, nós não votamos em si! É isso que os senhores têm de dizer e que não têm a coragem de afirmar!

Não é isto que os senhores têm, os senhores têm um tipo de comportamento que, digo-vos uma coisa, não é de coragem, não é de coerência, não é de defesa dos açorianos! Porque essa defesa de não concordarmos e isto não tem consequências não é de coragem, não é a afirmação dos interesses dos Açores! A afirmação dos interesses dos Açores é, se reduzem aquelas verbas que são essenciais para o desenvolvimento económico dos Açores, os senhores tinham de dizer: o senhor não conta connosco! O senhor não conta com os nossos votos! O senhor não conta com o nosso apoio! E não fazem isso, a vossa oposição é apenas retórica!

Mas eu quero, terminando, dizer-vos o seguinte, para que não fiquem dúvidas sobre a posição do Partido Popular Monárquico. Faço um apelo, há três soluções para resolver a situação política deste país. O Sr. Engenheiro Sócrates podia demitir-se, mas não o vai fazer, porque está agarrado ao poder. Sabe que não consegue resolver a situação...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Estava à espera que o senhor lhe dissesse que consegue resolver.

O Orador: ...sabe que não é um cenário positivo, sabe que só tem sangue, suor e lágrimas para oferecer aos portugueses, mas não há esperança de vitória. Com ele, não há esperança de vitória sobre esta crise. Portanto, poderia fazer isso, mas não o faz.

Há outra solução, que todos os partidos que estão representados na Assembleia da República corram com este senhor do Governo de Portugal. É isso que os senhores, até agora, não fizeram e é necessário fazer.

E há uma terceira oportunidade...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: ...que o Presidente da República tenha um sobressalto presidencial e diga: “O senhor não tem competência para governar o país, o senhor não tem competência para desenvolver este país e, então, eu demito-o! Eu demito o senhor”!

Portanto, é esta a situação que tem de se resolver! Vamos sair deste pântano, vamos resolver esta situação e vamo-nos deixar de rodriguinhos e destes jogos palacianos de poder!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E as exportações vão aumentar, e o desemprego vai deixar de existir!

O Orador: Vamos eleger um governo, uma Assembleia da República legitimada pelos portugueses!

Termino, Sr. Presidente, só para dizer isto: porque muita da legitimidade, ou a totalidade da legitimidade dum Assembleia da República e dum Governo da República significa cumprir o programa eleitoral, digam-me: qual é a parte do programa eleitoral do Partido Socialista que está a ser cumprida e seguida neste momento?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Aqui, vamos ter um ano bem descansado!

Presidente: Terminou o tempo atribuído à Representação Parlamentar do PPM.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

***Deputado Berto Messias** (*PS*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Serei muito breve, para dizer o seguinte: Sras. e Srs. Deputados, julgo que é justo dizer que não me parece que ninguém, nesta região, possa ter dúvidas sobre a determinação e o empenho do Presidente do PS Açores e do Governo na defesa dos Açores e dos açorianos. São variadíssimos os exemplos em que o Presidente do Partido Socialista afrontou, confrontou e discordou de forma veemente do Primeiro-Ministro de Portugal...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Ah, não se refugie aí!

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): O que não é o caso agora!

O Orador: ...independentemente do partido que estivesse em funções no Governo da República! São variadíssimos os exemplos.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: Dizer também o seguinte, porque houve aqui referências, num tom de escárnio, sobre o slogan “juntos, conseguimos”. Sras. e Srs. Deputados, é preciso relembrar – porque os senhores, lembrando-se, insistem em não o referir –: o “juntos, conseguimos” foi materializado numa importantíssima vitória política de Carlos César e do Partido Socialista!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Para onde?

O Orador: Que foi consubstanciada de uma forma determinante para os Açores: o cumprimento escrupuloso da Lei das Finanças das Regiões Autónomas!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Oh!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Vê-se!

O Orador: Quando todos os outros documentos “enquadradores”, em termos financeiros, do país tiveram cortes consideráveis. Portanto, o “juntos, conseguimos” foi isso que materializou, em defesa dos Açores e dos açorianos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não, senhor!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Foi só por causa disso?

Deputado Pedro Gomes (PSD): E o resto?

O Orador: Para terminar, Sr. Deputado Aníbal Pires, o senhor está enredado numa teia de contradições ao longo de todas as suas intervenções.

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

O senhor diz que o preâmbulo não interessa, mas depois o Partido Socialista apresenta uma proposta para mudar o preâmbulo e o senhor, afinal, já não quer mudar o preâmbulo porque o preâmbulo, afinal, já interessa. Enfim, ninguém percebeu.

Dizer-lhe também, na questão em que o senhor diz que não se vende que, Sr. Deputado, o senhor não deu novidade nenhuma sobre a questão da proposta. Fui

muito claro quando falei antes de si. Aquilo que o Partido Socialista, dentro da sua legitimidade, lhe propôs foi, exactamente, a nossa proposta, que será debatida a seguir. O senhor não aceitou, também é legítimo, mas é bem demonstrativo do seu espírito, do espírito negocial e do espírito da sua proposta, bem diferente, consideravelmente diferente, da proposta do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, uma referência ali aos apertes do Sr. Vice-Presidente do Governo, a que tenho estado muito atento. Sr. Vice-Presidente, então V. Exa. é o primeiro socialista a admitir a derrota do Partido Socialista na República...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Eu não disse nada!

O Orador: ...ao dizer que, daqui a um ano, nós é que vamos estar com os problemas. Mas há uma diferença, é com os problemas que os senhores criaram! Que, juntos, criaram!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Exactamente!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não me meta na boca o que eu não disse!

O Orador: Daqui a um ano, o senhor vai ter um ano de paz e descanso! Portanto isso, deduzo eu – é só minha, Sr. Vice-Presidente – vamos estar com o menino nas mãos, mas...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso de usar os apertes e tirar do contexto, não se faz!

O Orador: ...quem fez o menino foram os senhores! Portanto, a questão é esta, vamos ter, quem for. Sr. Vice-Presidente, não dê agora uma de virgem vestal, como diz o Sr. Secretário da Economia. Não vale a pena!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Se quiser falar, falo.

O Orador: Portanto, agora, os senhores não podem negar essa irresponsabilidade toda que vem.

E a do “juntos, conseguimos”, Sr. Deputado Berto Messias, é coxa! O senhor bem tenta uma explicaçãozinha, mas...

Deputado Berto Messias (PS): Não é coxa, é factual!

O Orador: ...o senhor não está nas quatrocentas milhas, o senhor está no cosmos! Perdido, algures, no cosmos e não se encontra, não há estrela que o guie! O senhor está perdido, perdeu o norte!

Deputado Berto Messias (PS): Não, não! O senhor é que está cansado. O senhor vem de um congresso, percebo que esteja cansado!

O Orador: Já não vê as estrelas, é uma perdição cósmica, Sr. Deputado Berto Messias.

Já agora, já se falou que havia um deputado socialista que, numa sua crónica, dizia que estávamos num país à rasca, há também a geração à rasca, o que eu vejo aqui é a direcção de um grupo parlamentar à rasca!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E um grupo parlamentar enrascado, porque não consegue defender a sua dama.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Portanto, o que se está a passar é um PS à rasca, um grupo parlamentar à rasca, uma direcção de um grupo parlamentar à rasca...

Deputado José San-Bento (PS): O PP é que está à rasca!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E políticos à rasca.

O Orador: ...e o Deputado Berto Messias, coitado, bem se esforça, mas o primeiro “ajuda” está calado; o segundo manda umas bocas; o terceiro não diz nada; o Secretário da Presidência foi ao rabo, mas escorregou e caiu...

(Risos dos deputados das bancadas do PSD e PCP)

...e, portanto, foi como se não tivesse ido à tourada!

Portanto, governar mal, Sr. Deputado, para concluir, este Governo socialista é duma gravidade draconiana sem nenhum humanismo e é perigosíssimo, porque é

um governo que não tem a noção da fronteira dos sacrifícios que deve pedir ao povo português!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Se é preciso ir buscar mais dinheiro, vão! É um Governo que se gaba de ter aumentado a receita fiscal. Porque aumentou impostos, qualquer vulgar de Lineu sabe fazer isso! Mas é um Governo que não se pode gabar de ter descido a despesa do Estado. É um Governo que não se pode gabar de ter extinto fundações que ele próprio criou! É ver o número de fundações que foram criadas no Governo de José Sócrates.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é cassete, é uma cassete do congresso!

O Orador: É ver o número de institutos públicos que foram criados por José Sócrates. Mas, esses, não os querem extinguir!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Vamos extorquir – o termo é esse, extorquir – os pobres, extorquir os reformados, extorquir a classe média!

A irresponsabilidade começa também – não é só nos 2,9 em que aumentaram a função pública, quando não podiam; começa – por uma mentira, que foi dizer que tinham um défice, em Agosto ou Setembro, de cinco, ponto qualquer coisa e, em Dezembro, no dia a seguir às eleições, esse défice era de 10%, mais de 150 mil milhões de euros! É um Governo que não merece o mínimo de credibilidade e José Sócrates, se tivesse o mínimo de ética política, pedia desculpa ao país, fazia um favor ao Partido Socialista e ao povo português, uma generosidade, e demitia-se.

Deputado Berto Messias (PS): O que os senhores querem é fazer uma crise política.

O Orador: Também é hábito do Partido Socialista que, quando recebe uma crítica da oposição, é perseguição. Quando recebe uma crítica da oposição é porque estão a perseguir alguém, é porque estão a criar factos políticos.

Deputado Francisco César (PS): Os senhores querem provocar uma crise política só para colocarem os vossos *boys* no Governo.

O Orador: Portanto, meus senhores, vejam as coisas como são! Olhe, Sr. Deputado Berto Messias, quando quiser um exemplo de não haver liberdade de

expressão e de proibirem cidadãos destes Açores de falarem com determinadas pessoas de outros partidos, venha comigo, que eu digo-lhe quem são!

Deputado João Costa (PSD): É verdade!

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): É, sim, senhor!

Deputado Berto Messias (PS): Concretize isso!

O Orador: Está a perceber, Sr. Deputado? O senhor vem comigo e eu digo-lhe quem são! Há camaradas seus, daqueles que os senhores promoveram, que proíbem funcionários de falar com os partidos da oposição, que proíbem de falar com as pessoas na rua.

Deputado Rui Ramos (PSD): Até os conselhos executivos!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado Berto Messias, o senhor quando quiser vem comigo e eu digo-lhe quem são.

Agora, permita-me também terminar, dizendo uma coisa: pela minha parte...

Deputado João Costa (PSD): Mandam bocas, ameaçazinhas...

Deputada Isabel Rodrigues (PS): E os senhores são tão inocentes!

O Orador: ...eu nunca duvidei, nem nunca o senhor me ouviu dizer que o Presidente do Governo e Presidente do Partido Socialista – aliás, já o disse publicamente várias vezes – não defendesse intransigentemente os interesses dos Açores. Sempre o disse, sempre o afirmei, há anos e várias vezes, Sr. Deputado Berto Messias. Aliás, se bem se lembra, numa entrevista que dei, aqui há três ou quatro anos, era uma das qualidades que reconhecia a Carlos César, defender intransigentemente os interesses dos Açores. E José Sócrates já era Primeiro-Ministro na República.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições. Assim sendo, vamos passar à votação deste Projecto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi rejeitado, com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Diga, Sr. Deputado Aníbal Pires, é uma declaração de voto?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Solicito um intervalo regimental de quinze minutos.

Presidente: É regimental, Sr. Deputado. Regressamos às 17 horas e 15 minutos.

(Eram 17:00 horas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos, avançando na agenda.

(Eram 17 horas e 22 minutos)

Temos o **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projecto de Resolução n.º 19/2011 – “Pronúncia sobre as linhas de orientação da actualização anual do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) com aplicação directa na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.**

Vamos debater o pedido de urgência, não sei se há inscrições.

Não havendo, passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com o pedido de urgência façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos então à substância da **Resolução** propriamente dita. Rege a grelha habitual de tempos que temos vindo a usar e que já usámos hoje, na anterior Resolução.

Para apresentar o Projecto, dou a palavra ao Partido Socialista. Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

***Deputado Berto Messias (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta do Partido Socialista, já conhecida, pretende materializar a nossa posição, através duma pronúncia conjunta desta Assembleia, nas matérias que dizem respeito à Região Autónoma dos Açores já vertidas no PEC, conhecido como PEC 4, entregue na Assembleia da República e que, agora sim, já temos a possibilidade de ver e perceber os impactos reais, em termos financeiros, para a Região Autónoma dos Açores.

Tendo em conta aquilo que debatemos há pouco, depois do esforço de convergência existente, de forma legítima, por parte dos dois interlocutores partidários envolvidos, depois de não ter sido possível encontrar e permitir essa convergência, avançámos, após já termos ponderado a entrega desta proposta, com a proposta que é agora discutida nesta casa.

Para que melhor se perceba a nossa intenção, tem a ver com os vários pressupostos enumerados nessa Resolução, nas seguintes medidas. Entendemos que o esforço do Estado envolvido na solidariedade e no desenvolvimento económico e social das regiões autónomas tem uma componente financeira diria que irrelevante no âmbito global da despesa pública do nosso país. Esse envolvimento é, como se sabe, consubstanciado através da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, que é, quanto a nós, um importante instrumento no âmbito da coesão nacional, em que acreditamos e que julgamos ser absolutamente fundamental no nosso país.

Além disso, as nossas situações e as nossas dificuldades acrescidas decorrem também das nossas especificidades, ou seja, da nossa localização geográfica, da nossa descontinuidade territorial. Por isto, tendo em conta a irrelevância financeira e o contributo, digamos assim, das regiões autónomas para a despesa pública do nosso país e essas especificidades, julgamos – e é esta a nossa posição – que as regiões autónomas deveriam ser poupadas neste esforço do país. É isso que pretendemos materializar nesta proposta.

Mas não posso deixar de dizer mais duas ou três questões, que me parecem muito pertinentes, no âmbito desta questão mais global do PEC.

Penso que não pode nem deve passar incólume aquilo a que temos assistido, no âmbito nacional, pelos vários partidos da oposição do nosso país. A esquerda à

esquerda do PS, a esquerda episódica e circunstancial do Bloco de Esquerda e a esquerda ortodoxa e ideologicamente desenquadrada e atrasada do PCP, tem uma postura profundamente irresponsável, em que tudo aquilo que fizer moça ao Governo, independentemente daquilo que esteja em causa, tudo vale. Para a esquerda, quanto pior, melhor.

Deputado João Costa (PSD): Para o PS, tudo o que fizer mal ao povo, vale!

O Orador: Uma palavra também importante, julgo que é importante, para a direita do nosso país, para os partidos da oposição da direita, que têm uma agenda que pretende, única e exclusivamente, chegar ao poder a todo o custo. Tudo vale para chegar ao poder.

Mas também importante neste debate, porque julgo que é importante materializar e consubstanciar aqui aquilo que está em causa, seria importante perceber aquilo que o PSD pretende fazer, ou aquilo que o PSD faria se estivesse nas mesmas circunstâncias. É conhecida por todos, é do conhecimento público a agenda neoliberal que este PSD tem para o nosso país, e isso está claramente consagrado, quer nas suas propostas no âmbito da revisão constitucional, quer também por variadíssimas intervenções e afirmações do seu líder nacional. Portanto, seria interessante perceber aquilo que o PSD faria, de que forma se recolocaria, perante as imposições da União Europeia, relativamente a esta matéria...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...e relativamente ao esforço pedido, imposto e exigido a Portugal, para conseguir cumprir essas metas no âmbito da contenção orçamental.

É isto que é preciso registar, e é preciso ser muito claro, para que os açorianos e os portugueses percebam. Na esquerda da oposição, para a esquerda que está na oposição, quanto pior, melhor. Para a direita que está na oposição no nosso país tudo vale para conseguir chegar ao poder e fazer muito pior do que aquilo que está a ser feito.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não apoiado!

O Orador: Mas, agravando isso, fazem-no com profunda convicção, tendo em conta tudo aquilo que têm defendido nos últimos tempos.

Para já, é só.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Eu sei que o mais difícil é começar, ou recomeçar. Não há, para já, inscrições?

Posso passar já à votação?

Creio que não. Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

***Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por assinalar aqui o embaraço silencioso de alguns partidos da oposição perante esta proposta.

Deputado João Costa (PSD): Homessa!

(Risos de deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PCP e PPM)

O Orador: Muitos dos Srs. Deputados estavam à espera deste momento para dizer: “Está a ver? Afinal, eles estão alinhados com o partido a nível nacional e não defendem os interesses da região”. Ao que agora assistimos, perante esta proposta, foi à clarificação de que o PS tomou uma posição clara na defesa dos Açores, na defesa dos açorianos e na defesa da especificidade dos Açores no contexto nacional. Era disto que os senhores não estavam à espera...

(Risos de deputados das bancadas do PSD e CDS/PP)

O Orador: ...e é perante isto que os senhores mantêm o vosso silêncio.

Segunda questão fundamental...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Realmente, isto hoje está muito mau!

Deputado João Costa (PSD): Citando o Deputado Pascoal: risível! Muito mais do que risível, é mesmo gargalhada!

O Orador: ...o fundamental desta matéria é que, não só nesta Assembleia o PS toma uma posição clara na defesa dos Açores, como ontem, prontamente, o Sr. Presidente do Governo, menos de duas horas após a entrega deste documento na

Assembleia da República, disse, de forma clara, que era contra e que o Governo dos Açores era totalmente contra qualquer redução das transferências para a Região Autónoma dos Açores. No momento oportuno e após a entrega do documento na Assembleia da República.

Não vale a pena, Srs. Deputados, tentar confundir palavras e declarações. Não vale a pena tentar confundir uma declaração no sentido da necessidade de tomar medidas com a aprovação das medidas tomadas. O que o Sr. Presidente do Governo disse claramente foi que todos têm de ter consciência – e têm essa consciência – de que é necessário tomar medidas. O Sr. Presidente do Governo não se pronunciou sobre o conteúdo das medidas tomadas...

Deputado Rui Ramos (PSD): O problema é esse.

Deputado João Costa (PSD): Vamos ver como é que os Deputados do PS Açores na Assembleia da República votam.

O Orador: ...com exceção, claramente, da medida contra, que se refere às transferências para a Região Autónoma dos Açores.

Deputado Duarte Freitas (PSD): E, agora, perceber quem foi o responsável por essas transferências?

O Orador: Aliás, podemos todos clarificar que, se há alguém que tem um património sobre ter feito, fazer e continuar a fazer tudo para minimizar os efeitos das medidas tomadas a nível nacional é o Partido Socialista e o Governo dos Açores. Basta lembrar a remuneração complementar e a remuneração compensatória. Aí, onde é que os senhores estavam? Basta lembrar o aumento do complemento regional de pensões. Basta lembrar o aumento no complemento açoriano ao abono de família. Basta lembrar dezenas de medidas que foram tomadas, nos Açores, para minimizar os efeitos das medidas tomadas no continente, mesmo contra os dirigentes do PSD nacional, mesmo contra o PSD Açores e mesmo contra os dirigentes nacionais do Partido Socialista!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Quando for preciso ter coragem, como hoje é necessária, nós estivemos cá, sempre a defender os Açores, sempre a defender os açorianos e sempre em prol desta região!

(Risos de deputados das bancadas do PSD e PCP)

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Riam-se, para não terem de falar.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Exactamente!

O Orador: Mas, se o sorriso nervoso de embaraço se mantém, gostaria também de dizer que a posição do Governo dos Açores é muito clara: fomos no passado, somos no presente e seremos sempre contra qualquer redução das transferências para as regiões autónomas...

Deputado João Costa (*PSD*): O senhor não vê a cara de vergonha da sua bancada?

O Orador: ...tendo em conta a coesão regional, a coesão nacional e as especificidades próprias da região, por duas razões fundamentais. Primeiro, porque no contexto nacional as transferências para as regiões autónomas têm um peso insignificante na consideração orçamental nacional e no contexto nacional de despesa pública.

Deputado João Costa (*PSD*): E?

O Orador: Segundo, porque, inclusivamente, aquilo que está definido no próprio documento ontem entregue na Assembleia é um valor verdadeiramente residual, que não irá contribuir em nada para os objectivos nacionais de consolidação orçamental, tendo em conta que representa apenas 0,00013 do Produto Interno Bruto nacional e de impacto para o défice. São estas as nossas razões, claras e objectivas, para sermos contra qualquer redução das transferências para as regiões autónomas.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Se são contra, é porque é pequenino, o valor!

O Orador: Mas gostaria de dizer que esta posição, hoje, do Governo dos Açores é uma posição, como foi em Outubro passado, de defesa dos Açores. Sempre a defesa dos Açores e dos açorianos.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Isso está mau, muito mau.

O Orador: O Governo dos Açores sempre esteve ao lado dos açorianos. Já foi assim quando António Guterres liderava o Governo da República. Já foi assim quando Durão Barroso liderava o Governo da República. Já foi assim quando Santana Lopes liderou o Governo da República. É assim enquanto José Sócrates é líder do Governo da República. E será sempre assim no futuro.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: É esse o código genético que nos distingue do PSD. Nós somos sempre a favor dos Açores e dos açorianos. Nós não temos a posição que o PSD tem no continente, temos a posição que favorece os Açores, independentemente da posição que o PS tiver no continente.

Deputado João Costa (PSD): Menos quando votam! Vamos ver, quarta-feira, como é que votam os Deputados do PS Açores na República!

O Orador: É este o nosso património a favor dos Açores e a favor dos açorianos! Gostaria de lembrar, para concluir, que todas as posições e matérias que tenham de ser tomadas a nível nacional têm de ser em consonância com as instituições europeias. Não vale a pena, pode dar-se o jeito demagógico de curto prazo, falar deste enquadramento esquecendo esta realidade, mas quem não aceitar isso, quem não vir isso, não está mais do que a tentar iludir as pessoas e não está a ser responsável. E é o sentido de responsabilidade, também neste momento, que se tem de colocar, porque o que é dito hoje será, com certeza, lembrado e responsabilizado amanhã.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ora!

O Orador: Não vale a pena dizer-se que é necessário consolidar as contas públicas e...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Conclua, Sr. Secretário.

O Orador: ...oportunamente, esquecer e não dizer que medidas se devem tomar, porque não dizer que medidas se deve tomar é optar por e decidir não governar.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: E não governar, neste momento, é o que de mais irresponsável pode haver para o futuro do país.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E governar mal!

O Orador: Por isso, este é o momento, também, de se dizer o que fazer e que medidas tomar para cumprir um objectivo que é comum a Portugal e a todos os portugueses. Porque temos uma coisa, com toda a certeza...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Há governar bem e mal!

O Orador: ...aquilo que se discute hoje é aquilo que o Governo da República julga que deve ser feito por obrigação.

Deputado João Costa (PSD): Afinal o Sr. Vice-Presidente é favorável às medidas.

O Orador: Mas há outros que o querem fazer por devoção e com muita convicção. E é isto que vai marcar a diferença do futuro do nosso país.

Vozes das bancadas do PS e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, continuam abertas as inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

***Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, para registar o silêncio...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Prescinda, Sr. Deputado!

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Deputado, o senhor não tem estado aí? Isso já foi discutido!

O Orador: ...que reina na bancada do Partido Social Democrata relativamente às questões que eu coloquei e aos comentários que o Sr. Vice-Presidente fez.

Deputado João Costa (PSD): Sr. Deputado, isso já foi discutido. O Sr. Deputado chegou agora?

O Orador: Permitam-me dizer o seguinte: o Grupo Parlamentar do PS, mais uma vez...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Prescinda!

O Orador: Eu não queria incomodar os seus apartes.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): O senhor, se quer falar, inscreva-se e fale!

Presidente: Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Permitam-me dizer o seguinte: o Grupo Parlamentar do PS, mais uma vez e em coerência com aquilo que tem feito, traz a esta casa uma proposta que diverge totalmente...

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Um pacote!

Deputado Mark Marques (*PSD*): Isso já foi discutido!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): O assunto já foi discutido!

O Orador: ...das orientações do Governo da República, porque, para nós, o que verdadeiramente interessa são os Açores e os açorianos, independentemente do partido que está...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Não é verdade.

O Orador: ...no Governo da República!

Temos pena que o maior partido da oposição dos Açores não tenha a coragem de aqui dizer aquilo que acha...

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Vamos dizer com o nosso voto; o nosso voto vai ser eloquente, vai perceber pelo nosso voto.

O Orador: ...e de que forma o PSD se devia posicionar relativamente às imposições da União Europeia! Seria expectável, também, que a bancada do PSD, no âmbito desta discussão, e tendo em conta aquilo que já referimos sobre o facto de os senhores terem prazer em apresentar...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): O assunto já foi discutido.

O Orador: ...medidas austeras, seria interessante ouvi-los sobre o pacote de medidas que o PSD tem para o país e sobre o manual da governação Social Democrata, que é já público. Sobre isso, não dizem nada! Sobre isso, não dizem absolutamente nada! Não dizem nada sobre a privatização da maior parte das empresas públicas, que fornecem serviços públicos importantes...

Deputado João Costa (*PSD*): Lá chegaremos! Teremos certamente oportunidade para governar!

O Orador: ...para os cidadãos portugueses! Não dizem absolutamente nada sobre a privatização da saúde e da educação no nosso país! Não dizem absolutamente nada sobre a liberalização dos despedimentos! E, imagine-se, está claríssimo, na última visão com o manual de governação do PSD, o fim da progressividade dos impostos pagos pelos portugueses!

Deputado João Costa (PSD): O senhor já leu o PEC?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mas quanto a isso não há nada a fazer.

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, permitam-me que use também a terminologia tauromáquica: os senhores, não querendo divergir, porque têm medo do PSD nacional e da direcção nacional do vosso partido, nesta matéria, parecem um toiro manso, daqueles que entram na arena e não investem!

Muito obrigado.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Mesa agradecia que a abundância de apartes fosse trocada por uma réstia de intervenções, se fosse possível.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E depois dizem que querem esclarecer os açorianos!

Deputado Berto Messias (PS): São as tais limitações que o Sr. Deputado há pouco referia.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Só tu não tens limitações!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, se não há mais inscrições, vamos passar à votação da Resolução.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Depois dizem que querem esclarecer os açorianos!

Presidente: Vamos então, Sras. e Srs. Deputados, votar o Projecto de Resolução do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito bem, passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos.

Pede a palavra para?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Faça o favor.

***Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Parece que houve uma votação, mas eu não me apercebi. Peço desculpa, mas estava tudo a falar ao mesmo tempo.

Presidente: Mas houve uma votação.

O Orador: Ah, mas eu não me apercebi do sentido da votação.

Presidente: Querem que repita a votação?

O Orador: Eu agradecia.

Presidente: Muito bem, vamos votar o Projecto de Resolução do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Estão a ver a diferença? Somos eloquentes!

Presidente: Sras. e os Srs. Deputados, agradeço um pouco de silêncio, para podermos trabalhar. Vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos,

Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 25/2010 – “Cria o Parque Natural da Terceira”. Ficou consagrada em conferência de líderes, também para este diploma, a nossa grelha de tempos habitual.

Para apresentar o diploma, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

***Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional cuja análise agora iniciamos visa concluir o processo de estruturação dos parques naturais de ilha. Como sabem, a partir da aprovação de legislação em 2007, foi estabelecido um regime de conservação da natureza, que prevê a criação de um parque natural em cada uma das ilhas da região e de um parque marinho para as áreas situadas fora do mar territorial. Com a aprovação deste diploma, que agora aqui trazemos, fica concluída a estruturação da parte referente às ilhas.

Este é o nono decreto desta série, da parte referente à área terrestre da região, e visa criar na Ilha Terceira uma estrutura de conservação da natureza que inclui todas as áreas terrestres que têm interesse para a conservação da natureza. Nomeadamente aquelas que, nesta altura, já são monumentos naturais, as Furnas do Enxofre e o Algar do Carvão; aquelas que são reservas florestais, que são nesta altura duas, uma no Pico Alto, outra na Serra de Santa Bárbara; e depois um conjunto de outras áreas que, neste momento, já integram a Rede Natura 2000 ou que são zonas com interesse para a conservação da natureza e, em especial, para a conservação das aves, e que devem ser designadas como Zonas de Interesse para Aves, ou IBAS.

Também se aproveita para incluir nesta estrutura um conjunto de outras áreas, que tinham sido identificadas como de interesse para a conservação da natureza aquando da elaboração da base de dados CORINE, da União Europeia, que nunca tiveram uma classificação formal e se mantiveram sempre numa situação de alguma indefinição quanto ao seu estatuto. É assim que aparecem zonas situadas ao longo da costa norte e da costa oeste da ilha. É assim também que se dá um estatuto aos ilhéus, aos Ilhéus das Cabras e aos Ilhéus da Mina. E também se aproveita para criar uma área de paisagem protegida abrangendo a zona da cultura da vinha dos Biscoitos, que nesta altura já tem esse estatuto, mas por via duma classificação municipal, que é carreada para o parque de ilha.

Também se aproveita para fazer a reclassificação de todas as áreas, colocando-as dentro da estrutura que tem vindo a ser utilizada em toda a região, que é aquela que é preconizada pela União Internacional da Conservação da Natureza. Portanto,

atribuindo-lhes categorias que são equacionáveis com as categorias internacionais correspondentes. Também, do ponto de vista da gestão, se cria uma estrutura de gestão única, que segue o mesmo modelo e a mesma estrutura dos outros oito parques que já se encontram criados.

Neste contexto, faz-se também uma consolidação global das delimitações, estabelecendo limites mais consentâneos com a própria geologia e com a própria distribuição espacial das áreas a proteger, com um objectivo claro de encontrar no terreno pontos de referência que permitam, com clareza, delimitar o parque natural. É por causa disso que as áreas são ligeiramente alteradas, colocando, tanto quanto possível, as delimitações a coincidir com estruturas de estradas, ou outras estruturas físicas que existam no terreno e que, por essa via, permitam que qualquer um, rapidamente, se aperceba onde começa e acaba o parque natural.

Por outro lado, também no âmbito da criação deste parque, faz-se uma reanálise e um reenquadramento a áreas de reserva natural. Na Ilha Terceira existem duas áreas que são das mais importantes, do ponto de vista florístico, do ponto de vista da conservação da natureza, nomeadamente a Caldeira de Santa Bárbara e o Pico Alto. Em especial, a Caldeira de Santa Bárbara tem, seguramente, a área melhor conservada de vegetação dos Açores, mantendo uma vasta área em estado praticamente intocado e com uma composição florística que ainda não apresenta nenhum dos sinais de invasão por exóticas, ou de desaparecimento de espécies.

É uma área duma importância fundamental para a conservação da natureza na Ilha Terceira e, eu diria mesmo, nos Açores e mesmo na Macaronésia, já que é uma das melhores, das áreas mais bem conservadas de toda a região. Graças a uma gestão muito criteriosa que, ao longo dos anos, tem vindo a ser feita pelos serviços florestais, a quem está confiada a gestão dessa área, essa área chegou aos nossos dias praticamente intocada e constitui hoje, digamos, o núcleo central e o aspecto mais importante do Parque Natural da Terceira e, eu diria mesmo, do conjunto dos parques naturais dos Açores.

Minhas senhoras e meus senhores, é pois este o Decreto que está sob a nossa análise.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

***Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que os parques naturais de ilha, de uma maneira geral, já foram bastante discutidos aqui. Sr. Secretário, tivemos aqui nove, não é, ainda falta algum?

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*): Vamos na nona edição.

O Orador: Esta é a nona, portanto – faltando talvez o Ilhéu das Cabras, o Ilhéu da Graciosa e de Vila Franca, que já estão aqui incluídos –, acho que é mais um diploma que é bastante positivo, tal como os outros que nós aprovámos. Não haverá, enfim, grande coisa a acrescentar àquilo que acrescentámos sobre São Jorge, sobre o Pico, ou sobre as outras ilhas.

Há, no entanto, uma questão que gostaria de colocar. Nós não compreendemos, porque não aparece nos outros parques naturais de ilha – haverá talvez alguma explicação, que não estamos a alcançar, naturalmente por deficiência nossa –, um presidente de junta de freguesia, no artigo 37.º, alínea d), designado por cada uma das assembleias municipais de ilha. Ora bem, não percebo por que isto é só na Terceira, por que não é nas outras ilhas. Tanto quanto eu tenha memória, não aconteceu, por exemplo, nos últimos dois. Por que é que na Terceira tem um presidente de junta de freguesia, Sr. Secretário? É uma questão que não percebo.

De resto, concordamos com o diploma e iremos, naturalmente, aprová-lo.

Presidente: Sra. Deputada Carla Bretão, tem a palavra.

***Deputada Carla Bretão** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos hoje, finalmente, a concluir um longo processo de análise de diplomas que visam a criação de parques em cada uma das ilhas dos Açores.

É efectivamente um diploma importante, este que analisamos hoje, que agrega, no fundo, uma série de áreas relevantes ao nível da conservação da natureza na Ilha

Terceira, em que é implementada uma visão integrada dos valores naturais e dos recursos existentes, que irá com certeza permitir uma efectiva protecção, conservação e gestão adequadas.

Torna-se assim possível, a nosso ver, criar e definir um ponto de equilíbrio que permita conciliar a conservação da natureza com o desenvolvimento das actividades económicas. Ou seja, desejamos que a implementação deste Parque Natural tenha como objectivo primordial o encontro deste ponto de equilíbrio e a conciliação desejável entre a conservação da natureza e o desenvolvimento das actividades económicas.

Achamos que vem, a bom tempo, pôr cobro a uma série de abusos e mesmo de destruições que se foram efectivando na Ilha Terceira e que realmente têm de ser disciplinados, digamos assim. Por isso mesmo, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata irá aprovar este diploma.

Obrigada.

Presidente: Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar, tem a palavra.

***Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Respondendo à questão colocada pelo Sr. Deputado Artur Lima, responderia começando exactamente pelas palavras que foram ditas pela Sra. Deputada Carla Bretão.

Com a criação deste parque, aquilo que se pretende – para além, obviamente, da conservação da natureza, que é o seu objectivo fundamental – é conciliar a actividade que é feita na ilha – obviamente, o facto de ter pessoas, vivermos na ilha e haver actividade económica – com a conservação da natureza, criando uma estrutura que deve estar aberta, enfim, à acção humana, regulando-a e fazendo com o que o próprio parque natural – como, aliás, já está a acontecer em outras ilhas da região, em que os parques naturais já se encontram mais estruturados – seja também uma forma de promoção da actividade económica, nomeadamente com uma utilização clara na área do turismo, na área da promoção de lazer e num conjunto de outras. Para fazer isso, precisamos da participação de forças locais.

A introdução do presidente de junta de freguesia não foi proposta do Governo. Resultou, sim, duma proposta feita, se não me engano, pelo Conselho de Ilha da Terceira. Portanto, não foi o Governo que o propôs. A mim não me tinha ocorrido nos parques anteriores e, portanto, creio que não existiu antes. Eu vejo com bons olhos a introdução de um presidente de junta de freguesia, porque, enfim, é uma boa ideia. É uma ideia que foi apresentada pelo conselho de ilha.

Naturalmente, se tivesse sido apresentada por outros conselhos de ilha em parques anteriores, teria sido adoptada essa proposta. Mas, até agora, pelo menos nos três parques em cuja criação eu lidei directamente – porque os outros foram feitos na anterior Legislatura, mas – também não me lembro, em discussões anteriores, de ter havido qualquer referência a juntas de freguesia nos passado. Portanto, o que aconteceu, Sr. Deputado, foi uma proposta do Conselho de Ilha da Terceira que, aparentemente, mas não cabe ao Governo dizer isso, colhe a aceitação dos Srs. Deputados e contra a qual o Governo nada tem.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está explicado, Sr. Secretário.

Presidente: Sr. Deputado António Toste Parreira, tem a palavra.

***Deputado António Parreira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Instituído pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/93/A, de 23 de Dezembro, o Regime Jurídico da Classificação, Gestão e Administração das Áreas Protegidas nos Açores foi revisto em 2007, por via do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2007/A. Esta revisão da Rede Regional de Áreas Protegidas nos Açores permitia a uniformização e a compatibilização das classificações das áreas protegidas da região, através da adopção das classificações da União Internacional para a Conservação da Natureza, bem como a adopção de um regime de gestão por ilha, por via da criação do parque natural de ilha, permitindo assim uma gestão integrada e mais eficaz de todas as áreas classificadas em cada uma das nossas ilhas.

A Proposta de Decreto Legislativo Regional 25/2010, que Cria o Parque Natural da Terceira, agora em discussão, tem uma estrutura de forma semelhante às iniciativas anteriores aqui aprovadas nesta Assembleia e visa completar a estruturação da rede

de parques naturais de ilha, neste caso particular da Ilha Terceira. O Parque Natural da Terceira integra cinco categorias de áreas protegidas, sendo três reservas naturais; dois monumentos naturais, a destacar o Algar do Carvão e a Furna do Enxofre; sete áreas protegidas para a gestão de habitats das espécies, áreas terrestres; uma área de paisagem protegida, é classificada a área da vinha dos Biscoitos; e sete áreas protegidas de gestão de recursos, as áreas marinhas; todas elas identificadas no Anexo I e descritas no Anexo II do diploma.

A referida Proposta de Decreto Legislativo Regional que Cria o Parque Natural da Terceira esteve em discussão pública, no período entre 14 de Maio e 4 de Julho de 2008, estando disponível na direcção dos serviços de ambiente da Ilha Terceira e nas duas câmaras municipais, Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. Contou ainda com os pareceres favoráveis do conselho de ilha e das duas câmaras municipais de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória.

A natureza é um património precioso do qual usufruímos, é um bem que é de todos. E, se é de todos, é certamente um dever, ou até mesmo uma obrigação de todos, em geral, neste caso particular dos responsáveis políticos, contribuir para a sua melhoria e preservação. Face ao exposto, e de acordo com o relatório da CAPAT, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista subscreve a proposta em análise, bem como as alterações apresentadas em comissão.

Relativamente ao que disse o Sr. Deputado Artur Lima, o Sr. Secretário Regional já respondeu, mas realmente essa proposta vem da comissão e vem por sugestão do conselho de ilha, de 6 de Janeiro de 2011, no seu parágrafo 9.º, onde diz, onde opina: “Quanto à constituição do Conselho Consultivo somos de parecer que este órgão deva também integrar um presidente de Junta de Freguesia a designar por cada Assembleia Municipal”. É esta a razão por que fazem parte os presidentes de junta do conselho.

Sr. Presidente, se me autorizasse, já passava a falar aqui, porque temos, além desta, mais três, das quatro alterações que vêm da comissão, subscritas pelo PS e pelo PSD. Acho que podia passar já a esta parte.

No artigo 25.º, n.º 2, alínea e), a introdução de “A instalação de novas explorações agrícolas ou pecuárias”. Ainda no mesmo artigo, n.º 3, alínea c), ficam

condicionadas e sujeitas a parecer vinculativo prévio do departamento da administração regional autónoma com competência em matéria de ambiente “A ampliação de explorações agrícolas ou pecuárias”. Estas medidas vêm reforçar as já existentes no diploma e contribuem para uma melhor preservação e salvaguarda da área protegida da Caldeira Guilherme Moniz. É importante referir que aquela zona alberga o maior aquífero identificado na Ilha Terceira e, como tal, devemos ter o maior cuidado na sua preservação, de forma a protegermos um bem tão precioso e fundamental para o Concelho de Angra do Heroísmo, bem como para a Ilha Terceira, que é o recurso água.

No artigo 37.º, n.º 1, alínea d), aqui sim, vem o presidente de junta. Hoje fala-se muito de políticas de proximidade e julgo que o presidente de junta será aquele que está mais próximo das populações e, certamente, aquele que melhor conhece a sua freguesia, o seu terreno e a sua área de acção. Por essa razão, consideramos importante incluir “Um presidente de Junta de Freguesia designado por cada uma das Assembleias Municipais”.

Ainda no mesmo artigo, n.º 1, alínea k), “Um representante das associações de criadores de gado bravo”, também aqui faz todo o sentido, na medida em que existem algumas áreas de explorações de gado bravo. Por isso, também foi incluído mais um representante de cada uma das associações existentes na ilha.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado José Cascalho, tem a palavra.

***Deputado José Cascalho (BE):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda também vê esta iniciativa com muito bons olhos, é bem vinda. Nós temos algumas alterações na especialidade, um pouco no sentido das alterações que propusemos aos outros parques de ilha que aqui já foram discutidos, no sentido de medidas de maior precaução e, entendemos, para uma melhor gestão desses espaços protegidos. Portanto, na altura da especialidade falaremos um pouco, também, dessas alterações.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho para já mais intervenções. Assim sendo, vamos passar à votação, na generalidade, deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos ao debate e votação na especialidade. Não há qualquer proposta de alteração aos artigos 1.º a 7.º.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

***Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, queria pedir um intervalo regimental de quinze minutos, porque entraram agora algumas propostas que queremos ler.

Presidente: Com certeza, Sr. Deputado, é regimental.

O Orador: Muito obrigado.

Presidente: Retomamos os nossos trabalhos às 18 horas e 15 minutos.

(Eram 18:00 horas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos, agradeceia que ocupassem os vossos lugares.

(Eram 18 horas e 27 minutos)

Vamos proceder ao debate na especialidade e a votações.

Conforme dizia há pouco, do artigo 1.º ao artigo 7.º da Proposta, inclusive, não há qualquer proposta de alteração. Pergunto à câmara se posso colocar estes artigos à votação em conjunto. Não havendo oposição, vamos colocar à votação em conjunto os artigos 1.º a 7.º, inclusive, da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar uma proposta de alteração, para o artigo 8.º, vinda da CAPAT e subscrita por um conjunto de deputados, conforme foi distribuída. Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e o Sr. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 8.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar o artigo 9.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta, vinda da CAPAT, de alteração ao artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 10.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Seguem-se os artigos 11.º a 13.º, inclusive, que não são objecto de qualquer proposta de alteração. Se a câmara concordar, colocá-los-ei à votação em conjunto. Então, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar, ou debater, agora, a proposta de alteração do BE para o artigo 14.º.

Sr. Deputado José Cascalho, tem a palavra.

***Deputado José Cascalho (BE):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como já tinha referido há pouco, estas propostas de alteração vêm no sentido de nós estabelecermos algumas medidas que consideramos importantes, medidas de precaução e de melhor gestão destes espaços protegidos.

Se pegarmos, por exemplo, na proposta do artigo 14.º, no ponto 6, em que certas actividades, que estão previstas na alínea anterior, a), c) e i), portanto referente à alínea 5, apenas poderão ser realizadas com autorização de quem dirige o parque, nós entendemos que, mesmo assim, tendo um princípio de precaução, elas deveriam ficar condicionadas à realização dum estudo de impacto ambiental.

Deixem-me só recordar-vos o que diz a categoria 4 da IUCN, da União Internacional de Conservação da Natureza. Ela refere que na categoria 4 nós gerimos a flora, a fauna, as intervenções tais como a regulação e limpeza, que são realizadas com um objectivo em mente, e gerar qualquer lucro ou benefícios sociais é secundário. Portanto, o que pretendemos com esta categoria 4 é uma protecção de espécies e dos seus habitats naturais.

Se olharmos, então, para estas alíneas a), c) e j), no 14.º, o que verificamos? Por exemplo, a a), a alteração à morfologia do solo por escavações ou aterros, ou então a c), a extracção de recursos geológicos, incluindo a quebra ou rebentamento de

rochas. Entendemos que este tipo de gestão, para uma categoria 4, não é propriamente uma gestão que esteja enquadrada nas categorias da IUCN. A nossa lógica é, no fundo, aquela que já referimos anteriormente, proteger estas áreas. Nesse sentido, apresentamos uma proposta, como já referi, na qual todas estas operações têm de ser submetidas à realização de um estudo de impacto ambiental.

Há outras alterações, como nos artigos 22.º e 25.º, que têm a mesma índole.

Finalmente, no artigo 35.º também temos uma alteração, que já vou referir para ficar tudo dito. Para nós esta alteração é importante, porque se refere à forma como o cargo de director é escolhido. Entendemos que este cargo deve ser escolhido por um concurso. Desta forma, entendemos que há mais transparência – este lugar exige transparência – e, por outro lado, vamos premiar e exigir que este senhor que ocupa este lugar tenha a competência, uma vez que, através de um concurso público, é avaliado o currículo. Portanto, há uma decisão não apenas daquele que é responsável pela área do ambiente, mas de um grupo de pessoas que fazem uma avaliação criteriosa sobre o seu percurso, para saber se está preparado ou não para fazer a gestão.

Reparem, este é um lugar de gestão de um parque. Não é, no nosso entender, um mero lugar político. Há aqui a gestão de um espaço que pode e deve ter estas características de eleição através de um concurso.

Estas são, basicamente, as principais alterações que o Bloco propõe.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

***Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado José Cascalho, gostaria de prestar aqui alguns esclarecimentos.

Embora tomando como boas as intenções e, inclusivamente, percebendo a lógica subjacente às propostas que são apresentadas quer para este, quer para as propostas semelhantes nos três artigos que se seguem, gostaria apenas de prestar uma informação a esta câmara. Entrou em vigor, no passado mês de Novembro, ou seja,

há poucos meses, um diploma aprovado também por este Parlamento que estabelece o Regime Jurídico da Avaliação do Impacto Ambiental. Estabelece muito claramente, por um lado, qual o tipo de intervenções que estão sujeitas à avaliação do impacto ambiental, fazendo uma distinção entre aquelas que estão situadas em zonas protegidas e as que não estão e, por outro lado, qual a tramitação de um estudo de impacto ambiental.

Creio que muitas vezes se usa a expressão estudo de impacto ambiental de uma forma pouco rigorosa e estou seguro de que o Sr. Deputado não está a falar de um estudo de impacto ambiental, porque não faria muito sentido. O estudo de impacto ambiental tem um procedimento, uma tramitação, que envolve desde uma consulta pública a um processo de criação de um documento. Envolve um período que nunca é inferior a vários meses e tem sempre, para o respectivo promotor, custos, que geralmente andam nas centenas de milhares de euros, que é o tipo de custo que lhe está associado.

Estamos aqui a falar em áreas protegidas, em áreas de reserva, dentro das quais é quase tudo proibido. Essas alíneas que o Sr. Deputado aqui apontou são meramente residuais e visam criar um mecanismo legal que permita, em situações excepcionais, quando é preciso fazer uma intervenção – rebentar uma rocha ou retirar uma pedra que caiu num lugar qualquer –, fazer qualquer coisa. É evidente que nunca esse tipo de acção podia ser sujeito a um estudo de impacto ambiental. Ele não faz qualquer sentido, porque, pela própria natureza das intervenções e das áreas de reserva natural, estas são áreas em que a actividade económica praticamente não existe.

Estamos aqui a falar em reserva natural? Não. A reserva natural é a classe mais elevada, é aquela em que praticamente nada pode ser feito. Estamos a falar do interior da Caldeira de Santa Bárbara, estamos a falar na zona mais alta do Pico Alto. Portanto, estamos a falar de zonas em que, devido às próprias condições de conservação da natureza, a actividade económica tem uma expressão muito reduzida. Nessas condições, não faz sentido falar em estudos de impacto ambiental. Estudos de impacto ambiental estão associados a projectos de

determinada dimensão, de determinado impacto, que obviamente nunca existirão nos lugares que são reserva natural.

Por isso, Sr. Deputado, não vejo qualquer razão para se introduzir este mecanismo, porque ele é, no fim de contas, uma negação das próprias intenções do parque natural. Seria dizer que nós temos uma área de reserva natural, mas afinal até queremos fazer actividade económica lá dentro. Não é isso que se quer. A reserva é a categoria mais alta da conservação, é aquela em que menos coisas se podem fazer. Estamos a falar de áreas de excepcional valor natural e áreas em que não haverá, naturalmente, actividades que devam ser incluídas no elenco daquelas que estão sujeitas a avaliação do estudo de impacto ambiental, nos termos que foram aprovados por esta casa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

***Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Depois da explicação do Sr. Secretário, pouco mais há a dizer sobre a questão do impacto ambiental. No entanto, gostaria de dizer algumas coisas sobre o assunto.

O que estamos aqui a analisar é uma proposta de alteração do Bloco de Esquerda, que pretende que as alterações ao nível da morfologia dos solos, da extracção de recursos geológicos e da instalação de parques eólicos e campos de golfe sejam sujeitas a impacto ambiental. É lógico que, através da regulamentação da legislação que aprovámos aqui e já referida pelo Sr. Secretário, publicada a 15 de Novembro, caso exista a necessidade ou caso estas actividades aqui previstas se incluam no âmbito das restrições do Decreto Legislativo Regional 30/2010/A, da avaliação de impacto ambiental, terão de ser sujeitas a estudo de impacto ambiental.

Não deverá ser um diploma que cria o Parque Natural da Ilha Terceira que vai estabelecer que determinada acção tenha de ter estudo de impacto ambiental. Terá de ser legislação própria. No entanto, a existência ou não desta determinação no parque natural não implica que a avaliação do impacto ambiental não seja realizada

em determinadas obras. Sempre que houver necessidade, claro que será feito esse estudo.

Para dizer também que, nas áreas protegidas, o estudo de impacto ambiental é ainda mais rigoroso. Os limites impostos na acção de impacto ambiental são ainda mais rigorosos nas áreas protegidas e é claro que essas questões estarão salvaguardadas.

Por último, dizer que esta legislação que nós aprovámos, do estudo de impacto ambiental, engloba todos os compromissos portugueses ao nível das exigências do impacto ambiental, e o Bloco de Esquerda não estará mais interessado em proteger o ambiente do que nós. Será essa a nossa posição, não iremos viabilizar esta proposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário do Ambiente:

Não duvidando, obviamente, das boas intenções, e não duvidando também de que estas áreas são áreas protegidas e altamente identificadas, parece-me que ninguém se vai atrever a fazer uma obra, uma escavação, ou outra coisa qualquer que seja. Mas cuidados e caldos de galinha nunca fizeram mal a ninguém e, portanto, não vejo que seja mau deixar, de uma forma muito clara, muito transparente, muito rigorosa e muito objectiva esta proposta, para não haver dúvidas nenhuma. Porque, senão, depois vêm as dúvidas, as interpretações legais, porque a área é protegida, porque está, ou porque não está...

Temos alguns exemplos disso, até na Terceira. Olhe, na extracção de bagacinas ao pé do Farol das Contendas, toda a gente sabe que já se entrou na área protegida. Depois vêm os mineiros, ou lá como se chamam, quem extrai as bagacinas, dizer que está ou não está. Os “bagacineiros”, o nome que se quiser chamar. Eu até lhe chamava outro, mas, enfim, o decoro não me permite. Acho que não faz mal nenhum ficar esta regra. Embora não seja obviamente uma zona protegida, classificada como tal, é engraçado, porque quando olhamos para o mapa das zonas protegidas, está bem claro.

O Pico do Alferes, no meio daquilo tudo está ali, aquela pontinha. Esse desgraçado ficou fora do mapa e estão cometendo um verdadeiro crime ambiental, como o Sr. Secretário sabe. Aliás, a sua inspeção fez, e bem, um bom relatório, onde identificou as coisas. Tudo muito bem identificadinho, um relatório tecnicamente bem feito. Mas o Sr. Secretário sabe, tão bem como eu – e, se não sabe, informo-o agora do que aconteceu –: como se lembra, eu próprio exigi que a câmara, no uso das suas competências, também fosse fazer a fiscalização a esse sítio, para ver se estavam cumpridas, nomeadamente, as regras de segurança, que o relatório da Inspeção do Ambiente muito bem identificava.

O Sr. Secretário sabe que, embora não sendo uma zona protegida, até hoje os “bagacineiros” não fizeram rigorosamente nada. Continuam lá a desbastar o Pico como querem e entendem, cai bagacina para um lado, cai para o outro, cai para a estrada, cai para cima das casas e para eles é igual ao litro. Não há vedação de segurança, não está afastada das casas o mínimo. Portanto, não cumprem rigorosamente nada.

Por maioria de razão, numa zona protegida, parece-me que esta salvaguarda é muito útil, até para defesa do património ambiental. Sr. Secretário, o dono da obra é o Governo, não é? Portanto, quem gere o parque é a região. A região, em primeiro lugar, deve acautelar que não se cometam essas atrocidades, ou potenciais atrocidades ambientais, nesses sítios, porque às vezes passa-se por lá muita coisa que nem imaginamos, nem sonhamos que possa passar. E, também, para se precaver contra algo de exterior que, eventualmente, possam fazer lá.

Portanto, mais uma vez, nós concordamos com esta salvaguarda e achamos que deve ser aprovada e ficar. Não faz rigorosamente mal nenhum, antes pelo contrário. Pode vir a ter algum efeito benéfico, pode fazer algum bem e pode evitar algumas contendas judiciais em tribunais.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando discutimos questões do ambiente, não podemos nunca esquecer que este Governo é o Governo que fez a obra da Fajã do Calhau.

Isto significa que é preciso ter sempre o pé atrás com este Governo Regional, nomeadamente se falamos de estruturas...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é sempre!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Às vezes!

O Orador: ...de organismos que têm uma dependência política total, até em termos de nomeação do director do parque, que é uma nomeação política, feita por parte do Governo. Portanto, não existe aqui nenhuma salvaguarda do ponto de vista institucional, tendo em conta a forma como este Governo Regional já agiu em situações anteriores.

Nesse sentido, não acho que seja nada residual ser necessário um estudo de impacto ambiental para se fazer o que aqui está escrito, a alteração à morfologia do solo por escavações ou aterros, pela modificação do coberto vegetal, do corte da vegetação arbórea e arbustiva, com excepção das decorrentes da execução das acções de manutenção e limpeza das áreas protegidas, ou então a extracção de recursos geológicos, incluindo a quebra ou rebentamento de rochas ou até instalações de parques eólicos, de campos de golfe ou de estruturas similares. Não acho que estas sejam questões menores e residuais. São questões muito importantes, ainda para mais estando inscritas na área do parque natural.

Portanto, considero que é necessário ter essas cautelas, para que a decisão não seja apenas política, para que exista uma decisão fundamentada do ponto de vista técnico. Isto, para o Partido Popular Monárquico, é uma salvaguarda muito importante, tendo em conta o Governo que temos e os que poderemos vir a ter.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

***Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para registar, relativamente à confusão possível que se pode vir a instalar nesta zona protegida, com vários interesses à solta e, às vezes, acompanhados de várias distrações, de que falava o Sr. Deputado Artur Lima, que, na realidade, a

confusão já está instalada. Se ouvirmos bem aquilo que a Sra. Deputada Bárbara Chaves e o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Mar disseram, não bate a bota com a “perdigota”.

Para o Sr. Secretário, um estudo de impacto ambiental, nestas circunstâncias precisas para que o Bloco de Esquerda chama a atenção, é coisa menor. O estudo de impacto ambiental é uma coisa muito cara, que só deve ser feita em circunstâncias verdadeiramente anormais e nós nem sabemos do que é que estamos a falar quando falamos em estudo de impacto ambiental. Vem a Sra. Deputada Bárbara Chaves e diz, pelo contrário, exactamente porque estamos a falar de área protegida, ela está obrigada a estudos de impacto ambiental ainda mais rigorosos.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): A Sra. Deputada não percebeu o que se disse; a senhora faça favor de estar mais atenta ao que se diz!

A Oradora: Os senhores façam o favor de se entenderem, porque ou são precisos, ou não são precisos.

De qualquer maneira, por via das dúvidas e como, pelos vistos, a confusão já está instalada e o parque ainda nem sequer foi votado favoravelmente, nós continuamos a achar que faz sentido a nossa proposta.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

***Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo exactamente pelo fim. Aquilo que a Sra. Deputada Bárbara Chaves disse e aquilo que eu disse foi rigorosamente a mesma coisa, embora cada um de nós tenha falado de aspectos específicos. Eu falei, na sequência da intervenção do Sr. Deputado do seu Grupo Parlamentar, nas áreas de reserva natural, áreas que são muito específicas e são desde logo a categoria mais elevada. Eu dei uma resposta ao Sr. Deputado rigorosamente sobre a questão que ele aqui trouxe, que foi das áreas de reserva natural. Nas outras áreas que não são de reserva natural, em que pode, e aliás existe, actividade económica, aplica-se tudo aquilo que a Sra. Deputada Bárbara Chaves disse.

Portanto, volto a repetir, juntando as duas partes: nas áreas de reserva natural, aquelas que foram trazidas à discussão pelo seu Grupo Parlamentar directamente, não se antevê, nem é possível, nem a extracção de bagacinas, nem o que quer que seja, porque são áreas voltadas exclusivamente para a protecção da natureza. Nessas áreas não faz sentido falar em estudos de impacto ambiental, porque pela natureza da própria área nunca poderá existir lá qualquer projecto que seja objecto de estudo de impacto ambiental.

Nas outras áreas que não têm esse mesmo nível de classificação, que não estão na categoria 1 e onde existe actividade económica, o Decreto Legislativo Regional 30/2010 estabelece um conjunto de restrições, que são extremamente apertadas para as áreas, consideradas áreas sensíveis, onde se incluem as áreas classificadas. Nessas áreas, qualquer campo de golfe, qualquer instalação de aerogeradores, já é obrigado, pelo decreto que aprovámos aqui no fim do ano passado, a ter estudo de impacto ambiental.

Sra. Deputada, refazendo todo o percurso, digo-lhe que aquilo que os senhores propõem para a generalidade do parque já existe, pela legislação que foi aprovada o ano passado. Aquilo de que se falou especificamente para as áreas de reserva natural é desnecessário, porque aí não pode existir esse tipo de actividade.

Voltando às questões que foram levantadas pelo Sr. Deputado Artur Lima, a resposta é esta que acabei de dar. Não quero estar, porque estamos a discutir um diploma que nada tem a ver com o assunto, a discutir as questões do Porto Judeu, de São Sebastião e das bagacinas, porque não é o momento certo para isso. Mas terei muito gosto, se o Sr. Deputado quiser trazer esse assunto noutra altura, em discutir, porque é importante para a Ilha Terceira e para a região. Aliás, o Governo tem intenção de trazer aqui um plano de ordenamento da indústria extractiva, em que esta matéria poderá e deverá ser amplamente debatida. Se tudo correr conforme previsto, teremos ampla oportunidade para discutir essa questão. A questão fundamental aqui é dizer-lhe que nas áreas protegidas, a actividade extractiva está extremamente restrita e reduzida.

Aquilo que o Sr. Deputado disse, nas áreas que são reserva natural, não é possível. Portanto, não é preciso haver estudo de impacto ambiental. Naquelas que não são

reserva natural, mas que são protegidas, que estarão nas categorias superiores à categoria 1, nessas onde eventualmente isso pode acontecer, neste momento o Decreto 30/2010 já estabelece exactamente aquilo que o Sr. Deputado aqui trouxe. Portanto, a criação do Parque Natural da Terceira vai colocar, inclusive, a zona que o Sr. Deputado referiu num patamar de protecção mais elevado do que aquele que actualmente tem.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sr. Deputada Bárbara Chaves.

***Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sr. Presidente, nesta fase vou prescindir, porque considero que o Sr. Secretário já esclareceu a câmara sobre a situação.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sr. Deputada Isabel Almeida Rodrigues.

***Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Correndo o risco de repetir o que disse o Sr. Secretário Regional, gostaria de dar o meu contributo a este debate, porque acho que se está aqui a lavrar num erro de base: desde logo, estas actividades não são de exercício livre e incondicionado. É preciso que isto fique muito claro. Tal como está o texto da proposta, estas actividades estão condicionadas, dependendo de um parecer cuja orientação é vinculativa para o órgão decisor. Portanto, não serão exercidas a belo prazer de quem eventualmente as pretendesse exercer. Este é um aspecto da questão.

O outro aspecto da questão é que não seria por estar cá esta alteração que o Bloco de Esquerda pretende introduzir que haveria ou deixaria de haver avaliação de impacto ambiental ou estudo de impacto ambiental, conforme a situação, ou até licenciamento ambiental, porque isso está previsto no diploma próprio. O Sr. Secretário explicou, melhor do que eu certamente poderei fazer. Chamo a atenção para que, na grande maioria das actividades, quando estamos em área protegida, a realização desta avaliação e destes estudos é obrigatória, independentemente da dimensão da actividade ou da área em causa, tal é o rigor que se pôs nesse diploma.

Portanto, é absolutamente redundante esta proposta do Bloco de Esquerda. Obviamente que servirá para o Bloco de Esquerda aparecer aqui como o salvador do património ambiental, mas chegam tarde, porque esta mesma Assembleia aprovou, no ano passado, um diploma que resolve estas questões.

Queria, para concluir, dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que alguns dos protagonistas desta câmara gostam, de vez em quando, de ir buscar o assunto da Fajã do Calhau, mas seria bom lembrar-vos que as conclusões estão publicadas. Volto a lembrar que foram aprovadas por unanimidade. Esta câmara avaliou o procedimento e não encontrou qualquer questão menos correcta relativamente às questões de impacto ambiental. Sabe que é verdade, porque aquela obra não estava sujeita à avaliação de impacto ambiental. Irem buscar assuntos que foram avaliados, resolvidos e bem resolvidos... O Sr. Deputado não tinha mais nada para dizer sobre isto e lembrou-se, mas isso não serve para a discussão. Não acrescenta nada a esta nossa discussão.

Para já era só o que eu gostaria de dizer.

Presidente: Sr. Deputado, é para falar no artigo 14.º, na proposta de alteração do BE. Muito bem, tem a palavra.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses): A Fajã do Calhau não fica no Parque da Terceira.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falei na Fajã do Calhau porque a situação me pareceu evidente, Sr. Deputado.

Presidente: Sr. Deputado, não é para discutir a Fajã do Calhau! É um debate na especialidade, estamos a discutir uma proposta de alteração para o artigo 14.º. Eu sei que, *en passant*, o senhor já falou na Fajã do Calhau e, portanto, deu azo a que a Sra. Deputada também falasse, mas não vamos fazer aqui um debate sobre a Fajã do Calhau! Não vamos.

O Orador: Sr. Presidente, não vamos, efectivamente, fazer uma discussão sobre a Fajã do Calhau.

Presidente: Não.

O Orador: Mas a questão do Calhau é ilustrativa daquilo que eu quero dizer. E considero que é uma liberdade que não pode ser coarctada aos deputados desta Assembleia, ilustrar com exemplos da nossa vivência quotidiana, da nossa vivência colectiva, um exemplo de uma legislação específica, Sr. Presidente. Doutra forma, eu considero-me coarctado na minha liberdade de expressão.

Presidente: Considere o que quiser, Sr. Deputado.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Mas isso não é neste diploma, Sr. Deputado, é noutro! Estamos a falar do Parque Natural da Terceira, não do de São Miguel!

O Orador: Portanto, muito brevemente, e falando sobre este assunto, Sr. Presidente, a questão é esta: teria sucedido, na Fajã do Calhau, aquela barbaridade que foi feita por parte do Governo Regional, se tivesse existido a obrigatoriedade de impacto ambiental?

Deputada Isabel Rodrigues (PS): A Fajã do Calhau é em São Miguel!

O Orador: Não, Sra. Deputada, não teria sucedido.

Portanto, acho importante esta proposta, do ponto de vista específico, que foi apresentada pelo Bloco de Esquerda, pois salvaguarda exactamente que se têm de fazer estudos de impacto ambiental quando, por exemplo, se refere a instalação de parques eólicos, campos de golfe e estruturas similares!

Presidente: Agora já não estamos a falar na Fajã do Calhau.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses): Sr. Deputado, os campos de golfe, como os aerogeradores, todos têm de ter estudo de impacto ambiental, nem que sejam dínamos!

O Orador: Acho que é lógico e racional. Eu, como todos os açorianos, tenho memória daquilo que é feito e, infelizmente, têm sido cometidas autênticas barbaridades nesta região.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não há dúvida...

O Orador: Por isso mesmo, utilizei aquele exemplo para ilustrar. Não volto a falar no assunto no âmbito desta discussão, mas considero que era bastante ilustrativo...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses): Está no decreto aprovado no ano passado, Sr. Deputado.

O Orador: ...e que vai de encontro às preocupações legítimas do Bloco de Esquerda nesta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Muito bem, Sras. e Srs. Deputados, não temos mais inscrições nesta matéria. Vamos passar então à votação da proposta do Bloco de Esquerda, de alteração ao artigo 14.º. Vamos votar, Sras. e Srs. Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 14.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Do artigo 15.º ao 19.º, inclusive, não há qualquer proposta de alteração. Não havendo oposição da câmara, coloco-os à votação em conjunto. Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração vinda da comissão para o artigo 20.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 20.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da comissão para o artigo 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 21.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos agora a proposta de aditamento do BE ao artigo 22.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada, com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 22.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 23.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação da proposta de alteração do PCP para o número 5.º do artigo 24.º.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou aproveitar a oportunidade para falar sobre as diferentes propostas de alteração que a Representação Parlamentar do PCP apresenta para esta votação na generalidade, que vão exactamente no mesmo sentido das que foram feitas para os Parques Naturais da Ilha das Flores e de São Jorge, e que visam introduzir, na nossa perspectiva, algumas melhorias a este importante diploma, sem dúvida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Vamos então votar a proposta de alteração do PCP para o artigo 24.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 24.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração, vinda da comissão, para o artigo 25.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora, porque não se prejudicam, a proposta de alteração do Bloco de Esquerda para o mesmo artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada, com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 25.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora, se não houver oposição da câmara, em conjunto, os artigos 26.º a 34.º, inclusive. Não havendo oposição da câmara, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do BE para o artigo 35.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada, com 29 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 35.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora ao artigo 36.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração ao artigo 37.º, vinda da comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração, na parte em que não ficou prejudicada, do BE, para o artigo 37.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Presidente: Querem repetir a votação? Com certeza, Srs. Deputados. Podem sentar-se.

Vamos votar a proposta de alteração do BE para ao artigo 37.º, na parte em que não ficou prejudicada pela última votação que acabámos de fazer.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: O Sr. Deputado António Toste pede a palavra para?

Deputado António Parreira (PS): Sr. Presidente, não sei se é possível expressar o sentido de voto do PS.

Presidente: Pode fazer uma declaração de voto, mas deixe primeiro votarmos o artigo. Quando votarmos o artigo, faz a sua declaração de voto.

Vamos votar agora o artigo 37.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Sr. Deputado António Toste Parreira, tem a palavra.

***Deputado António Parreira (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao artigo agora votado, não há nada nesta proposta que colida com a protecção dos animais ou que ponha em causa a defesa dos seus direitos. Aliás, a proposta vinda da comissão e subscrita pelo PS e pelo PSD, que inclui no conselho consultivo um representante das associações de criadores de gado bravo, fundamenta-se no facto de uma parte significativa das explorações se encontrar na área protegida e visa assegurar o equilíbrio necessário à protecção do ambiente.

Obrigado.

Presidente: Muito bem. Vamos passar à votação da proposta de alteração do PCP para o artigo 38.º.

O Sr. Deputado quer a votação em separado? Como, alínea a alínea? Portanto, votar a alínea b) e a alínea e) separadamente? Muito bem.

Então vamos votar a proposta de alteração do PCP para a alínea b) do artigo 38.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Posso votar, presumo eu, em conjunto as alterações para a alínea e) e para a alínea f), ou não? Muito bem, vamos votar estas duas alterações, apresentadas pelo PCP, ao artigo 38.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: As alterações anunciadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 38.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Passamos agora a votar a proposta de alteração, vinda da comissão, para o artigo 39.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o mesmo artigo 39.º, mais concretamente para o seu número 1, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 39.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de alteração, vinda da comissão, para o artigo 40.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 40.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para os artigos 41.º a 45.º não há qualquer proposta de alteração. Não havendo oposição da câmara, vamos votá-los em conjunto. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o Anexo II da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos proceder agora à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto, tem a palavra.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Faço esta declaração de voto no sentido de que o Partido Popular Monárquico, mais uma vez, votou a favor de uma iniciativa deste tipo, da criação de parques naturais. A nossa orientação política é no sentido de aprovar estas iniciativas, que consideramos bastante válidas para a protecção ambiental, no âmbito do território da Região Autónoma dos Açores.

No entanto, ao longo do debate ficou por referenciar um assunto que foi, e muito bem, introduzido por parte do Bloco de Esquerda, e que não tive a oportunidade de referir, sendo que isso não alterou o sentido de voto global, do ponto de vista do Partido Popular Monárquico. Nós estamos aqui nas diferentes iniciativas para as valorizar, quer do Governo, quer do Partido Socialista, quer de outros partidos, no

sentido de servir bem os Açores. Não temos uma estratégia política de votar contra as propostas dos outros partidos, ou não temos uma estratégia política que signifique copiar as estratégias e as propostas dos outros partidos. É uma forma adulta e cívica de estar na política.

Há aqui um aspecto que, infelizmente, voltou a não passar na votação desta câmara, mas que é muito importante e que deve ser constantemente lembrado. Tem a ver com uma proposta que o Bloco de Esquerda está a fazer. Estou aqui a fazer uma propaganda gratuita ao Bloco de Esquerda, porque também nós comungamos desta preocupação: o facto de os directores destes parques deverem ser recrutados por procedimento concursal. Considero que é para aí que devem evoluir a democracia portuguesa e a democracia açoriana, no sentido de serem recrutadas, para entidades em que o perfil técnico é muito elevado e decisivo, pessoas que provem em sede de concurso reunir as melhores competências para o desempenho desse lugar.

Este é um princípio que considero muito importante. Não deve ser o princípio do favorecimento político, ou não deve ser o princípio da escolha política. O princípio que deve orientar-nos deve ser o princípio da competência técnica para o exercício deste tipo de funções. Foi por isso que o Partido Popular Monárquico votou a favor desta alteração que foi apresentada pelo Bloco de Esquerda, e considera que devemos pugnar para que esta venha a ser a regra no âmbito da administração regional, em cargos e em funções que são iminentemente técnicos e não políticos. Portanto, o concurso público deve ser a regra.

Mais uma vez, o Partido Socialista votou contra esta iniciativa e, nesse sentido, fragiliza aquela que seria a bondade da apresentação deste diploma, desta iniciativa.

Muito obrigado.

Presidente: Creio não existirem mais declarações de voto.

O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, não é para uma declaração de voto, é para um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, creio já não valer a pena voltarmos cá hoje. Damos assim por encerrados os nossos trabalhos.
Muito boa noite e bom jantar. Até amanhã, às 10 horas da manhã.

(Eram 19 horas e 16 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

* Texto não revisto pelo Orador.

Documentos entrados

1 - Propostas de Lei:

Assunto: Determina a extinção do número de eleitor e a sua substituição pelo número de identificação civil, procedendo à quinta alteração da Lei n.º 13/99, de 22 de Março, N.º 52/XI/2.^a - (N.º 118/IX)

Proveniência: Assembleia da República

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2011 – MARÇO – 21.

2 - Projectos de Lei:

Assunto: 5ª. alteração à Lei n.º 13/99, de 22 de Março (Regime Jurídico do Recenseamento Eleitoral), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3/2002, de 8 de Janeiro, pelas Leis Orgânicas n.º 4/2005 e 5/2005, de 8 Setembro, e pela Lei n.º 47/2008, de 27 de Agosto

N.º 526/XI/2.^a - (N.º 119/IX)

Proveniência: Assembleia da República

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2011 – MARÇO – 21;

Assunto: Obrigatoriedade de notificação aos cidadãos eleitores sobre as alterações da sua inscrição na base de dados do recenseamento eleitoral (BDRE) (Quinta alteração à Lei n.º 13/99, de 22 de Março - Regime Jurídico do Recenseamento Eleitoral)

N.º 527/XI/2.^a - (N.º 120/IX)

Proveniência: Assembleia da República

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2011 – MARÇO – 21;

Assunto: Projecto de Lei n.º 535/XI/2.^a - 14.^a alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia da República, 5.^a alteração à Lei do Recenseamento Eleitoral e 2.^a alteração ao Decreto-Lei n.º 95-C/76, de 30 de Janeiro (n.º 121/IX)

Proveniência: Assembleia da República

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2011 – MARÇO – 28.

3 - Propostas de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Estrutura o Parque Marinho dos Açores \(n.º 9/2011\)](#)

Autor: Governo

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2011 – ABRIL – 11;

4 - Projectos de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Regime jurídico dos percursos pedestres da Região Autónoma dos Açores \(n.º 5/2011\)](#)

Autor: PS

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2011 – MARÇO – 28;

Assunto: [Estabelece a obrigatoriedade de monitorização e de divulgação do consumo energético dos edifícios públicos afectos à Administração Regional Autónoma e Autárquica \(n.º 6/2011\)](#)

Autor: PS

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2011 – ABRIL – 04.

5 – Projectos de Resolução:

Assunto: [Em defesa dos pescadores e dos proprietários de embarcações de pesca local ou costeira, recomenda a alteração do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social \(n.º 13/2011\)](#)

Autor: PSD

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2011 – 03– 28;

Assunto: [Criação de um Domínio de Primeiro Nível para a Região Autónoma dos Açores \(n.º 14/2011\)](#)

Autor: PPM

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2011 – 04– 11;

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional a divulgação anual das despesas, pessoal afecto e actividades desenvolvidas pelo Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo Regional dos Açores \(n.º 15/2011\)](#)

Autor: PPM

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2011 – 04– 11;

Assunto: [Recomenda ao Governo da República a criação de uma Delegação do IPTM I.P. na Região Autónoma dos Açores \(n.º 16/2011\)](#)

Autor: A Representação Parlamentar do PCP

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2011 – 04– 18;

Assunto: [“Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre as linhas de orientação da actualização anual do Plano de Estabilidade e Crescimento” \(n.º 17/2011\)](#)

Autor: A Representação Parlamentar do PCP

Data entrada: 2011 – 03– 17;

Assunto: [Acompanhamento do processo de descontaminação e reabilitação na Praia da Vitória \(n.º 18/2011\)](#)

Autor: PS

Comissão: Assunto Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2011 – 04– 21;

Assunto: [“Pronúncia sobre as linhas de orientação da actualização anual do plano de estabilidade e crescimento \(PEC\) com aplicação directa na Região Autónoma dos Açores” \(n.º 19/2011\)](#)

Autor: PS

Data de entrada: 2011 – 03– 21.

6 – Petições:

Assunto: Criação de lei regulamentadora que proteja as jazidas fósseis de Santa Maria (n.º 5/2011)

Autor: António Isidro Braga Sousa

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2011 – 05– 11.

7 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a informar que o Senhor Deputado Alexandre Pascoal é membro da Subcomissão de Assuntos Sociais

Proveniência: O Grupo Parlamentar do PS

Data de entrada: 2011.02.24;

Assunto: Ofício a informar que os Senhores Deputados João Bruto da Costa e Cláudio Almeida fazem parte, a partir desta data da Subcomissão de Assuntos Sociais

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de entrada: 2011.02.25;

Assunto: Ofício a enviar Voto de Protesto, aprovado por unanimidade, relativo ao encerramento da loja dos CTT, na Horta aos sábados

Proveniência: Assembleia Municipal da Horta

Data de entrada: 2011.02.25;

Assunto: Ofício a enviar Voto de Protesto, relativo ao cancelamento e adiamento de Investimentos Públicos no Faial

Proveniência: Assembleia Municipal da Horta

Data de entrada: 2011.02.25;

Assunto: Ofício a enviar Voto Congratulação, aprovado por unanimidade, relativo à participação do Clube Independente Ilha Azul, nos Campeonatos Nacionais de Atletismo

Proveniência: Assembleia Municipal da Horta

Data de entrada: 2011.02.25;

Assunto: Requerimento nos termos do artigo 183.º do Regimento desta Assembleia a solicitar o agendamento de interpelação ao Governo sobre a situação actual do sector das pescas na RAA

Proveniência: O Grupo Parlamentar do BE

Data de entrada: 2011.02.24;

Assunto: Suspensão de Mandato do deputado por necessidade inadiável da sua actividade profissional, a partir do dia 1 de Março do corrente ano

Proveniência: O Deputado, Clélio Meneses

Data de entrada: 2011.02.28;

Assunto: Ofício a dar conhecimento o relatório de auditoria e a verificação interna de contas de gerência aprovados e abaixo indicados:

- Audit. n.º 2/2011-FP/SRATC (Proc.º n.º 10/101.03) – “Auditoria ao contrato de empreitada de construção do Centro Multi-Serviços da Agualva - Praia em Movimento, EM (processo de fiscalização prévia n.º 044/2010)”;

- VIC n.º 6/2011-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 10/101.03) –"Escola Secundária Antero de Quental"

Proveniência: Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2011.02.25

Referência: 04.01.06/1/IX;

Assunto: Ofício a dar conhecimento os relatórios de auditorias e a verificação interna de contas de gerência aprovados e abaixo indicados:

- Audit. n.º 3/2011-FS/SRATC (Proc.º n.º 10/112.01) – “Auditoria Financeira à Conta do Fundo Regional de Acção Cultural”;

- Audit. n.º 4/2011-FS/SRATC (Proc.º n.º 10/113.02) –"Escola Básica Integrada de Angra do Heroísmo e Fundo Escolar”;

- Audit. n.º 5/2011-FS/SRATC (Proc.º n.º 10/116.01) –"Auditoria ao Município de Calheta – Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro”;

- VIC n.º 7/2011-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 10/119.23) – “Centro de Saúde de Angra do Heroísmo”.

Proveniência: Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2011.03.11

Referência: 04.01.06/1/IX;

Assunto: Voto de Protesto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD e aprovado por unanimidade

Proveniência: O Presidente da Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa

Data de entrada: 2011.03.07;

Assunto: Voto de Congratulação

Proveniência: O Presidente da Assembleia Municipal de Nordeste

Data de entrada: 2011.03.07;

Assunto: Ofício a comunicar que por lapso foi enviado ofício com o Voto de Protesto - Contra o cancelamento e o adiamento de obras no Faial, o qual não mereceu a aprovação, solicitando que o mesmo não seja tido em conta

Proveniência: O Presidente da Câmara Municipal da Horta

Data de entrada: 2011.03.09;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação no Diário da República o Decreto Legislativo Regional n.º 6/2011 - Cria o Parque Natural de São Jorge

Proveniência: O Representa da República para a RAA

Data de entrada: 2011.03.11;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação no Diário da República o Decreto Legislativo Regional n.º 7/2011 - Cria o Parque Natural das Flores

Proveniência: O Representa da República para a RAA

Data de entrada: 2011.03.11;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação no Diário da República o Decreto Legislativo Regional n.º 8/2011 - Regime Jurídico de Apoios Financeiros na Área da Saúde

Proveniência: O Representa da República para a RAA

Data de entrada: 2011.03.11;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação no Diário da República o Decreto Legislativo Regional n.º 9/2011 - Procede à Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de Março, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A, de 14 de Outubro (Regime Jurídico do Sector Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores)

Proveniência: O Representa da República para a RAA

Data de entrada: 2011.03.11;

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projecto de Resolução – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre as linhas de orientação da actualização anual do Plano de Estabilidade e Crescimento” (n.º 17/2011)

Proveniência: A Representação Parlamentar do PCP

Data de entrada: 2011.03.17;

Assunto: Cessação da suspensão de mandato do deputado, cujo regresso é a partir do dia 18 do corrente mês

Proveniência: O Deputado, Clélio Meneses

Data de entrada: 2011.03.16;

Assunto: Ofício a enviar um voto de congratulação do Parque Natural da Ilha do Faial

Proveniência: Câmara Municipal da Horta

Data de entrada: 2011.03.18;

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projecto de Resolução “Pronúncia sobre as linhas de orientação da actualização anual do plano de estabilidade e crescimento (PEC) com aplicação directa na Região Autónoma dos Açores” (n.º 19/2011)

Proveniência: PS

Data de entrada: 2011 – 03– 21;

8 – Requerimentos:

Assunto: [Porto do Topo – Ilha de São Jorge, continua caído no esquecimento ...!!!](#)
[As populações da Vila do Topo e Santo Antão querem obra feita.](#)

Autor: Mark Marques (PSD)

Data de Entrada: 2011.03.01

Referência: 54.03.05 – n.º 428/IX;

Assunto: [Geotermia](#)

Autor: Aníbal Pires (PCP)

Data de Entrada: 2011.03.01

Referência: 54.04.03 – n.º 429/IX;

Assunto: [Produção de beterraba concorrência desleal com outras produções?](#)

Autores: António Ventura, António Costa, Jorge Macedo e Cláudio Almeida (PSD)

Data de Entrada: 2011.03.02

Referência: 54.03.02 – n.º 430/IX;

Assunto: [Apoio ao Fayal Sport Club na alteração das dimensões do piso sintético do Estádio da Alagoa.](#)

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2011.03.03

Referência: 54.03.07 – n.º 431/IX;

Assunto: [Vessel Traffic Service.](#)

Autor: Aníbal Pires (PCP)

Data de Entrada: 2011.03.04

Referência: 54.04.00 – n.º 432/IX;

Assunto: [Escolas concordam com “Visto Prévio”?](#)

Autores: Jorge Costa Pereira, Rui Ramos, João Bruto da Costa e Pedro Gomes (PSD)

Data de Entrada: 2011.03.09

Referência: 54.03.00 – n.º 433/IX;

Assunto: [Situação do Furnas SPA Hotel.](#)

Autor: Francisco Álvares (PSD)

Data de Entrada: 2011.03.09

Referência: 54.03.02 – n.º 434/IX;

Assunto: [Vila da Calheta de São Jorge exige transporte marítimo de passageiros.](#)

Autor: Mark Marques (PSD)

Data de Entrada: 2011.03.10

Referência: 54.03.05 – n.º 435/IX;

Assunto: [Rinotraqueíte Infecciosa Bovina \(IBR\) e da Diarreia Viral Bovina \(BVD\) nos Açores.](#)

Autor: António Ventura (PSD)

Data de Entrada: 2011.03.10

Referência: 54.03.00 – n.º 436/IX;

Assunto: [Sinalização nos Caminhos Agrícolas – Nordeste.](#)

Autor: Pedro Medina (CDS/PP)

Data de Entrada: 2011.03.14

Referência: 54.01.02 – n.º 437/IX;

Assunto: [Que futuro para os "caixotes de betão" na Calheta Pêro de Teive?](#)

Autor: Pedro Medina (CDS/PP)

Data de Entrada: 2011.03.16

Referência: 54.01.02 – n.º 438/IX;

Assunto: [Benefícios do Regime Especial de Participação de Medicamentos para Pensionistas.](#)

Autor: Luís Silveira (CDS/PP)

Data de Entrada: 2011.03.16

Referência: 54.01.05 – n.º 439/IX.

9 - Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Relatórios resultantes das diligências tomadas referentes às queixas electrónicas.](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.03.04

Referência: 54.06.00 – n.º 388/IX;

Assunto: [Ecocentro em Santa Maria.](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.03.04

Referência: 54.04.01 – n.º 413/IX;

Assunto: [Protecção da Orla Marítima – Calheta de São Jorge.](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.03.09

Referência: 54.03.05 – n.º 401/IX;

Assunto: [Abastecimento de água e electricidade da Fajã da Caldeira do Santo Cristo.](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.03.10

Referência: 54.01.05 – n.º 419/IX;

Assunto: [Atentado à Cantaria do Convento de São Boaventura em Santa Cruz das Flores.](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.03.11

Referência: 54.01.08 – n.º 403/IX;

Assunto: [Acesso à Vila da Povoação.](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.03.11

Referência: 54.01.02 – n.º 409/IX;

Assunto: [Troço de Estrada Regional n.º 3-2.ª, Urzelina - Santo António - \(Transversal\) - Estrada abandonada e quase intransitável... será da crise?... ou será desleixo?](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.03.16

Referência: 54.03.05 – n.º 412/IX;

Assunto: [Verbas desajustadas para o sector da habitação na ilha de São Jorge.](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.03.21

Referência: 54.01.05 – n.º 402/IX;

Assunto: [Condutas de água do Projecto SCUT no concelho do Nordeste.](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.03.21

Referência: 54.01.02 – n.º 421/IX;

Assunto: [Passagens aéreas de e para os Açores abaixo de 100 euros.](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.03.21

Referência: 54.03.00 – n.º 325/IX;

Assunto: [Estudo do Departamento de Oceanografia e Pecas da Universidade dos Açores.](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.03.21

Referência: 54.01.00 – n.º 373/IX;

Assunto: [Deslizamentos de Terras em Santa Maria.](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.03.21

Referência: 54.04.01 – n.º 414/IX;

Assunto: [Pescadores da Graciosa esquecidos pelo Governo Regional.](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.03.21

Referência: 54.03.04 – n.º 415/IX;

Assunto: [Pescas](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.03.21

Referência: 54.04.00 – n.º 417/IX;

Assunto: [Obra decorativa limita visibilidade em rotunda no acesso á Vila das Velas – Porque estragar o que foi bem feito?](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.03.21

Referência: 54.03.05 – n.º 418/IX.

10 - Relatórios e Pareceres:

Assunto: [Elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2011 – 03 – 15;

Assunto: [Verificação de poderes de Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2011 – 03– 14;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 25/2010 – “Cria o Parque Natural da Terceira”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2011 – 02 – 10;

Assunto: [Projecto de Lei n.º 535/XI \(CDS-PP\) – “14ª alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia da República, 5ª alteração à Lei do Recenseamento Eleitoral e 2ª alteração ao Decreto-Lei n.º 95-C/76, de 30 de Janeiro”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2011 – 03 – 14;

Assunto: [Projecto de Lei n.º 515/XI \(BE\) – “Estabelece uma nova Lei de Bases do Ambiente](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2011 – 03 – 14;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 52/XI – “Determina a extinção do número de eleitor e a sua substituição pelo número de identificação civil, procedendo à 5ª alteração da Lei n.º 13/99, de 22 de Março”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2011 – 02 – 14;

Assunto: [Projecto de Lei n.º 527/XI \(BE\) – “Obrigatoriedade de notificação aos cidadãos eleitores sobre alterações da sua inscrição na base de dados do recenseamento eleitoral \(BDRE\) \(quinta alteração à Lei n.º 13/99, de 22 de Março – Regime Jurídico do Recenseamento Eleitoral\) ”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2011 – 03 – 14;

Assunto: [Projecto de Lei n.º 526/XI/2ª – “5ª alteração à Lei 13/99, de 22 de Março \(Regime Jurídico do Recenseamento Eleitoral\), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3/2002, de 8 de Janeiro, pelas Leis Orgânicas n.ºs 4/2005 e 5/2005, de 8 de Setembro e pela Lei n.º 47/2008, de 27 de Agosto”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2011 – 03 – 14;

Assunto: [Elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2011 – 03 – 15;

Assunto: [Projecto de Lei n.º 521/XI "Limita os vencimentos e demais remunerações dos gestores públicos do sector empresarial do estado, membros dos órgãos directivos de institutos públicos, de autoridades reguladoras independentes, de empresas regionais, de empresas municipais, intermunicipais e metropolitanas”](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2011 – 03 – 16;

Assunto: [Projecto de Resolução n.º 41/2010 \(PS\) “Reforço de meios a atribuir às forças de segurança sedeadas nos Açores”](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2011 – 03 – 16;

Assunto: [Projecto de Resolução n.º 11/2011 “Programa de bonificação dos juros do crédito à habitação, destinada a desempregados”](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2011 – 03 – 16;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 6/2011 – “Altera o regime jurídico dos institutos públicos e fundações regionais, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2007/A, de 5 de Junho”](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2011 – 03 – 16;

Assunto: [Petição - “Pela realização de Concursos Interno e Externo do Pessoal Docente na Região Autónoma dos Açores em 2011”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Entrada: 2011 – 03 – 1;

Assunto: [Proposta de Lei - “Resolve apresentar à Assembleia da República a Proposta de Lei de acréscimo do valor do subsídio de insularidade ao montante do complemento solidário para idosos”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Entrada: 2011 – 03 – 01;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 50/XI – “Resolve apresentar à Assembleia da República a Proposta de Lei de alteração ao Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 236/2006, de 11 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 151/2009, de 30 de Junho”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Entrada: 2011 – 03 – 01;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 51/XI \(ALRAM\) – “Resolve apresentar à Assembleia da República a Proposta de Lei que visa estabelecer uma majoração ao abono de família”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Entrada: 2011 – 03 – 01;

Assunto: [Projecto de Resolução – “Integração da Ilha do Corvo no Programa 60+”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Entrada: 2011 – 03 – 11;

Assunto: [Elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Entrada: 2011 – 03 – 22;

Assunto: [Relatório e parecer sobre o Projecto de Lei n.º 513/XI/2.^a que “estabelece o processo de orçamentação de base zero e cria o registo nacional dos serviços do estado de todo o sector público administrativo”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Entrada: 2011 – 03– 03;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2008/A, de 18 de Julho, que regula a Organização do Sector Vitivinícola Regional”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Entrada: 2011 – 03– 18.

11 – Diários:

Considera-se aprovado o Diário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 84.

Estão presentes os Diários da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º s 85, 87, 88 e 89.

Pela redactora, *Ágata Patrícia Biga de Almeida Vieira de Sousa*